



CÂMARA MUNICIPAL DE MORA



PLANO DE PORMENOR DE VALE BOM EM MORA

RELATÓRIO

Mora, 19 de novembro de 2020



FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO GERAL:

Eng.º Luís Simão de Matos (Presidente da Câmara Municipal de Mora)

COORDENAÇÃO TÉCNICA:

Ricardo Tomé (Geógrafo Físico, Msc.)

COLABORADORES:

Ana Rodrigues (Geógrafa)

Alexandre Domingues (Geógrafo)

Andreia Chora (Geógrafa)

Bogdan Jaranovic (Geógrafo)

Filipa Esperança (Jurista)

Isabel Moraes Cardoso (Jurista)

Luísa Adelino (Geógrafa)

Mónica Sagreiro (Geógrafa)

Pedro Dias (Arquiteto)

Tiago Sousa (Geógrafo)

ÍNDICE DO RELATÓRIO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO	9
1.1. Âmbito e alcance	9
1.2. Objetivos.....	12
1.3. Metodologia.....	14
1.4. Bibliografia	15
2. QUADRO GEOGRÁFICO E DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO	16
2.1. Enquadramento geográfico	16
2.2. Quadro de referência estratégico	19
2.2.1. Sobre os instrumentos do quadro de referência estratégico.....	20
2.2.2. Sobre o quadro regulamentar.....	26
2.2.3. Sobre outros instrumentos	30
2.3 Bibliografia	35
3. QUADRO BIOFÍSICO DE RELANCE	37
3.1. Quadro biofísico.....	37
3.2. Considerações finais e orientações	52
3.3. Bibliografia	54
4. CONTEXTO DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO	58
4.1. População e socioeconomia	58
4.2. Considerações finais e orientações	65
4.3. Bibliografia	66
5. ESPAÇO URBANO, REDES, ACESSIBILIDADE E PATRIMÓNIO	68
5.1. Sistema urbano	68
5.2. Equipamentos e infraestruturas	75
5.3. Acessibilidade e mobilidade.....	84
5.4. Património	90
5.5. Considerações finais e orientações	94
5.6. Bibliografia	97
6. RUÍDO.....	101
6.1. Fundamentos de análise	101

6.2.	Modelo de simulação da situação atual	105
6.3.	Mapas de Ruído do PPVB e Mapas de Ruído Municipais.....	114
6.4.	Modelo de simulação: situação futura.....	118
6.5.	Aspetos a reter	123
6.6.	Bibliografia	124
7.	DO DIAGNÓSTICO À ESTRATÉGIA.....	128
7.1.	Diagnóstico	128
7.2.	Estratégia	133
7.2.1.	Atrair e fixar a população jovem.....	134
7.2.2.	Valorizar o território.....	136
8.	CONDICIONANTES AO USO DO SOLO	138
8.1.	PP de Vale Bom e as concionantes ao uso do solo	138
8.2.	Recursos hídricos.....	139
8.3.	Recursos florestais.....	140
9.	PROPOSTA DE PLANO.....	143
9.1.	Conteúdo do Plano	143
9.1.1.	Conteúdo material.....	143
9.1.2.	Conteúdo documental.....	145
9.2.	Classificação e qualificação do solo.....	146
9.2.1.	Da classificação	147
9.2.2.	Da qualificação	148
9.3.	Áreas de cedência para o domínio municipal	153
9.4.	Estrutura Ecológica Municipal.....	153
9.5.	Sistemas estruturantes	155
9.5.1.	Rede viária	155
9.5.2.	Redes de água e saneamento.....	157
9.5.3.	Redes de energia e telecomunicações	158
9.5.4.	Resíduos sólidos urbanos	159
9.6.	O zonamento acústico.....	159
9.7.	Conformidade e compatibilidade da proposta de Plano com os IGT eficazes	161
9.7.1.	Enquadramento	161

9.7.2.	O PPVB e o PNPOT	162
9.7.3.	O PPVB e o PROTA	164
9.7.4.	O PPVB e o PDM de Mora	166
10.	A EXECUÇÃO E A PROGRAMAÇÃO	173
11.	PLANO DE FINANCIAMENTO E PONDERAÇÃO DA SUA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA-FINANCEIRA	175
12.	AValiação DO PLANO	177
12.1.	Enquadramento.....	177
12.2.	Indicadores de monitorização	178
13.	BIBLIOGRAFIA.....	183

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1.1.	Estrutura do PPVB	14
Figura 2.1	Enquadramento geográfico do PPVB.....	17
Figura 2.2	O prédio do PPVB	18
Figura 2.3	A área do PPVB no PDM de Mora.....	28
Figura 2.4	A área do PPVB na carta de condicionantes do PDM de Mora.....	29
Figura 3.1	Contextualização do concelho de Mora nas unidades de classificação climática	39
Figura 3.2	Enquadramento do concelho de Mora nas classes de precipitação média anual.....	39
Figura 3.3	Enquadramento do concelho de Mora nas classes de risco de geada	40
Figura 3.4.	Contextualização do concelho de Mora na insolação anual em Portugal	40
Figura 3.5	Contextualização do concelho de Mora das unidades morfoestruturais	41
Figura 3.6	Hipsometria na área do PP de Vale Bom	42
Figura 3.7	Declives na área do PP de Vale Bom	43
Figura 3.8	Vista da área do PPVB a partir do limite norte	44
Figura 3.9	Geologia na área do prédio e envolvente imediata	45
Figura 3.10	Litologia na área do prédio e sua envolvente imediata	46
Figura 3.11	Tipos de solos (por família) na área do prédio e envolvente.....	48
Figura 3.12	Capacidade de uso dos solos na área do prédio e envolvente	49
Figura 3.13	Ocupação do solo na área do prédio e sua imediata	50

Figura 3.14 Vista da área do PP a partir de oeste.....	51
Figura 4.1 Pirâmides etárias (grupos quinquenais) do concelho de Mora (à esquerda, anos de 2001 e 2016) e da freguesia de Mora (à direita, 2011).....	61
Figura 4.2 População residente nos cenários Baixo, Central e Alto (2021 e 2031), Mora.....	63
Figura 4.3 Setores de atividade da população	64
Figura 4.4 Empresas em Mora e no Alentejo Central, entre 2008 e 2017	65
Figura 5.1 Sistema Urbano do PROT Alentejo	69
Figura 5.2 Índice de centralidade sedes de concelho da “região” Alentejo	70
Figura 5.3 Hierarquia urbana do concelho de Mora.....	71
Figura 5.4 Esboço da malha urbana de Mora	72
Figura 5.5 Tipologia dos edifícios em Mora.....	73
Figura 5.6 Materiais e técnicas de construção dos edifícios de Mora.....	74
Figura 5.7 Equipamentos existentes na envolvente do PPVB.....	77
Figura 5.8 Redes de abastecimento de água e saneamento na envolvente do PPVB	79
Figura 5.9 Rede elétrica na envolvente do PPVB	80
Figura 5.10 Locais de deposição de RSU na envolvente do PP de Vale Bom	81
Figura 5.11 Classificação da rede viária na envolvente do PPVB.....	83
Figura 5.12 Acessibilidade à área do PP de Vale Bom.....	85
Figura 5.13. Principais acessos viários a Mora	87
Figura 5.14 Proposta de acessos à área do PP de Vale Bom	89
Figura 5.15 Estrada de ligação do PP de Vale Bom à Rua de Santo António	89
Figura 5.16 Entrada da ligação do PP de Vale Bom à Rua de Santo António	90
Figura 5.17 Término da rua da Escola	90
Figura 5.18 Património de interesse para o PPVB	91
Figura 5.19 Unidades de paisagem no PPVB e envolvente	92
Figura 5.20 Património arquitetónico da envolvente do PPVB	93
Figura 6.1 Localização dos pontos de medição e ruas envolventes do PPVB.....	106
Figura 6.2 Código de cores segundo diretrizes da APA.....	109
Figura 6.3 - Mapa de ruído, indicador L_{den} - Situação atual.....	112
Figura 6.4 - Mapa de ruído, indicador L_n - Situação atual.....	113
Figura 6.5 Vias e polígonos de implantação previstos para o PPVB	114

Figura 6.6 Extrato do Mapa de Ruído Municipal de Mora na área do PPVB, indicador L_{den}	116
Figura 6.7 Extrato do Mapa de Ruído Municipal de Mora na área do PPVB, indicador L_n	116
Figura 6.8 - Mapa de ruído, indicador L_{den} – Média anual segura – Situação Futura.....	121
Figura 6.9 - Mapa de ruído, indicador L_n – Média anual segura – Situação Futura.....	122
Figura 9.1. Conteúdo documental do PPVB.....	146
Figura 9.2. Qualificação do solo no PPVB.....	150
Figura 9.3. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM de Mora.....	167
Figura 9.4. Extrato da Planta de Condicionantes do PDM de Mora.....	172

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 2.1 Quadro de referência estratégico do PPVB.....	19
Quadro 3.1 Ocupação do solo na área do prédio.....	51
Quadro 4.1 Densidade populacional, população residente e taxa de variação da população residente no concelho e NUT III Alentejo Central.....	59
Quadro 4.2 Variáveis microdemográficas do Alentejo Central e concelho.....	60
Quadro 4.3 Taxa de crescimento efetivo no Alentejo Central e concelho.....	60
Quadro 4.4 População residente e taxa de variação da população residente na freguesia e lugar.....	62
Quadro 4.5 População residente (2011) população residente estimada (2016) e população nos cenários Baixo, Central e alto (2021 e 2031), Mora.....	62
Quadro 4.6 Alguns indicadores socioeconómicos de Mora.....	63
Quadro 5.1 Quadro resumo do edificado.....	74
Quadro 5.2 Número de equipamentos por tipologia que servem o PPVB.....	77
Quadro 5.3. Quadro de bordo distância tempo entre o PP de Vale Bom e alguns lugares relevantes.....	84
Quadro 5.4 Património arquitetónico na envolvente do PPVB.....	94
Quadro 6.1. Valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior.....	103
Quadro 6.2 Volume de tráfego registado.....	109
Quadro 6.3 Média anual de tráfego rodoviário.....	111
Quadro 6.4 Resultados das medições acústicas e previsão do Mapa de Ruído da Situação Atual.....	117
Quadro 6.5 Previsão de TMH na situação futura (média anual segura).....	118



Quadro 9.1. Matriz de verificação do conteúdo material do PP relativamente ao disposto no RJIGT	145
Quadro 10.1. Programa de execução do PPVB	175
Quadro 11.1. Estimativa dos encargos com a urbanização e criação de espaços verdes	176
Quadro 11.2. Benefícios e encargos para o Município (valores em euros).....	176
Quadro 12.1. Indicadores de monitorização do PPVB, por FCD e respetivos critérios e objetivos ambientais e de sustentabilidade	179
Quadro 12.2. Indicadores de monitorização – objetivos e metas de referência, unidade de medida, periodicidade e fontes de informação	181

1. CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. ÂMBITO E ALCANCE

As autarquias locais enfrentam, como nunca, o desafio da competitividade territorial, instigando-as a apostar na promoção do território e no empreendedorismo local, com vista a fixação e captação de população e investimento, em simultâneo com o reforço da qualificação dos cidadãos, com base numa política de governança local, ou seja, de proximidade materializando os princípios de subsidiariedade e parceria.

Neste âmbito e no quadro das suas “atribuições”¹, definidas na Lei das Autarquias Locais, e com o disposto no n.ºs 1 e 2 do artigo 8.º da LBPPSOTU², que coloca nas autarquias o dever de promover a “política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo” e de “planear e programar o uso do solo e (...) a respetiva concretização”, em conjugação com a Lei de Bases da Habitação³, em particular com o que consagra a alínea h), n.º 5 do artigo 16.º, o Município de Mora intende contribuir para a dinamização do mercado da habitação, a custos acessíveis, na vila sede de concelho.

Para o efeito, o Município de Mora, em convergência com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do concelho (CMM, 2018), deliberou em reunião ordinária de 2 de maio de

¹ Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, nomeadamente com o previsto nas alíneas m) e n) do artigo 23.º, referentes, respetivamente, à promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território.

² Lei de Bases Gerais da Política Pública de solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU), Lei n.º 31/2014, de 30 de maio.

³ Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro.

2019¹, elaborar um Plano de Pormenor, com **efeitos registais**, adiante apenas designado por **Plano de Pormenor de Vale Bom em Mora (PPVB)**, conducente a promover uma **operação urbanística para fins habitacionais**, no sítio de Vale Bom, em Mora, em simultâneo com a **qualificação ambiental e valorização paisagística** do local.

A referida deliberação de início do procedimento de elaboração do PPVB definia seis meses como **prazo máximo de elaboração do Plano**, tendo sido este prazo prorrogado por igual período, através do Edital (extrato) n.º 219/2020, de 7 de fevereiro². Aquele diploma fixa ainda um período de **participação pública** de 15 dias para formulação de sugestões por qualquer interessado ou para apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 76.º e n.º 2 do artigo 88.º do RJIGT.

O PPVB tem como **objeto**, *cfr.* consagrado no n.º 1 do artigo 101.º do RJIGT³, desenvolver e concretizar “em detalhe as propostas de ocupação de qualquer área do território municipal, estabelecendo regras sobre a implantação das infraestruturas e o desenho dos espaços de utilização coletiva, a implantação, a volumetria e as regras para a edificação e a disciplina da sua integração na paisagem, a localização e a inserção urbanística dos equipamentos de utilização coletiva e a organização espacial das demais atividades de interesse geral”.

Entre o **conteúdo documental** do PP, estabelecido pelo artigo 107.º do RJIGT, destaca-se o **Regulamento**, a **Planta de Implantação** e a **Planta de Condicionantes**, sendo ainda acompanhado pelo **Relatório**, **Relatório Ambiental** e **Peças escritas e desenhadas** que suportem as **operações de transformação fundiárias** previstas, nomeadamente para **efeitos de registo predial** e de elaboração ou conservação do cadastro geométrico da propriedade rústica ou do cadastro predial.

¹ Publicada através do Edital n.º 665/2019, de 23 de maio, Diário da República, 2.ª série, n.º 99.

² Diário da República, 2.ª série, Parte H, n.º 27.

³ Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, DL n.º 80/2015, de 14 de maio.

As referidas peças escritas e desenhadas que suportem as operações de transformação fundiárias para efeitos de registo predial são as previstas no n.º 3 do artigo 107.º do RJIGT, nomeadamente:

- a) Planta cadastral ou ficha cadastral original, quando existente;
- b) Quadro com a identificação dos prédios, natureza, descrição predial, inscrição matricial, áreas e confrontações;
- c) Planta da operação de transformação fundiária, com a identificação dos novos prédios e dos bens de domínio público;
- d) Quadro com a identificação dos novos prédios ou fichas individuais, com a indicação da respetiva área, da área destinada à implantação dos edifícios e das construções anexas, da área de construção, da volumetria, da altura total da edificação ou da altura da fachada e do número de pisos acima e abaixo da cota de soleira para cada um dos edifícios, do número máximo de fogos e da utilização de edifícios e fogos;
- e) Planta com as áreas de cedência para o domínio municipal;
- f) Quadro com a descrição das parcelas a ceder, sua finalidade e área de implantação, bem como das áreas de construção e implantação dos equipamentos de utilização coletiva;
- g) Quadro de transformação fundiária, explicitando a relação entre os prédios originários e os prédios resultantes da operação de transformação fundiária.

O **relatório**, por sua vez, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 101.º do RJIGT, deve conter “a fundamentação técnica das soluções propostas no plano, suportada na identificação e caracterização objetiva dos recursos territoriais da sua área de intervenção e na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais, e culturais para a sua execução”.

É com este sentido que se apresenta o Relatório do Plano de Pormenor de Vale Bom em Mora, estruturado em **onze partes fundamentais**, nomeadamente:

1. a **primeira**, é dedicada à definição dos fundamentos, âmbito, alcance, objetivos e metodologia da elaboração do PPVB;
2. a **segunda**, é dedicada ao enquadramento geográfico e ao quadro de referência estratégico do PPVB;
3. a **terceira**, aborda o quadro biofísico e paisagístico;
4. a **quarta** é dedicada à análise da situação demográfica e socioeconómica local;
5. a **quinta** é dedicada ao estudo do sistema urbano, redes, acessibilidade e mobilidade e património na área do PPVB;
6. a **sexta** analisa o ruído;
7. a **sétima** refere-se ao diagnóstico e à definição das linhas estratégicas do PPVB;
8. a **oitava** é dedicada às condicionantes;
9. a **nona**, contém a proposta de plano e avalia a conformidade e compatibilidade do Plano com os IGT em vigor;
10. a **décima**, é dedicada à execução;
11. e, por último, a **décima primeira**, refere-se ao plano de financiamento e ponderação da sua sustentabilidade económica-financeira.

1.2. OBJETIVOS

O PPVB, abrangendo uma área marginal do perímetro urbano da vila de Mora da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG – Mora /zona 2), visa enquadrar uma operação urbanística para fins habitacionais, com um triplo sentido, designadamente:

1. atrair e incentivar fixar no concelho e em particular na vila de Mora, população jovem e em idade ativa;

2. estruturar o perímetro urbano, colmatando a malha como se infere da delimitação no PDM da UOPG – Mora/Zona 2;
3. qualificar do ponto de vista ambiental e valorizar paisagisticamente o local.

Em alinhamento com a estratégia de desenvolvimento (CMM, 2018), o PPVB:

1. será um estímulo, de iniciativa pública, para promover a **atração e fixação de população jovem** e em idade ativa na sede de concelho, na medida em que permitirá aumentar a oferta de habitação, designadamente habitação acessível na vila de Mora;
2. **revitalizar e fortalecer a economia local** através de ganhos de escala demográfica;
3. **valorizará o território**, através da requalificação de um espaço degradado e da recuperação paisagística da linha de água que atravessa a área sujeita ao PPVB, incrementando a atratividade do aglomerado e a sua competitividade.

Como **objetivos específicos** do PPVB visa, designadamente:

1. detalhar o modelo de desenvolvimento e de ocupação do solo, definindo, nomeadamente, as áreas a urbanizar e as diretrizes para as intervenções paisagísticas;
2. privilegiar soluções para o espaço público que promovam a mobilidade e acessibilidade para todos e, por conseguinte, a redução das barreiras arquitetónicas e urbanísticas, seguindo os princípios do *design for all*;
3. aumentar a oferta de habitação acessível na vila de Mora nas tipologias mais procuradas;
4. dinamizar a economia local;
5. proteger os valores naturais em presença.

1.3. METODOLOGIA

De acordo com os objetivos especificados que o PPVB se propõe, e segundo o objeto, conteúdo material e conteúdo documental dos PP (artigos 101.º, 102.º e 107.º do RJIGT), o PP estrutura-se de acordo com o plasmado na Figura 1.1.

O Relatório que consubstancia o PPVB contém a fundamentação técnica das soluções propostas, suportada na identificação e caracterização objetiva dos recursos territoriais da sua área de intervenção e na avaliação das condições ambientais, económicas, sociais, e culturais para a sua execução.

Figura 1.1. Estrutura do PPVB

Elementos constituintes

- Regulamento
- Planta de implantação
- Planta de condicionantes

Elementos acompanhantes

- Relatório (incluindo execução/operacionalização e plano de financiamento)
- Relatório da Avaliação Ambiental Estratégica
- Peças escritas e desenhadas das operações de transformação fundiárias previstas, incluindo quadros

Elementos complementares

- Planta de localização
- Planta da situação existente
- Planta com o traçados das infraestruturas, incluindo a modelação do terreno, cotas mestras, volumetrias; perfis transversais dos arruamentos
- Relatório do ruído
- Participações recebidas no decorrer da participação pública e relatório da respetiva ponderação
- Fichas dos dados estatísticos

1.4. BIBLIOGRAFIA

CMM (2018), Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do concelho de Mora

Edital n.º 665/2019, de 23 de maio, Diário da República, 2.ª série, n.º 99 – Determina a elaboração do Plano de Pormenor do Vale Bom em Mora

Edital (extrato) n.º 219/2020, de 7 de fevereiro, Diário da República, 2.ª série, Parte H, n.º 27 – Determina a prorrogação do prazo de elaboração do Plano de Pormenor do Vale Bom em Mora

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio – Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Lei n.º 83/2019, de 3 de setembro - Lei de bases da habitação

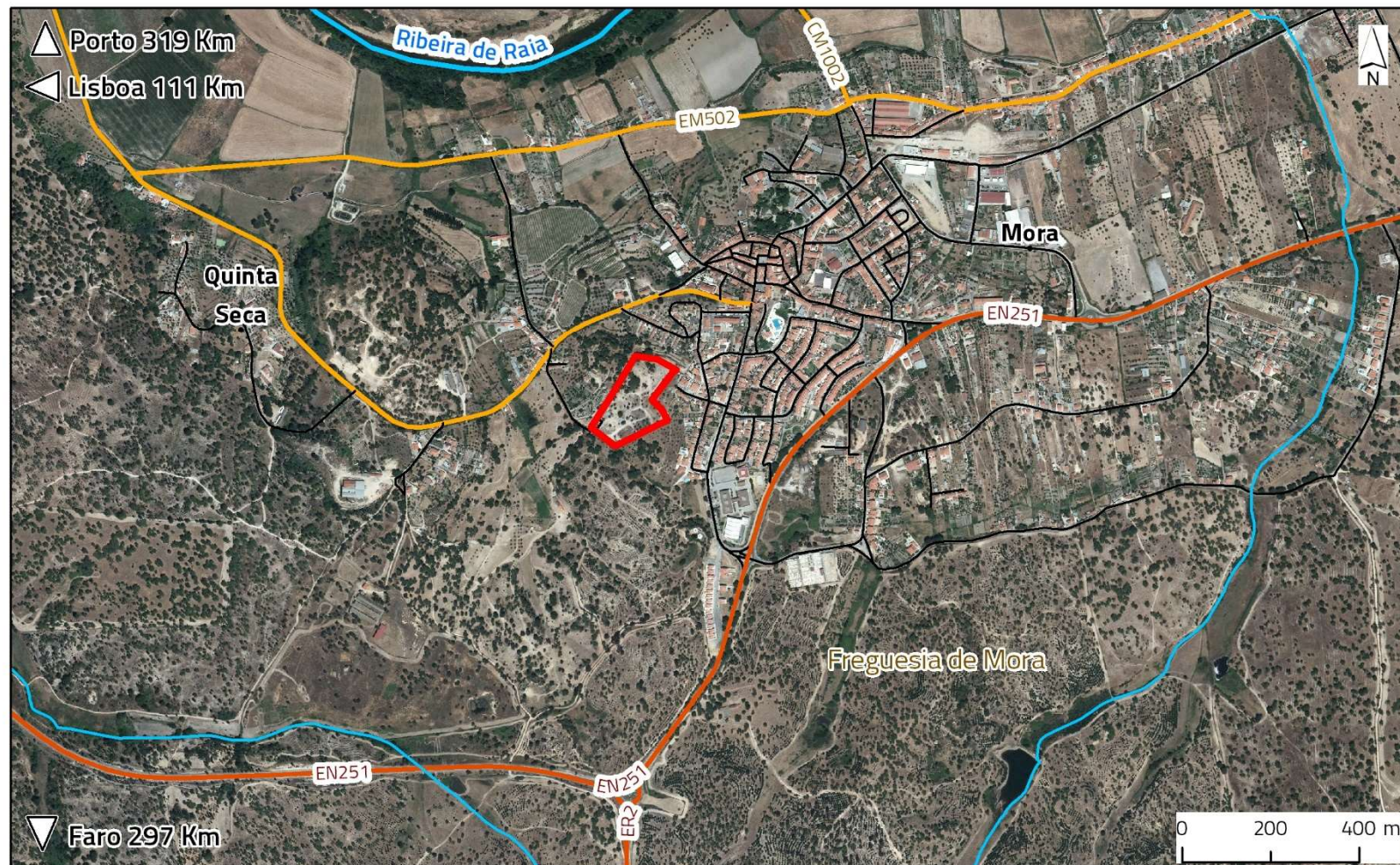
2. QUADRO GEOGRÁFICO E DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

2.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

O Plano de Pormenor de Vale Bom em Mora (PPVB), localiza-se no setor poente da vila de Mora, sede de concelho (*vd.* Figura 2.1 e peça gráfica - Planta de Localização), com as coordenadas aproximadas de $38^{\circ}56'30,1''N$ e $8^{\circ}10'7,63''O$. A área sobre a qual incide o PPVB corresponde a um prédio misto, com cerca de 2,15 *ha*, propriedade do Município de Mora, inscrito na conservatória do registo predial com artigo matricial rústico n.º 227, da secção A, da freguesia de Mora, e com o artigo urbano n.º 418 (*vd.* Figura 2.2).

No essencial o prédio corresponde a um vale, orientado *grosso modo* no sentido este-oeste, com os respetivos interflúvios em posição dissimétrica, com a vertente exposta a este-sudoeste grosseiramente em anfiteatro. No essencial é um prédio inculto, embora pontuado por oliveiras dispersas, e atualmente utilizado como estaleiro informal de depósito e corte de lenha e usado para alguma atividade pecuária de subsistência. O prédio é envolvido, grosseiramente, a norte, sul e oeste por solos rústicos mais ou menos arborizados, e a este pela Vila de Mora (*vd.* Figura 2.1 e Figura 2.2).

Desprovida de equipamentos e infraestruturas, a área do PPVB beneficia, contudo, da proximidade à vila de Mora, do que resulta uma fácil acessibilidade e ligação às redes fundamentais (viária, águas, saneamento e eletricidade).



 PP de Vale Bom



Rede hidrográfica

 Secundária
 Principal




Rede viária Mora

 Acesso local
 Distribuidora
 Estruturante

Toponímia

 Sede de freguesia
 Sede de concelho

Limites administrativos

 Concelho de Mora
 Concelho
 Distrito

 NUT III

 NUTII

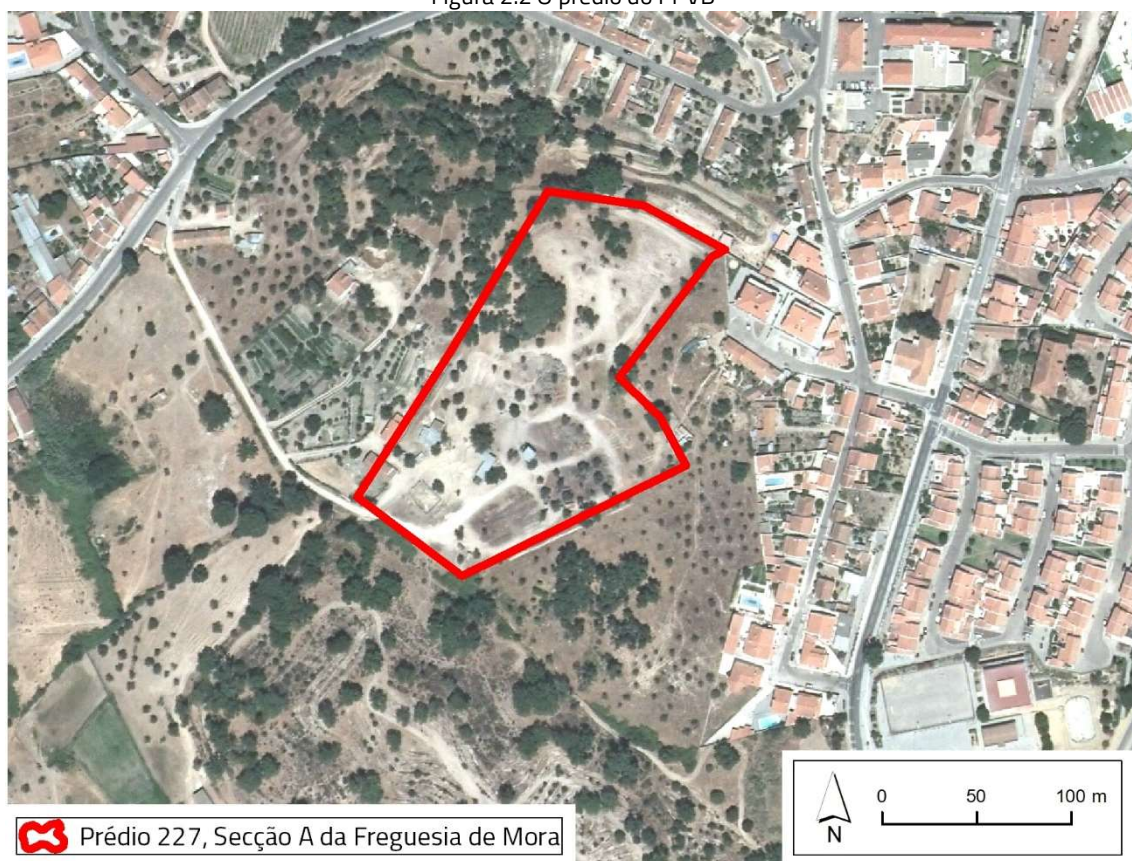
Figura 2.1 Enquadramento geográfico do PPVB

Fontes: Limites administrativos: CAOP, 2017 (DGT);
Cartografia de base: CM Mora, 2017 e DGT, 2018
Ortofotomapas 1:10000 DGT, 2015



De acordo com o que se pode verificar na planta de ordenamento do Plano Diretor Municipal de Mora (PDMM) eficaz (aprovado pelo Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro¹), o prédio integra-se no perímetro urbano da Vila, na categoria de “espaços urbanizáveis de média densidade” e “espaços verdes de proteção e enquadramento”, numa “área a sujeitar a plano de pormenor”. É daqui que decorre a possibilidade, agora concretizada, de elaborar o PPBV.

Figura 2.2 O prédio do PPVB



Fonte: Limites cadastrais (DGT, 2019, adaptado); Ortofotomapas 1:10 000 (DGT, 2015)

¹ Na redação atual conferida na sequência dos diversos procedimentos de dinâmica, nomeadamente: 1) Correção material e retificação (Aviso 6749/2010, de 1 de abril); 2) Retificação (Aviso n.º 786/2010, de 21 de abril); 3) Alteração por adaptação ao PROTA (Aviso n.º 25696-A/2010, de 9 de dezembro); 4) Retificação (Aviso n.º 256/2011 de 1 de fevereiro); 5) Retificação (Aviso n.º 4879/2012, de 29 de março); e 6) Correção material (Aviso n.º 5081/2012, de 3 de abril).

2.2. QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

De acordo com o que se pode ler nas alíneas a), b) e c) do artigo 75.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT) ¹, os planos municipais visam estabelecer (entre outros), a tradução, no âmbito local, do quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos programas nacional e regional, a expressão territorial da estratégia de desenvolvimento local e a articulação das políticas setoriais com incidência local.

Além do quadro legal fundamental que direta e imediatamente baliza a elaboração do PPVB², há um conjunto de outros instrumentos que necessariamente devem ser ponderados nesse âmbito. São estes instrumentos que definem o Quadro de Referência Estratégico, ou seja, os programas ou outros instrumentos que, em função do seu âmbito territorial ou mesmo setorial, de uma forma mais ou menos direta e impositiva constituem uma referência para o mesmo³ (vd. Quadro 2.1).

Quadro 2.1 Quadro de referência estratégico do PPVB

Instrumentos de gestão territorial e outros	Designação	Âmbito territorial
Instrumentos de Desenvolvimento Territorial	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)	Nacional
	Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROT Alentejo)	Regional
Instrumentos de Política Setorial	Plano Nacional da Água (PNA)	Nacional
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água 2012-2020	

¹ Aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio.

² Do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (DL n.º 80/2015, de 14 de maio), à Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo (LBPPSOTU, Lei n.º 74/2017, de 16 de agosto), ao RJIGT, ou o Regime de Avaliação de Planos e Programas, estabelecido através do DL n.º 232/2007, de 15 de junho, na redação dada pelo DL n.º 58/2011, de 4 de maio, ou ainda ao Decreto Regulamentar n.º 5/2019 de 27 de Setembro (conceitos), entre outros.

³ Sem prejuízo de outros, nomeadamente, diretrizes internacionais, que são sempre uma referência a considerar como farol de boas práticas, como seja, a Convenção de *Aarhus* (aprovada, para ratificação na Resolução da Assembleia da República n.º 11/2003, de 25 de fevereiro), a Convenção Europeia da Paisagem (ratificada por Portugal no Decreto n.º 4/2005, de 14 de fevereiro) ou o Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (EDEC), (aprovado no Conselho informal de ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território, em Potsdam (Alemanha), em maio de 1999).

	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PENSAAR) 2020	
	Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU 2020)	
	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015	
	Plano Nacional de Ação Ambiente e Saúde (PNAAS)	
	Plano Rodoviário Nacional (PRN2000)	
	Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas (PETI3+) 2014-2020	
	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) 2020/2030	
	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020)	
	Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação (PANCD)	
Instrumentos de Natureza Regulamentar	Plano Diretor Municipal de Mora	Municipal

2.2.1. SOBRE OS INSTRUMENTOS DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO

Dos instrumentos de referência estratégicos para a elaboração do PPVB destaca-se, pelo alcance, o PNPOT¹ e o PROTA².

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

O **PNPOT** estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia (DGT, 2018).

¹ Aprovado pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

² Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto.

O primeiro PNPOT de Portugal (PNPOT 2007) foi aprovado pela Assembleia da República¹, no culminar de um amplo debate sobre as questões chave da organização territorial do país. Alvo de avaliação em 2014, evidenciou-se um conjunto de necessidades² que culminaram na decisão da alteração em 2016 (DGT, 2018).

A Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, aprovou a primeira revisão deste programa, constituído por um **programa de ação** para o **horizonte 2030**, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de longo prazo suportada por uma visão para o futuro do país e, também, no estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o **PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais** financiados por programas nacionais e comunitários.

O **Programa de Ação 2030** responde às opções estratégicas inerentes aos desafios territoriais e visa concretizar o modelo territorial, organizando-se em cinco pontos:

1. compromissos para o território;
2. domínios e medidas;
3. operacionalização do modelo territorial;
4. diretrizes para os Instrumentos de gestão territorial;
5. modelo de governação.

Desta feita, o PNPOT colona na **agenda 10 compromissos** para o território, nomeadamente:

1. robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades;

¹ Aprovado pela Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro, revogada pela Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro.

² Nomeadamente a necessidade de investir numa estrutura de governança permanente, de estabelecer referenciais de base territorial para as políticas setoriais, e em particular as redes de serviços de interesse geral e a necessidade de definir referenciais estratégicos para abordagens territoriais integradas e para a contratualização e programação de ações territoriais e de articular melhor os instrumentos de gestão territorial e de programação operacional (DGT, 2018).

2. atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica;
3. adaptar os territórios e gerar resiliência;
4. descarbonizar acelerando a transição energética e material;
5. remunerar os serviços prestados pelo capital natural;
6. alargar a base económica territorial com mais capacitação, conhecimento e inovação;
7. incentivar os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território;
8. integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade;
9. garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos;
10. reforçar nos IGT a eficiência territorial pela concentração da habitação e das atividades, pela reabilitação e regeneração urbanas, pela mobilidade sustentável, economia circular e de partilha e consumos de proximidade.

Destes, destaca-se, no âmbito do PPVB, o **compromisso 2**, na medida em que o PPVB é elaborado precisamente com vista a criar condições para captar e reter na vila residentes NA Vila de Mora; o **compromisso 3**, pois que transversalmente está subjacente no PPVB a resiliência ambiental e sociodemográfica e económica do território; e os **compromissos 8 a 10** já que determinam diretrizes diretas sobre os IGT, como é o caso do PPVB. Essas diretrizes, que constam no capítulo 4, são subdivididas em duas secções, designadamente:

1. as **diretrizes de coordenação e articulação** para o Programa Nacional de Políticas de Ordenamento do Território, nomeadamente, para os Programas e Planos Municipais;
2. as **diretrizes de conteúdo** para os Programas Regionais de Ordenamento do Território e os Planos Diretores Municipais, dado que estes instrumentos são determinantes para a concretização das orientações de organização e funcionamento territorial emanadas do PNPOT.

De entre as **diretrizes de coordenação e articulação** do PNPOT, nomeadamente, para os Planos de Pormenor (PP), destacam-se as seguintes:

1. os PU e PP desenvolvem os PDM e nesse seguimento devem igualmente considerar os quadros de referência nacionais e regionais;
2. o PNPOT afirma a necessidade de dotar os principais centros urbanos dos respetivos PU e incentiva a adoção de PU e PP e de Unidades de Execução (UE), em função da respetiva adequabilidade e para os diversos tipos de espaço urbano, libertando os PDM de conteúdos urbanísticos excessivos e tornando mais qualificada, eficiente e adaptativa a gestão urbanística;
3. afirma ainda necessidade de capacitar as instituições e atores para a operacionalização do regime económico do solo, em articulação com o código das expropriações e outros instrumentos legais e financeiros que condicionam a sua aplicação.

Ao nível das **diretrizes de conteúdo** para os PU e PP, o PNPOT aponta:

1. o foco na qualidade do desenho urbano e da urbanização, como dimensões fundamentais do funcionamento das áreas urbanas e do seu relacionamento com as rurais, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência do uso de recursos, para a atratividade territorial e para a qualidade de vida dos habitantes. Para alcançar níveis superiores de qualidade nestas dimensões, o PNPOT aponta a necessidade de reforçar a dinâmica de elaboração dos PP, PU e/ou Unidades de Execução, à escala territorial adequada e em função das necessidades e objetivos das intervenções;
2. a recentralização da abordagem de planeamento e gestão que deve considerar as áreas de urbanização concentrada, centrais e periféricas, as áreas de urbanização descontínua e fragmentada e áreas de edificação dispersa a estruturar, encontrando os instrumentos mais adequados para a definição de soluções de desenho urbano, urbanização e funcionalidade;
3. como cruciais no âmbito do desenho urbano e da urbanização, a promoção de modelos de proximidade funcional e de mobilidade sustentável e de desincentivo da artificialização do solo, através da reabilitação e regeneração e da reutilização do construído e da adoção de soluções com base natural e criação de espaços verdes, no

quadro da importância dos espaços urbanos para os compromissos de descarbonização e eficiência da utilização de recursos e para os objetivos de qualidade de vida;

4. o interesse dos instrumentos de planejamento (PU e PP) considerarem áreas de intervenção que promovam as sinergias dos espaços urbanos e rurais, nas suas diversas funções e atividades para as abordagens da sustentabilidade, nomeadamente, a economia circular, mobilidade sustentável e adaptação climática e para a qualidade de vida da população, nomeadamente recreação e lazer, alimentação saudável e acesso a serviços de interesse geral, sem prejuízo da manutenção da devida classificação em solo urbano e rústico.

O PPVB orienta-se pelas diretrizes de coordenação e articulação e de conteúdo definidas em sede de PNPOT na medida em que:

1. considera o quadro de referência territorialmente mais abrangente;
2. materializa o PDM de Mora, dando continuidade às suas próprias orientações ao considerar que a área em causa deverá ser sujeita a PP;
3. é o instrumento com a escala territorial mais adequada às necessidades e objetivos do Município para o local;
4. considera as áreas de urbanização a estruturar, encontrando os instrumentos adequados para a definição de soluções de desenho urbano, urbanização e funcionalidade;
5. promove um modelo de proximidade funcional e de mobilidade sustentável e a adoção de soluções com base natural e de criação de espaços verdes e por isso um instrumento para a resiliência do território.

Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo

O PPVB é incontornavelmente balizado pelo PROTA¹, que define a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas ao nível nacional e considerando as estratégias municipais de ordenamento do território e de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos programas especiais de ordenamento do território e dos planos municipais de ordenamento do território.

Neste âmbito, segundo o PROTA, a “região” do Alentejo “afirma-se como **território sustentável** e de forte **identidade regional**, sustentada por um **sistema urbano policêntrico**, garantindo adequados níveis de **coesão territorial** e afirmando uma reforçada integração com outros espaços nacionais e internacionais, valorizando o seu **posicionamento geoestratégico**. Enquanto espaço de baixa densidade aposta em nichos de oportunidade ligados a atividades emergentes potenciadores dos seus ativos naturais e patrimoniais. A sustentabilidade territorial assenta na **valorização dos recursos endógenos**, designadamente, dos valores naturais e paisagísticos e no desenvolvimento de níveis acrescidos de concertação estratégica e cooperação funcional, capazes de gerar novas oportunidades e responder eficazmente aos potenciais riscos ambientais e sociais”.

A concretização da ambição da “região” significa prosseguir **quatro grandes objetivos estratégicos**², a saber:

1. qualificar e diversificar o *cluster* turismo/lazer;
2. robustecer e qualificar a economia, promover atividades intensivas em conhecimento;
3. promover um modelo territorial equilibrado e competitivo;
4. consolidar um sistema ambiental sustentável e durável.

¹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, alterada pela Declaração de Rectificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

² Definidos em torno da consolidação dos conceitos fundamentais do desenvolvimento – competitividade económica, coesão social e sustentabilidade ambiental que devem ser entendidos como um todo interdependente.

Neste sentido, o PROTA define **quatro eixos estratégicos**:

1. integração territorial e abertura ao exterior;
2. conservação e valorização do ambiente e do património natural;
3. diversificação e qualificação da base económica regional;
4. afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.

O PPVB segue os princípios definidos em sede do PROT, alinhando-se com os objetivos e com os eixos estabelecidos para o Alentejo, nomeadamente:

1. promoção de um modelo territorial equilibrado e competitivo;
2. consolidação de um sistema ambiental sustentável e durável;
3. integração territorial;
4. conservação e valorização do ambiente;
5. afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.

2.2.2. SOBRE O QUADRO REGULAMENTAR

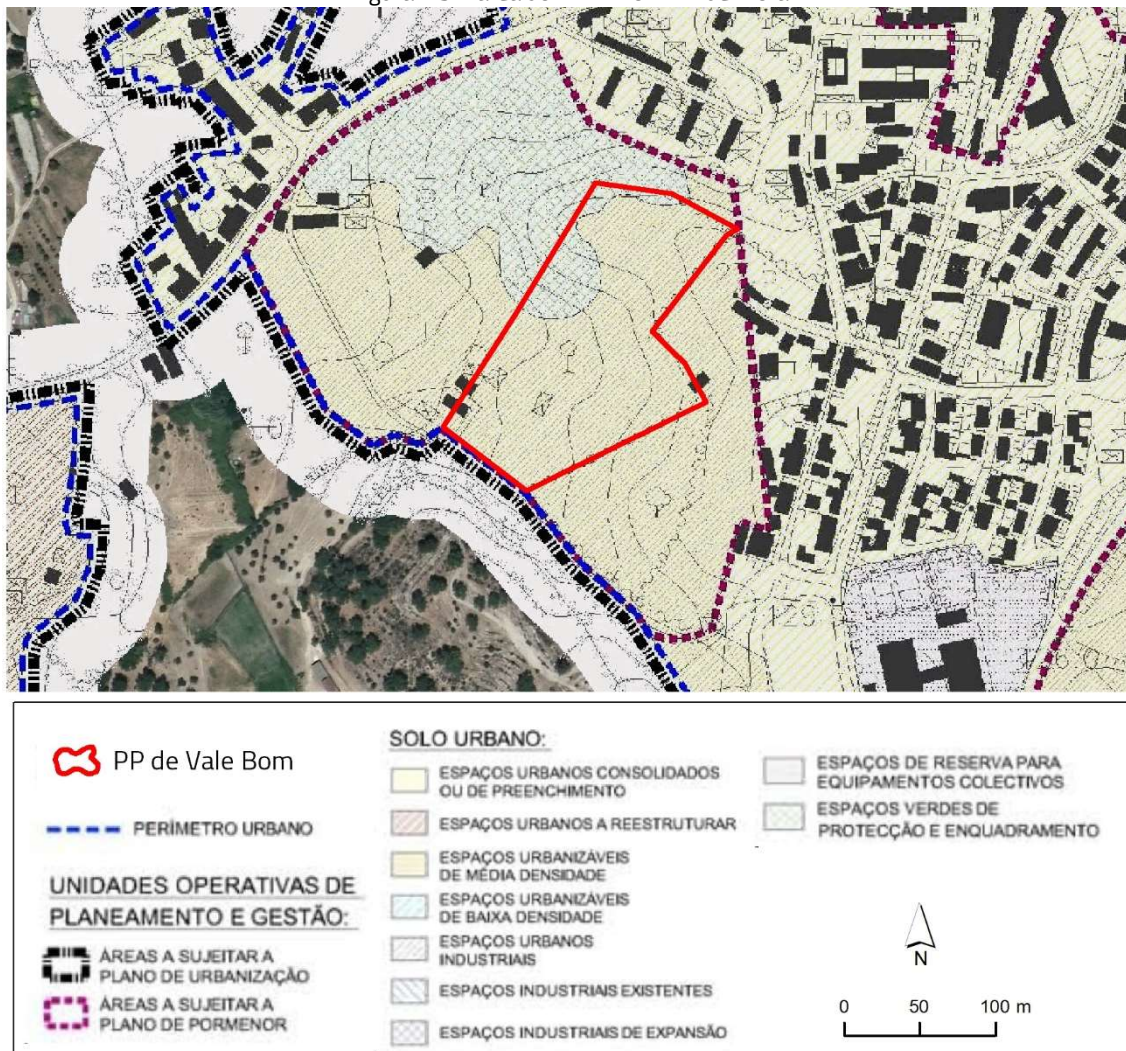
Neste âmbito considera-se o PDMM eficaz, de segunda geração¹, do qual decorre o enquadramento fundamental para a elaboração do PPVB. E, do que se pode constatar, atentando para a carta de ordenamento do PDM (*vd.* Figura 2.3), o prédio integra-se em solo urbano, nas categorias de **“espaços verdes de proteção e enquadramento”** (junto ao limite norte e noroeste do prédio) e **“espaços urbanizáveis de média densidade”** (a área restante). Pode-se ainda verificar aí que o local se integra numa Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), em concreto, em **“áreas a sujeitar a plano de pormenor”**.

¹ A primeira geração de PDM foi elaborada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 69/90, de 2 de março, sendo que o PDM eficaz foi elaborado ao abrigo do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações então introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de setembro.

De acordo com o regulamento do PDM, secção VIII, os **“espaços verdes de proteção e enquadramento”**, são constituídos por espaços com valor paisagístico, ambiental ou cultural existentes nos perímetros urbanos ou que servem como faixas de proteção a vias ou zonas industriais.

De acordo com a Secção IV do Regulamento os **“espaços urbanizáveis de média densidade”**, são constituídos por espaços contíguos aos espaços urbanos consolidados ou de preenchimento existentes, proporcionando, para além do espaço para a expansão dos aglomerados urbanos, a estruturação do perímetro urbano. Estes espaços, quando não possuem infraestruturas (como é o caso da área do PPVB), têm possibilidade de fácil ligação e destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente habitacionais, podendo integrar outras funções, como atividades terciárias, comércio, turismo e equipamentos, desde que, pelas suas características, sejam legalmente compatíveis com a função habitacional (*cf.* artigo 30.º).

Figura 2.3 A área do PPVB no PDM de Mora



Fonte: Carta de ordenamento (extrato) do PDMM, escala 1:5 000.

O **regime de edificabilidade** determina que estes espaços sejam sujeitos a Plano de Pormenor ou a operações de loteamento¹ com os condicionamentos seguintes (n.º 1 do artigo 31.º):

- índice de ocupação máximo de 0,6 nos lotes para uso habitacional;
- lote mínimo de 200 m² para uso habitacional;

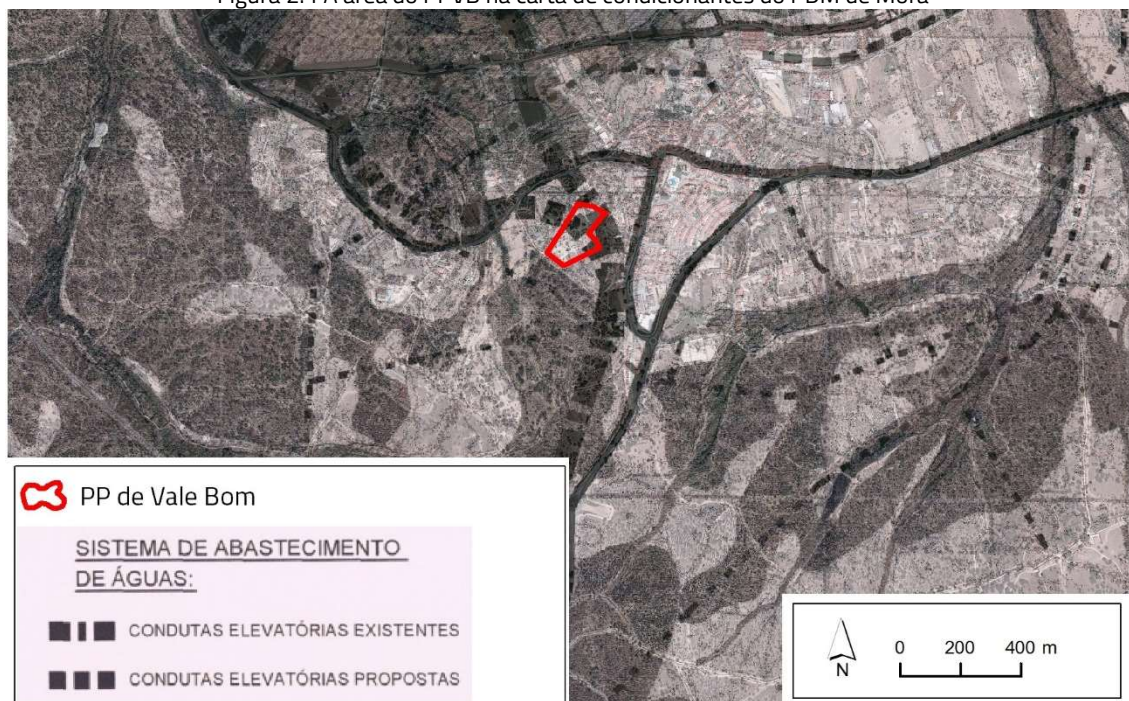
¹ Não aplicáveis ao caso, uma vez que o local está integrado numa UOPG e, por conseguinte, nos termos da carta de ordenamento do PDM, em áreas sujeitas a PP.

- c) altura máxima das construções de 6,5 m, não podendo exceder 2 pisos, com exceção de instalações técnicas especiais, silos ou depósitos de água;
- d) a profundidade máxima das construções para uso habitacional é de 15 m;
- e) a frente mínima de lote é de 10 m para uso habitacional.

Por fim, o n.º 2 do artigo 31.º determina que nos espaços urbanizáveis de média densidade é interdita a instalação de qualquer tipo de indústria transformadora e de armazéns.

No que respeita às **condicionantes ao uso do solo**, como se pode verificar na respetiva carta (vd. Figura 2.4), o local aparenta ser atravessado por uma conduta elevatória e existe como referência um corredor para uma conduta prevista (sistema de abastecimento de água)¹.

Figura 2.4 A área do PPVB na carta de condicionantes do PDM de Mora



Fonte: Carta de condicionantes (extrato) do PDMM, escala 1:25 000.

¹ De anotar que o Município não tem qualquer interesse em instalar no local qualquer conduta elevatória e que no local não ocorrem quaisquer redes. A escala do PDM pode justificar este desfasamento entre a realidade e a situação existente (vd. a propósito o capítulo 5.2).

Neste âmbito, conclui-se que **não se impõem atualmente servidões administrativas e restrições de utilidade pública que se constituam como “condicionantes” ao regime de uso admitido**, na área do PP de Vale Bom.

Conclui-se igualmente que a concretização do PP de Vale Bom em Mora **vai ao encontro do previsto** em sede do PDM de Mora.

2.2.3. SOBRE OUTROS INSTRUMENTOS

Na esfera dos **outros instrumentos**, de âmbito nacional, regional e local, que configuram também referências estratégicas, planos de ação ou mecanismos financeiros com influência no território do concelho de Mora, onde se insere PPVB, e sem prejuízo dos demais, destacam-se os seguintes:

1. Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005-2015;
2. Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020);
3. Plano Nacional de Eficiência Energética (PNAEE);
4. Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC 2020-2030).

Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) 2005 - 2015

A **ENDS** e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS), aprovados pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de agosto, assume como desígnio “retomar uma trajetória de crescimento sustentado que torne Portugal num dos países mais competitivos

e atrativos da União Europeia, num quadro de elevado nível de desenvolvimento económico, social e ambiental e de responsabilidade social.” O diploma de aprovação inclui também o respetivo Plano de Implementação e os indicadores de monitorização. Assim, a ENDS tem como **objetivos** principais:

1. preparar Portugal para a “sociedade do conhecimento”, através de:
 - a. acelerar o desenvolvimento científico e tecnológico como base para a inovação e a qualificação;
 - b. melhorar as qualificações e criar as competências adequadas para um novo modelo de desenvolvimento.
2. o crescimento sustentado, competitividade à escala global e eficiência energética;
3. melhor ambiente e valorização do património;
4. mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social;
5. melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território;
6. um papel ativo de Portugal na construção europeia e na cooperação internacional.

O PPVB estará, no quadro do seu âmbito e alcance, em total alinhamento com a política e os princípios do desenvolvimento sustentável, em particular, com o que preconizam os objetivos 2 a 4 enunciados. Das suas disposições constarão orientações para a eficiência energética, para potenciar uma sociedade inclusiva e acessível a todos, e para a otimização dos recursos e a valorização do património e ambiente urbano.

Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAC 2020)

A **ENAAC 2020**, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30, enquadrada no Quadro Estratégico para a Política Climática (QEPiC), assume como visão “um país adaptado aos efeitos das alterações climáticas, através da contínua implementação de soluções baseadas no conhecimento técnico-científico e em boas práticas”. A ENAAC 2020 define assim um modelo de organização onde é claramente promovida a articulação entre os

diversos setores e partes interessadas tendo em vista a prossecução de prioridades através de **três objetivos**, nomeadamente:

1. melhorar o nível de conhecimento sobre as alterações climáticas;
2. implementar medidas de adaptação;
3. promover a integração da adaptação em políticas setoriais.

O PPVB é elaborado e preconiza um absoluto alinhamento, no seu âmbito e alcance operativo, com a ENAAC. Nesse sentido, além de no mesmo constar uma contextualização do clima e situação climática, da estratégia e das respetivas medidas e execução constam medidas para o desenvolvimento sustentável e especificamente de adaptação às alterações climáticas.

Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética (PNAEE)

Aprovado através da Resolução de Conselho de Ministros n.º 20/2013, de 4 de outubro, o PNAEE (que também aprova o Plano Nacional de Ação para as Energias Renováveis para o período 2013/2020), abrange seis áreas temáticas específicas: **transportes, residencial e serviços, indústria, estado, comportamentos e agricultura**. Estas áreas incluem um total de 10 programas e medidas de melhoria da eficiência energética, visando alcançar para o horizonte temporal de 2016-2020, os seguintes objetivos:

1. cumprir todos os compromissos assumidos por Portugal de forma economicamente mais racional;
2. reduzir significativamente as emissões de gases com efeito de estufa, num quadro de sustentabilidade;
3. reforçar a diversificação das fontes de energia primária, contribuindo para aumentar estruturalmente a segurança de abastecimento do País;
4. aumentar a eficiência energética da economia, em particular no setor Estado, contribuindo para a redução da despesa pública e o uso eficiente dos recursos;

5. contribuir para o aumento da competitividade da economia, através da redução dos consumos e custos associados ao funcionamento das empresas e à gestão da economia doméstica, libertando recursos para dinamizar a procura interna e novos investimentos.

Neste contexto, o PNAEE é essencialmente executado através de medidas regulatórias (*e.g.*, imposição de penalizações sobre equipamentos ineficientes, requisitos mínimos de classe de desempenho energético, obrigatoriedade de etiquetagem energética, obrigatoriedade de realização de auditorias energéticas), mecanismos de diferenciação fiscal (*e.g.*, discriminação positiva em sede de IUC, ISV e ISP) e apoios financeiros provenientes de fundos que disponibilizam verbas para programas de eficiência energética, tais como:

1. Fundo de Eficiência Energética (FEE), criado pelo Decreto-Lei n.º 50/2010, de 20 maio, e regulamentado pela Portaria n.º 26/2011, de 10 de janeiro, destinado a apoiar especificamente as medidas do PNAEE;
2. PPEC – Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica, promovido pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), no quadro do PNAC;
3. Fundo Português de Carbono (FPC), criado pelo DL n.º 71/2006, de 24 de março, destinado a apoiar, entre outros, projetos que conduzam à redução de emissões de gases com efeito de estufa;
4. Portugal 2020 e outros instrumentos financeiros comunitários.

O Município de Mora, enquanto ator local e apostado em dar o seu contributo para as alterações climáticas e sensível à necessidade de impor uma cultura para o desenvolvimento sustentável, apostará pois, no PPVB, em orientações e num desenho urbano que optimize os recursos e que garanta uma boa eficiência energética local.

Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC 2020-2030)

Publicada através da RCM n.º 131/2019, de 2 de agosto, a ENMAC 2020-2030, constitui um contributo para a descarbonização da mobilidade, favorecendo opções de deslocação mais sustentáveis como a utilização da bicicleta. Simultaneamente, pretende maximizar os benefícios para a saúde dos cidadãos, proporcionando-lhes hábitos de vida mais saudáveis.

Com a missão de incentivar o uso da bicicleta nas deslocações quotidianas e de lazer em distâncias curtas, potenciando sinergias com o transporte público em todo o território nacional e melhorando significativamente a qualidade de vida dos portugueses, possui como metas para 2030:

1. quota modal de viagens em bicicleta no território nacional de 7,5 %;
2. quota modal de viagens em bicicleta nas cidades de 10 %;
3. extensão total de ciclovias de 10 000 Km;
4. redução da sinistralidade rodoviária de ciclistas em 50 %.

Nessa medida são previstas quatro grandes áreas de ação na ENMAC: 1) **enquadramento e legislação**, 2) **investigação e desenvolvimento**, 3) **monitorização e avaliação**, e 4) **financiamento**. A estas acrescem três eixos específicos de intervenção: 1) **infraestruturas e intermodalidade**, 2) **capacitação e apoio**, e 3) **cultura e comportamentos**.

O PPVB não é alheio, mas antes, totalmente convergente com estes princípios e objetivos da ENMAC 2020-2030, pois que das suas preocupações estão subjacentes medidas de base territorial conducentes a promover a acessibilidade para todos, e assim os modos suaves de mobilidade no local e na ligação deste à Vila de Mora, associadas a uma política local para o desenvolvimento sustentável e de adaptação às alterações climáticas, como decorre da sua estratégia para o desenvolvimento do território (CMM/PlanningAll, 2018).

Depois de contextualizado o quadro estratégico de referência, o próximo capítulo incidirá sobre o quadro biofísico da área do PPVB, incluindo a envolvente imediata.

2.3 BIBLIOGRAFIA

APA (2019) – PERSU 2020 + Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020;

APA (2015b) – Plano Nacional da Água;

APA (2015a) – PENSAAR 2020 – Uma Estratégia ao Serviço da População: Serviços de Qualidade a um Preço Sustentável;

APA (2012) – Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água – Implementação 2012-2020

APA (2008) – Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável ENDS 2015;

CIMAC (2014) – Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial Alentejo Central 2020

CMM/PlanningAll (2018) – Plano Estratégico para o Desenvolvimento do concelho de Mora; Câmara Municipal de Mora, p.102

DGT (2018) – Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;

Governo de Portugal (2015) – Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas 2014-2020 PETI 3+;

República Portuguesa (2017) – Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética 2017 – 2020;

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 76/2016, de 9 de novembro;

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;

Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na redação atual;

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, e alterado pela Declaração de Rectificações n.º 19-D/98 de 31 de outubro, pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho e pelo DL 182/2003 de 16 de agosto;

Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril;

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio;

Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho;

Portaria n.º 187/2007, de 12 de fevereiro;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 61-A/2015, de 20 de agosto;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 56/2015, de 30 de julho;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto;

Resolução do Conselho de Ministros n.º 113/2005 de 30 de junho;

3. QUADRO BIOFÍSICO DE RELANCE

3.1. QUADRO BIOFÍSICO

O RJIGT estabelece, no n.º 2 do artigo 107.º, que o Plano de Pormenor é acompanhado por relatório, contendo a fundamentação técnica das soluções propostas no plano, suportada na identificação e caracterização objetiva dos **recursos territoriais da sua área de intervenção** e na **avaliação das condições ambientais**.

É neste sentido que o presente capítulo é elaborado, para o que se recorreu a uma revisão bibliográfica e estudo e análise da informação disponível, além ainda do trabalho de campo.

O capítulo inicia-se com uma abordagem ao clima que influencia a área do PPVB, seguida de uma breve abordagem sobre o contexto morfoestrutural (enquadramento nas unidades morfoestruturais de Portugal continental) e sobre a morfologia. É aqui também elaborada a análise à geologia e litologia, tipos de solos e a capacidade de uso e, por fim, a ocupação e uso atual do solo.

Do CLIMA

As variadas combinações de elementos do clima como a **precipitação, temperatura, humidade, pressão atmosférica** e **vento** (por exemplo), originam diferentes situações de

tempo (BRITO, 2005), tendo como fatores influenciadores a **latitude**, o **relevo**, a **proximidade ao mar**, o **contexto geográfico**, entre outros.

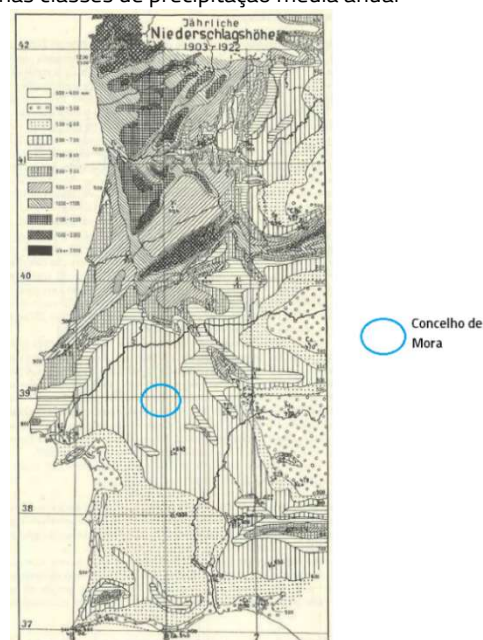
Neste contexto, atentos à classificação climática de **Köppen**, adaptada por **RIBEIRO (1997)**, o clima do concelho de Mora, e concretamente da área do PPVB, é **temperado com inverno chuvoso e verão seco e quente (Csa)**, (vd. Figura 3.1). A temperatura média anual ronda os 16,3 °C, sendo que a **temperatura média do mês mais frio** é de cerca de **9,5 °C** e a **temperatura média do mês mais quente** é de cerca de **23 °C**, (RIBEIRO (1997). A **amplitude térmica anual**, do concelho de Mora, e nomeadamente da área do PPVB, é assim de cerca de **13,5 °C**.

A **precipitação média anual**¹ (considerando os dados das estações do SNIRH²) é na ordem dos **600-700 mm** médios anuais, em linha com o estabelecido por LAUTENSACH (1932), com base na precipitação média anual de 1903-1922 para esta área do Alentejo (vd. Figura 3.2).

¹ Média das precipitações anuais no período 1951-1998 (48 anos).

² Arraiolos, Avis, Coruche, Pavia, São Geraldo, Vimieiro e Barragem de Montargil.

Figura 3.2 Enquadramento do concelho de Mora nas classes de precipitação média anual



Fonte: Adaptado de Lautensach, 1997

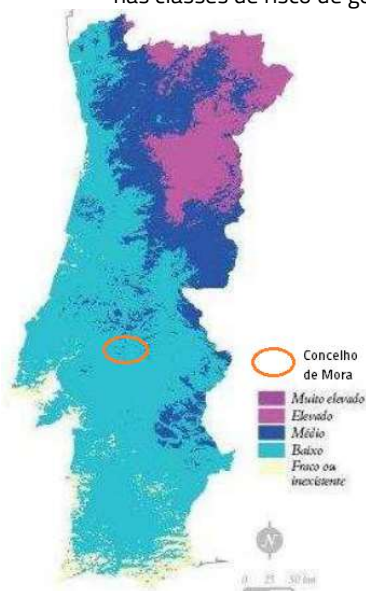
Quanto à **humidade relativa**, a sub-região do Alentejo Central, onde se insere o concelho de Mora, a **média anual ronda os 69%**, com uma amplitude média anual de cerca de 40% entre os meses mais quentes (julho/agosto – 48%) e os meses mais frios (dezembro/janeiro – 85%). O concelho de Mora regista uma média de **humidade relativa anual de 71%**².

² Fonte: <http://portaldoclima.pt>.

No que concerne às **geadas**¹, as áreas do concelho de Mora que se apresentam, *grosso modo*, mais favoráveis à sua formação consistem nos vales das Ribeiras de Raia, Divor e respetivos afluentes. Não excluindo aqui a possibilidade de formação de geadas noutras áreas do concelho (em noites mais frias), no geral, o risco de ocorrência de geadas no concelho e na área do PPVB é baixo (UTL, sd), (vd. Figura 3.3).

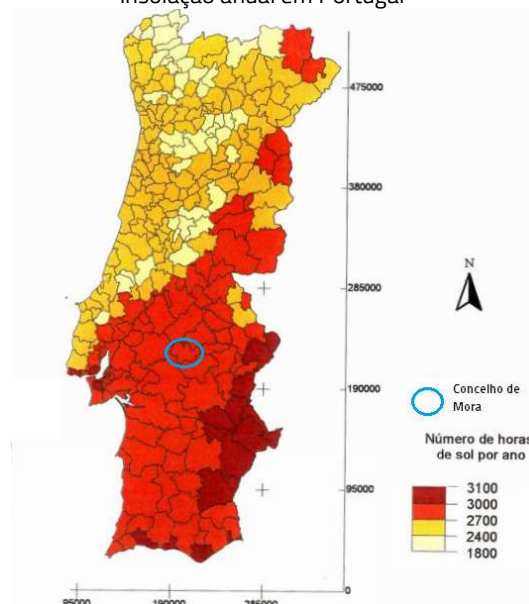
No que se refere à **insolação**, o sul de Portugal, no qual se enquadra o concelho de Mora e concretamente o prédio sobre o qual incide o PPVB, é de cerca de 3000 horas de sol por ano (RAMOS-PEREIRA e RAMOS, 2000), o que evidencia a relevância da **energia solar** como fonte para a produção de energia elétrica (energia fotovoltaica) e energia térmica, (vd. Figura 3.4).

Figura 3.3 Enquadramento do concelho de Mora nas classes de risco de geada



Fonte: Adaptado de UTL, sd

Figura 3.4. Contextualização do concelho de Mora na insolação anual em Portugal



Fonte: PEREIRA e RAMOS, 2000 (extraído/adaptado)

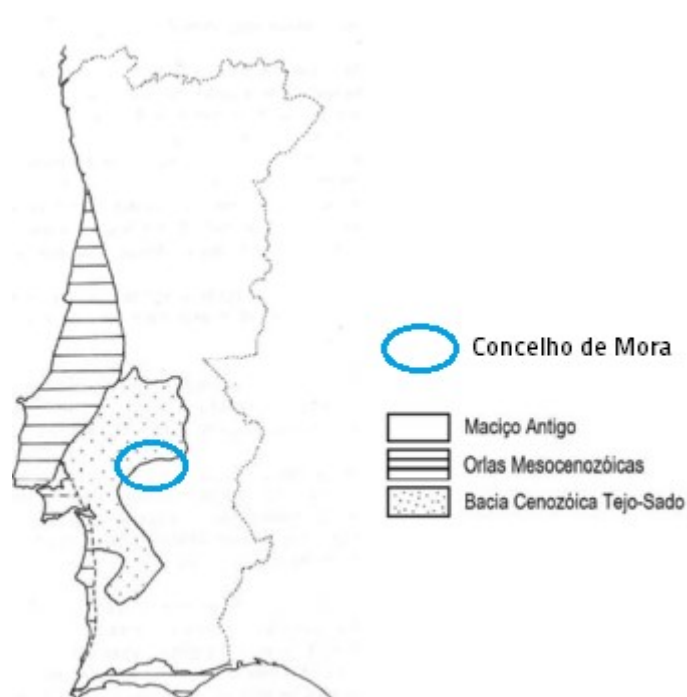
¹ Podem ser de 3 tipos: geadas de advecção ou geadas negras, geadas de evaporação e geadas de irradiação ou geadas brancas. Os efeitos sobre as culturas, concretamente os vegetais são semelhantes, embora os fenómenos meteorológicos que estão na sua origem sejam diferentes (Fonte: UTL, sd).

DO CONTEXTO MORFOESTRUTURAL

O concelho de Mora desenvolve-se sobre duas unidades morfoestruturais, nomeadamente a **Bacia Cenozoica do Tejo-Sado** (que compreende cerca de 53 % do concelho), correspondendo ao setor a ocidente do eixo Monte do Reguengo–Brotas e onde se enquadra a área do PPVB; e o **Maciço Antigo** (correspondente a 47 % de área do concelho, a oriente do referido eixo), (vd. Figura 3.5).

A **Bacia Cenozóica Tejo-Sado**, por ser mais jovem do que o Maciço Antigo, é menos afetada pelas deformações tectónicas e, segundo RIBEIRO *et al.* (1998), a área de maior monotonia morfológica do território português e onde predominam as formas estruturais mais simples.

Figura 3.5 Contextualização do concelho de Mora das unidades morfoestruturais



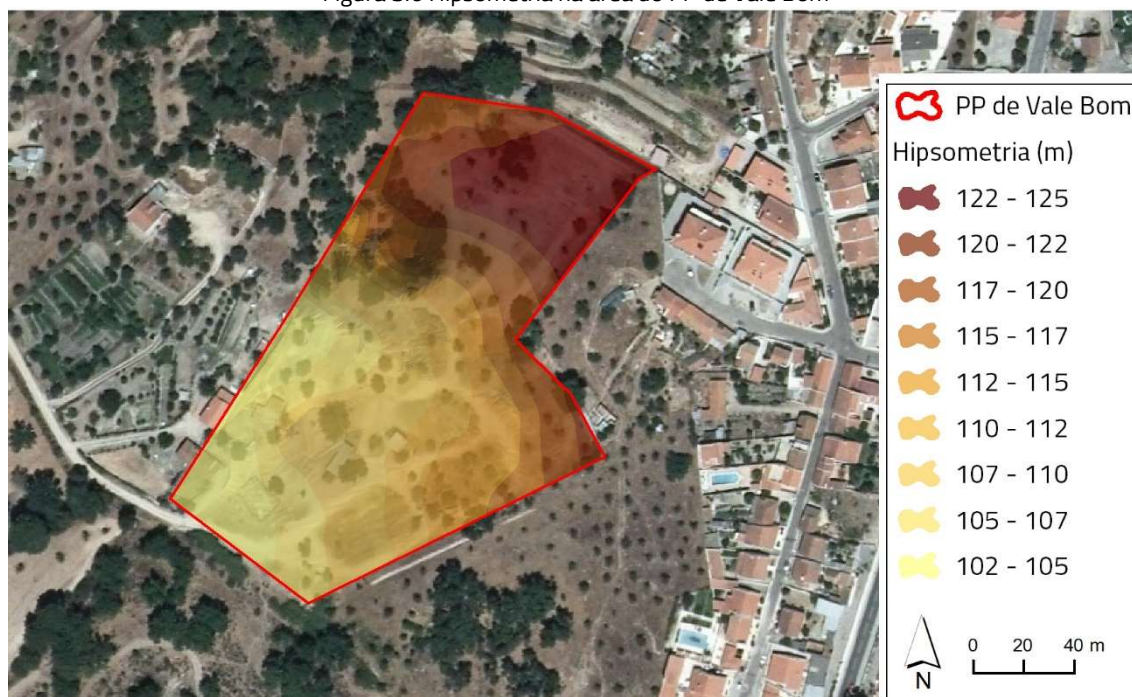
Fonte: Adaptado de Carvalho (1977-78)

A predominância de cotas relativamente baixas e constantes deixam antever, à partida (ainda que sem relação direta), um modelado pouco deformado sem relevos particularmente expressivos, com exceção de pequenos relevos residuais, de rochas carbonatadas que se terão erguido durante o período de formação da bacia (MEDEIROS, 2000).

Esta unidade morfoestrutural corresponde assim, de um modo geral, a planícies aluvionares, com escalonamento de diversas superfícies, das quais as mais antigas evidenciam um padrão de erosão por incisão de cursos de água, enquanto os níveis mais recentes são relativos aos terraços e aluviões quaternários (MEDEIROS, 2000).

O prédio sobre o qual incide o PPVB localiza-se numa área onde o relevo apresenta alguma expressão no contexto da bacia, à altitude que varia entre aproximadamente os 100 m na extremidade SO e os 130 m junto ao seu limite NE (vd. Figura 3.6).

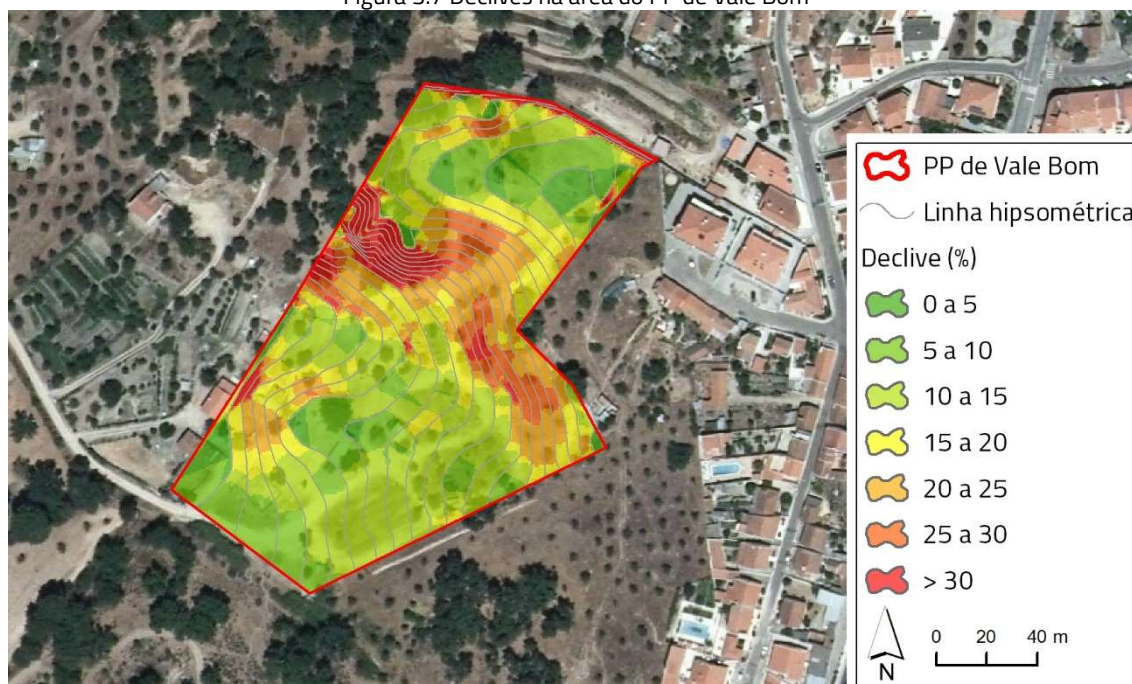
Figura 3.6 Hipsometria na área do PP de Vale Bom



Fonte: Hipsometria: cartografia de base de referência, escala 1:500, CMM, 2019; Ortofotomapa 1:10 000 (DGT, 2015)

A área em concreto do PPVB, corresponde a um vale orientado *grosso modo* no sentido este-oeste, com os respetivos interflúvios em posição dissimétrica conferida pela diferença altimétrica (vd. Figura 3.6), apresentando-se a vertente exposta a sul-sudoeste grosseiramente em anfiteatro. Os declives são relativamente acentuados, especialmente no setor inferior das vertentes que delimitam o vale (vd. Figura 3.7 e Figura 3.8).

Figura 3.7 Declives na área do PP de Vale Bom



Fonte: Hipsometria: cartografia de base de referência, escala 1:500, CMM, 2019; Ortofotomapa 1:10 000 (DGT, 2015)

Figura 3.8 Vista da área do PPVB a partir do limite norte



Fonte: RTGeo, 2019

Do ponto de vista **geológico**, o prédio e envolvente imediata integra materiais datados do **miocénico** (*vd.* Figura 3.9), litologicamente correspondentes a **areias, arenitos e argilitos**, das **formações de Alcoentre e de Tomar indiferenciadas** (*vd.* Figura 3.10). Estas formações consistem num complexo que apresenta grandes semelhanças com o Miocénico continental da margem direita do Tejo, embora sem os níveis calcários lacustres existentes naquela área (ZBYSZEWSKI e CARVALHOSA, 1984).

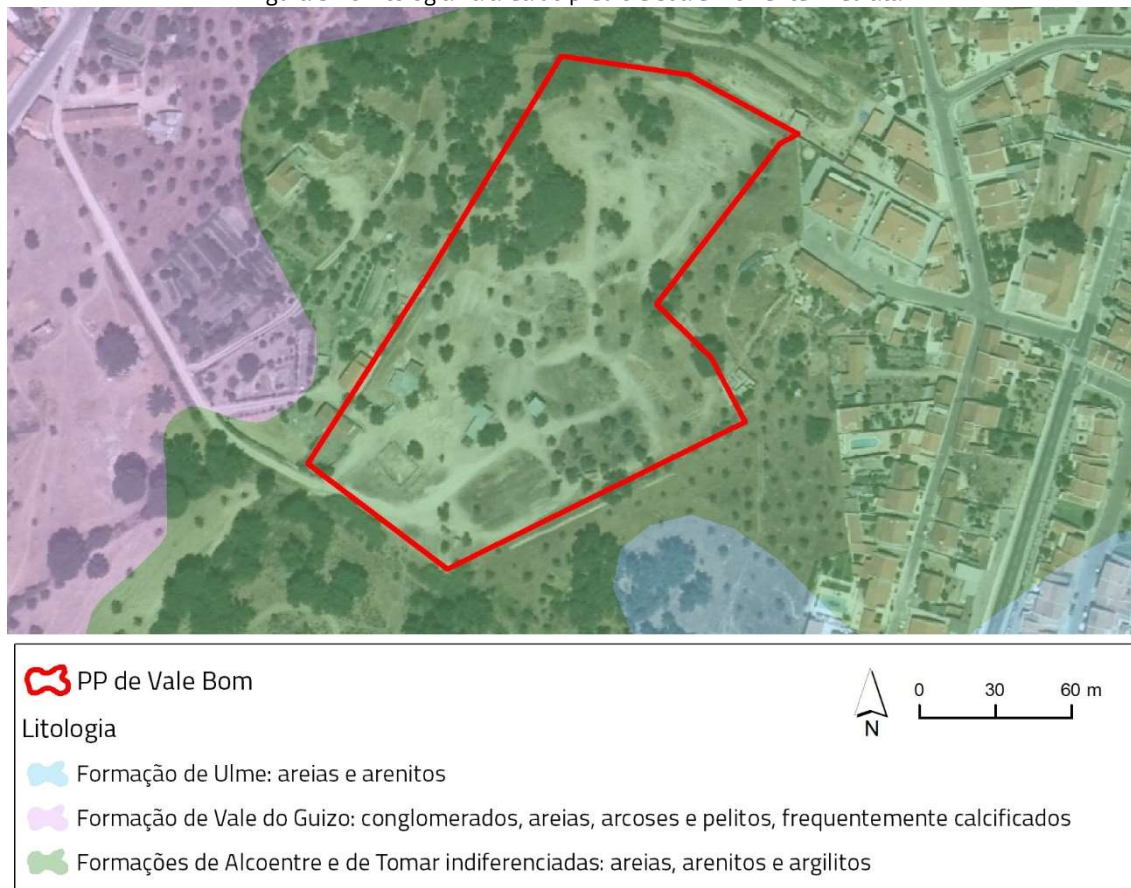
Figura 3.9 Geologia na área do prédio e envolvente imediata



Fonte: Geologia (DGEG, 2017); Ortofotomapa 1:10 000 (DGT, 2015)

Trata-se, assim, de uma **unidade essencialmente arenítica**, localmente arcósica, que apresenta manchas de tons amarelos e alaranjados (marmorizada), maciça e com certa consistência. Superiormente, apresenta-se com tons mais claros, amarelado, subarcósica, normalmente bem estruturada do ponto de vista sedimentológico (PIÇARRA *et al.*, 2009).

Figura 3.10 Litologia na área do prédio e sua envolvente imediata



Fonte: Geologia (DGEG, 2017); Ortofotomapa 1:10 000 (DGT, 2015)

DA HIDROGEOLOGIA E HIDROLOGIA

Do ponto de vista hidrogeológico, a área ocupada pela NUT III do Alentejo Central, abrange as unidades hidrogeológicas da **Bacia Tejo-Sado** e do **Maciço Antigo** (SNIRH, 2017), sendo que é nesta última que se enquadra o concelho de Mora, o qual, por sua vez, se encontra abrangido por **três massas de água subterrâneas**¹:

1. Bacia do Tejo-Sado – Margem Esquerda (corresponde a um sistema aquífero);
2. Bacia do Tejo-Sado indiferenciado da Bacia do Tejo;

¹ Entende-se por massas de águas subterrâneas "um meio de águas subterrâneas delimitado que faz parte de um ou mais aquíferos." (DL n.º130/2012 de 22 de junho).

3. Maciço Antigo da Bacia do Tejo.

As formações geológicas que compõem a unidade do Maciço Antigo têm fraca ou muito fraca capacidade para armazenar água, mas permitem o escoamento de água que alimenta os aquíferos a jusante, localizados nas unidades da bacia Tejo-Sado e na orla ocidental (SNIRH, 2017).

O prédio em estudo localiza-se em área abrangida pela **Bacia Tejo-Sado indiferenciado da Bacia do Tejo**. Esta apresenta-se como uma faixa extensa e estreita, por vezes descontínua, que em grande parte da sua extensão faz a transição entre as grandes massas de água subterrâneas da Bacia do Tejo-Sado/Margem Esquerda e do Maciço Antigo Indiferenciado da Bacia do Tejo, e desenvolve-se em formações miocénicas e plio-plistocénicas da bordadura da bacia sedimentar, materiais que se estendem para a unidade hidrogeológica do maciço antigo (SNIRH, 2017). No geral, esta massa de água apresenta valores de recarga próximos de 150 mm/ano e é composta por:

1. **formações de cobertura**, integrando as aluviões e as coberturas arenosas, localizadas ao longo dos leitos das Ribeiras de Raia e do Divor e seus afluentes, sendo maioritariamente ocupadas por atividades agrícolas. As coberturas arenosas aqui existentes são importantes na infiltração e escoamento subterrâneo. Constituem aquíferos livres que sustentam numerosas nascentes, mas em geral, com pequenos caudais (ANTUNES, 1992);
2. **materiais datados do Miocénico detrítico** pertencentes, na sua maioria, ao Vale do Guizo. São suficientemente grosseiros e calibrados para apresentarem boa permeabilidade. Os níveis argilosos apresentam-se confinantes, sendo o conjunto considerado um sistema multicamada (ANTUNES, 1992).

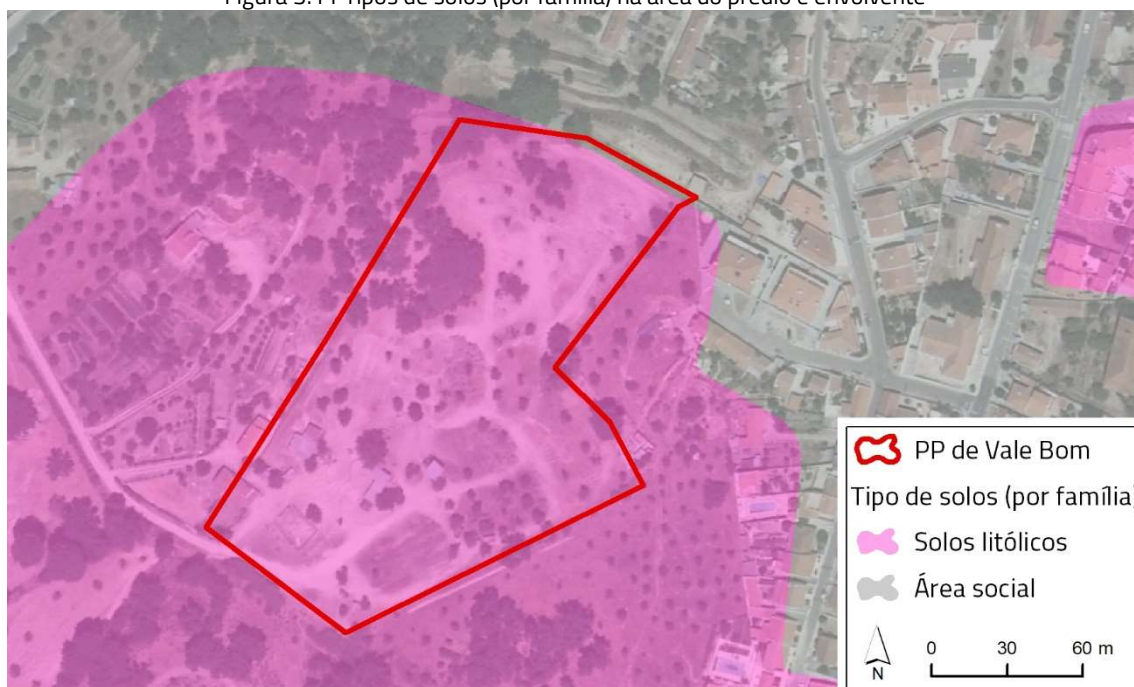
No que diz respeito à **hidrologia**, a área em estudo **não é atravessada por nenhum curso de água**, sendo que em episódios de precipitação apenas se verifica no local a ocorrência de

escoamento em toalha, sob a forma de *rill wash* ou em pequenos valeiros localizados, sem reflexo na cartografia.

DOS TIPOS DE SOLOS E CAPACIDADE DE USO

Relativamente às principais **famílias de solos**, marcam presença na envolvente imediata do prédio, bem como no seu interior, os solos **litólicos** (vd. Figura 3.11), pouco evoluídos, formados a partir de rochas não calcárias, com uma pequena espessura e frequentemente pobres, sob o ponto de vista químico.

Figura 3.11 Tipos de solos (por família) na área do prédio e envolvente



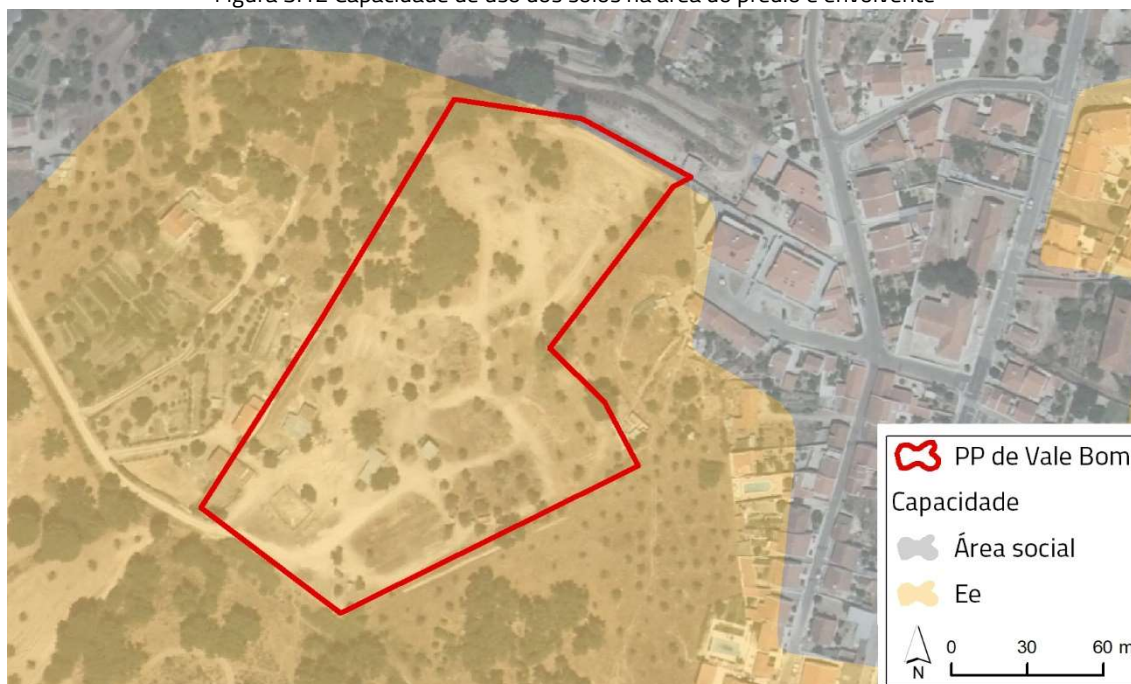
Fonte: Carta dos solos: Ex-SROA; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015

Ademais, os solos litólicos possuem um baixo teor em matéria orgânica, uma reduzida ou nula expansibilidade e uma permeabilidade rápida.

Neste contexto, a aptidão agrícola na envolvente imediata do prédio também é a mesma do seu interior. Ocorrem solos com capacidade **Ee** (vd. Figura 3.12), caracterizados por uma **capacidade agrícola muito baixa**, com limitações muito severas e risco de **erosão muito elevado**.

Com efeito, estas áreas **não são suscetíveis de uso agrícola**, e possuem limitações severas a muito severas para pastagens, exploração de matas e exploração florestal não sendo, em muitos casos, suscetíveis de qualquer utilização económica, podendo destinar-se a vegetação natural ou floresta de proteção ou recuperação (Decreto-Lei n.º 199/2015, de 16 de setembro).

Figura 3.12 Capacidade de uso dos solos na área do prédio e envolvente



Fonte: Capacidade de uso: DRAP, 2017; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015

DA SITUAÇÃO EXISTENTE: OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

Para a caracterização da ocupação do solo na área do PPVB, recorreu-se à fotointerpretação, com apoio dos ortofotomapas à escala 1:10 000: (DGT, 2015) e da COS 2015 (DGT), à simplificação e generalização¹ e, posteriormente, à validação em campo.

Assim, enquadrado a norte, sul e oeste por áreas intercaladas de floresta, terrenos incultos e pequenas parcelas agrícolas ocupadas por culturas anuais (de regadio e de sequeiro) e a este pela vila de Mora, a área do PPVB encontra-se, de modo geral, consonante com a paisagem envolvente (vd. Figura 3.13, Figura 3.14, Quadro 3.1 e peça gráfica - Planta da situação existente).

Figura 3.13 Ocupação do solo na área do prédio e sua imediata



Fonte: Ocupação do solo: RTGeo, 2019; Ortofotomapas 1:10 000: DGT, 2015

¹ Foi considerada como área mínima 1000m². Todos os elementos identificados com áreas inferiores foram integrados na área envolvente de ocupação mais aproximada ou, na sua inexistência, na área envolvente dominante.

Com efeito, o prédio sobre o qual incide o PPVB apresenta-se genericamente inculto (cerca de 83 %), ocupado por oliveiras dispersas (*Olea europaea*), degradadas e em mau estado fitossanitário, é usado como estaleiro informal de madeiras e possui alguma atividade pecuária de subsistência (vd. Figura 3.13, Figura 3.14 e Quadro 3.1).

Quadro 3.1 Ocupação do solo na área do prédio

Classe	Área (m2)	%
Inculto	17155	82,6
Espaço edificado	1136	5,5
Floresta	2487	12,0
Total	20777	100

Fonte: RTGeo, 2019

No limite norte, a área do PPVB encontra-se ocupada (cerca de 12 %) por alguns espécimes que compõem uma mancha arbórea que se prolonga até às imediações da rua de Santo António. Esta mancha é composta por sobreiros (*Quercus suber*), pinheiros mansos (*Pinus pinea*) e matos que crescem espontaneamente (vd. Figura 3.13, Figura 3.14 e Quadro 3.1).

Figura 3.14 Vista da área do PP a partir de oeste



Fonte: RTGeo, 2019

Por fim, com uma ocupação residual, de 5,5 % do total da área do PPVB, ocorre um espaço edificado junto à sua extremidade poente, que compreende parte de um edifício (vd. Figura 3.13, Figura 3.14 e Quadro 3.1).

3.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ORIENTAÇÕES

Da abordagem à situação biofísica resulta, em traços gerais, que a área do PPVB em Mora se localiza num contexto de **clima temperado com inverno chuvoso e verão seco e quente, ventos fracos de oeste, humidade relativa média de cerca de 70%, baixo risco de ocorrência de geadas e insolação intensa**. É um vale orientado, *grosso modo*, no sentido este-oeste com os respetivos interflúvios em posição dissimétrica, (com a vertente exposta a este-dusoeste grosseiramente em anfiteatro), enquadrado na **Bacia Cenozóica Tejo-Sado**, constituída por materiais datados do miocénico que correspondem litologicamente a areias, arenitos e argilitos.

Abrangida pela massa de água subterrânea designada **Bacia Tejo-Sado indiferenciado da Bacia do Tejo**, (que não corresponde a um sistema aquífero), o PPVB **não possui cursos de água**, sendo que em episódios de precipitação se verifica a ocorrência de **escoamento em toalha** ou sob a forma de *rill wash* (pequenos sulcos).

Disto resulta a presença, em toda a área em estudo, de **solos litólicos, com capacidade agrícola muito baixa, com limitações severas e risco de erosão muito elevado** e, portanto, **não suscetíveis de uso agrícola**. Estes solos encontram-se atualmente, no essencial, **incultos**.

Nesta medida, em sede de proposta de ordenamento (implantação e programação/execução), é oportuno ponderar as seguintes medidas:

1. incentivar o recurso a energias renováveis (por exemplo a energia solar e térmica);
2. garantir elevados padrões de otimização energética dos edifícios a construir em simultâneo com o melhor aproveitamento da luz natural;
3. sensibilizar para o uso eficiente da água e seu armazenamento, bem como para a otimização dos sistemas de rega;
4. incentivar a prática dos 3 "R" (Reutilizar, Reciclar e Reaproveitar);
5. construir jardins com espécies autóctones, xerófitas e termófilas nos espaços ajardinados e nas imediações das vias de acesso a fim de promover sombra, um maior conforto térmico e potenciar a captação de CO₂;
6. utilizar sistemas de rega que garantam uma absoluta otimização da água;
7. eliminar as espécies invasoras do prédio;
8. eliminar os exemplares de árvores em mau estado fitossanitário e promover a recuperação/manutenção dos possíveis;
9. impermeabilizar apenas o solo indispensável para a boa execução do Plano;
10. dimensionar as infraestruturas de abastecimento de água para as necessidades atuais de consumo humano e para o aumento do consumo decorrente da execução do PPVB;
11. salvaguardar uma área comum ampla e livre de obstáculos que possa constituir um espaço agora e um ponto de encontro em caso de sismo ou outra crise;

O próximo capítulo será dedicado ao contexto demográfico da área envolvente ao PP de Vale Bom em Mora.

3.3. BIBLIOGRAFIA

ALCOFORADO M. J.; ALEGRIA, M. F.; PEREIRA, A.; SIRGADO, C. (1993) – Domínios Bioclimáticos em Portugal definidos por comparação dos Índices de *Gaussen* e *Emberger*". Linha de Ação de Geografia Física, CEG, Rel. N.º 33, reedição. Lisboa, 57 p;

BARBOSA, B.P. (1995) – "Alostratigrafia E Litostratigrafia das unidades continentais da bacia terciária do Baixo Tejo. Relações com o Eustatismo e a Tectónica", Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 253p;

BRITO, R. S. (2005) – *Clima e suas influências*; in Atlas de Portugal. Lisboa, Ed. Instituto Geográfico Português. 275p;

CARVALHO, A.M.G.; RIBEIRO, A.; CABRAL, J. (1983-85) – "Evolução Paleogeográfica da bacia cenozóica do Tejo-Sado"; in Boletim da Sociedade Geológica de Portugal, Vol. XXIV, pág. 209-212;

CARVALHO, A.M.G. (1977/78) – "Ciências Naturais". Geologia, Vol. III; Lisboa, 424pág;

CARVALHO, A.M.G.; DRAGO, T. (1988) – "Tabela Cronoestratigráfica" (adaptação), Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico. Museu Nacional de História Natural, Universidade de Lisboa;

DUHAMEL, C. e VIDAL, C. (1999) – "*Objectives, tools and nomenclatures*", In *Proceedings of the Eurostat seminar on Land Cover and Land Use information systems for European Union Policy needs (Luxemburg)*;

DGT (2010) – “COS – Carta de ocupação do solo”.

DI GREGORIO, A. e JANSEN, L. (1997) – “*A new concept for a Land Cover Classification System*” – *In Proceedings of the 1997 Seminar on Earth observation and evolution classification; Alexandria (Egypt)*;

EEA (2011) – “Introdução aos solos”. Agência Europeia do Ambiente;

FEIO, M.; MARTINS, A. (1993) – “O relevo do Alto Alentejo (traços essenciais) ”; in Finisterra, Vol. XXVIII, 55-56; pág.149-199;

FERREIRA, A. B. (2005) – “Geomorfologia das Bacias Sedimentares – O relevo da bacia sedimentar Tejo-Sado”, in Geografia de Portugal; Círculo de Leitores, Lisboa, pág.116-120;

FERREIRA, D. B. (2005) – “*As características do clima de Portugal*”; Geografia de Portugal, Vol. 1; Ed. Círculo de Leitores, Lisboa; p.332-385;

INE (2011) - Recenseamento agrícola 2009;

MARTINS, A.A. (1999) – “Caracterização morfotectónica e morfosedimentar da Bacia do Baixo Tejo e Sado”, Évora, Tese de Doutoramento, Universidade de Évora, 457 p;

MEDEIROS, C.A. (2000) – “Geografia de Portugal: Ambiente Natural e Ocupação Humana - Uma Introdução”; 5ª ed; Lisboa, Editorial Estampa, 282p;

PIÇARRA, J.M.; DIAS, R.P.; RIBEIRO, M.L.; SOLÁ, R.; BARBOSA, B., PAIS, J. (2009) – “Notícia explicativa da folha 32 – C, Avis. Escala 1:50.000”; Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Unidade de Geologia e Cartografia Geológica; Ed. Lisboa, 50p;

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S. (1997) – “*Geografia de Portugal. O Ritmo Climático e a Paisagem*”; Vol. II, 3ªEd; Lisboa, Edições João Sá da Costa, p. 337-623;

RIBEIRO, O., LAUTENSACH, H., DAVEAU, S. (1998) – “A posição geográfica e o território”; in *Geografia de Portugal*. Vol. I, 4ªEd; Lisboa, Edições João Sá da Costa, 334p;

SANTOS, A. (2009) – “Proteção do solo. Construção de uma política comunitária. O longo (des)caminho para uma Diretiva Quadro”. Instituto Nacional de Administração. Diploma de especialização em políticas do ambiente;

SAMPAIO, E. (2007) – “Avaliação da aptidão das terras – método recomendado pela FAO.” Universidade de Évora, Departamento de Geociências.

SIRGADO, C. (1993) – “A Geografia Física nos Planos Diretores Municipais”; Estudos de Geografia Física e Ambiente, Linha de Ação em Geografia Física, Relatório 32, CEG/FLUL, pp. 47-55;

STRAHLER, A. (1992) “*Modern Physical Geography*”, 4.ª Edição, John Wiley & Sons, INC. New York, pp. 140-160;

UTL (sd) – “Divulgação – Meteorologia Agrícola: Geadas”;

ZBYSZEWSKI, G.; CARVALHOSA, A.B. (1984) – “Notícia explicativa da folha 31 – D, Montargil. Escala 1:50.000”; Serviços Geológicos de Portugal; Ed. Lisboa, 56p;

ZBYSZEWSKI, G.; CARVALHOSA, A.B. (1980) – “Notícia explicativa da folha 36 – A, Pavia. Escala 1:50.000”; Serviços Geológicos de Portugal; Ed. Lisboa, 39p;

ZBYSZEWSKI, G.; Da VEIGA FERREIRA, O.; CARVALHOSA, A.B. (1979) – “Notícia explicativa da folha 35 – B, Mora. Escala 1:50.000”; Serviços Geológicos de Portugal; Ed. Lisboa, 33p;

LEGISLAÇÃO

COM (2002) 179 final, Bruxelas 16.4.2002;

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio;

Decreto-Lei n.º 31/2014, de 30 de maio, alterado pelo DL n.º 74/2017, de 16 de agosto;

Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março, alterado pelo DL n.º 199/2015, de 16 de setembro;

Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na redação atual;

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro;

OUTRAS FONTES

www.igeo.pt

www.snirh.pt

4. CONTEXTO DEMOGRÁFICO E SOCIOECONÓMICO

4.1. POPULAÇÃO E SOCIOECONOMIA

O contexto sociodemográfico que envolve a elaboração do PPVB é determinante e um fator condicionador para o mesmo, pois que constitui, para a Câmara Municipal de Mora, um instrumento de base para captar e reter população, *cf.* se enuncia no capítulo 1. É, pois, incontornável perceber da situação atual e dinâmicas que se afirmam neste âmbito, a nível multiescalar.

O capítulo visa assim evidenciar, em traços gerais, a dinâmica da população no concelho e em particular na vila de Mora, adjacente à área do PP, e relativizá-la face a outras escalas territoriais.

A análise tem por base dados por lugar (dos Censos do INE de 1991, 2001 e 2011) e as estimativas demográficas por concelho para os anos de 2015, 2016 e 2018.

DA POPULAÇÃO

O concelho de Mora constitui um **território de baixa densidade**¹. Com efeito, a sua densidade populacional corresponde a menos de metade da média da NUT III do Alentejo Central (*vd.* Quadro 4.1).

Com uma população residente de 4978 indivíduos e num contexto de perda de população, o concelho tem registado um **despovoamento** nas últimas décadas de forma mais acentuada do que a sua envolvente. Com efeito, em termos demográficos, o concelho de Mora tem vindo a perder representatividade no contexto da NUT III do Alentejo Central (*vd.* Quadro 4.1).

Quadro 4.1 Densidade populacional, população residente e taxa de variação da população residente no concelho e NUT III Alentejo Central

Indicador	Ano	Âmbito territorial		%
		Alentejo Central	Mora (concelho)	
Densidade populacional	2011	23,1	11,2	48,5
População residente	2011	166726	4978	3,0
	2001	173646	5788	3,3
	1991	173654	6588	3,8
Taxa de variação da população residente (%)	1991-2011	-4,0	-24,4	-
	2001-2011	-4,0	-14,0	-
	1991-2001	0	-12,1	-

Fonte: INE (https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

A **taxa bruta de natalidade** tem vindo a diminuir no Alentejo Central (de 8,6 ‰ em 2011 passou para 7,6 ‰ em 2018), fenómeno que não se reproduziu no concelho de Mora. Com efeito, apesar da taxa de natalidade se ter mantido mais baixa do que nesta NUT III, ela sofreu um decréscimo entre 2011 e 2011 e um aumento considerável entre 2011 e 2018 (*vd.* Quadro 4.2).

¹ O concelho de Mora integra a lista de Municípios de baixa densidade definida pela Comissão Interministerial de Coordenação (CIC), no âmbito do programa Portugal 2020 (Decreto-Lei n.º 159/2014, de 27 de outubro) e a lista de territórios de baixa densidade, identificados no Programa Nacional para a Coesão Territorial (Resolução de Conselho de Ministros n.º 72/2016, de 24 de novembro).

A **taxa bruta de mortalidade** aumentou entre 2001 e 2018 nos dois âmbitos territoriais analisados, mas manteve-se sempre mais elevada no concelho. O mesmo cenário verifica-se no índice de envelhecimento (entre 2011 e 2016), (vd. Quadro 4.2).

Já o **saldo migratório**, em 2001, era positivo no Alentejo Central, mas passou a negativo em 2011. No concelho de Mora, o saldo migratório já era negativo em 2001 e acentuou-se em 2011 (vd. Quadro 4.2).

Quadro 4.2 Variáveis microdemográficas do Alentejo Central e concelho

Indicador	Ano	Âmbito territorial	
		Alentejo Central	Mora (concelho)
Taxa bruta de natalidade	2018	7,6‰	7,1‰
	2011	8,2‰	4,7‰
	2001	8,6‰	6,3‰
Taxa bruta de mortalidade	2018	14,6‰	25,3‰
	2011	12,2‰	19,4‰
	2001	12,3‰	18,4‰
Índice de envelhecimento	2016	204,3	312,8
	2011	161,5	272,8
Saldo migratório	2011	-632	-29
	2001	452	-3

Fonte: INE (https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

Disto resulta uma taxa de crescimento efetivo negativa, quer ao nível do concelho, quer ao nível da NUT III onde se localiza, embora no primeiro caso de forma consideravelmente mais acentuada (vd. Quadro 4.3).

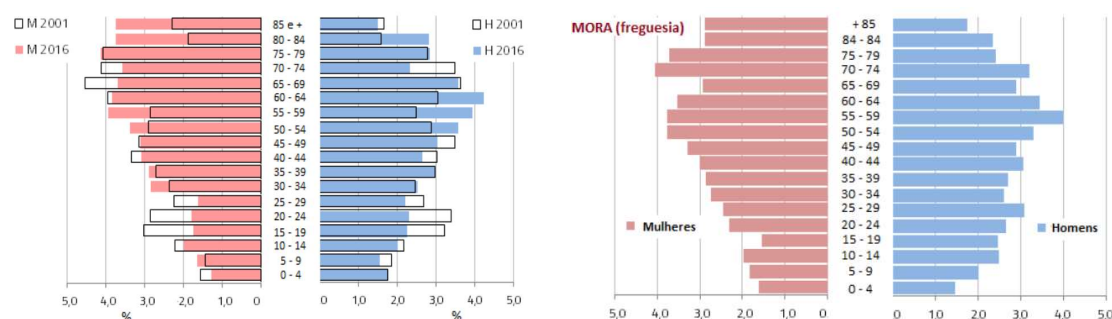
Quadro 4.3 Taxa de crescimento efetivo no Alentejo Central e concelho

Indicador	Ano	Âmbito territorial	
		Alentejo Central	Mora (concelho)
Taxa de crescimento efetivo	2018	-1,09%	-2,24%
	2011	-0,79%	-2,06%

Fonte: INE (https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

Atentos na pirâmide etária do concelho de Mora (vd. Figura 4.1), é possível verificar que a população se encontra envelhecida e com tendência para envelhecer ainda mais, com predominância do género feminino, e com tendência para o aumento do número de mulheres.

Figura 4.1 Pirâmides etárias (grupos quinquenais) do concelho de Mora (à esquerda, anos de 2001 e 2016) e da freguesia de Mora (à direita, 2011¹)



Fonte: INE (https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_base_dados)

À escala da freguesia de Mora, em 2011 verifica-se que, no geral, a população também se encontra envelhecida, existem mais homens do que mulheres nas camadas mais jovens, mas verifica-se uma inversão da tendência nos grupos com idades mais avançadas (vd. Figura 4.1).

Atentando para o Quadro 4.4 verifica-se que, relativamente aos **quantitativos de população residente** e a sua **variação**, às escalas da freguesia e da vila de Mora, entre os anos de 1991, 2001 e 2011, registou-se um decréscimo da população, sendo este mais acentuado entre 2001 e 2011 (vd. Quadro 4.4).

Adicionalmente, além da freguesia de Mora ser a mais populosa do concelho (concentra cerca de 50% da população total, segundo os Censos de 2011 do INE), o lugar de Mora assume-se como polarizador da população, pois isolado concentra cerca 44 % dos indivíduos residentes

¹ Ao nível da freguesia, os dados mais recentes são os do Recenseamento Geral da População (Censos) de 2011.

no concelho (e, portanto, cerca de 88 % dos indivíduos da freguesia em que se insere), (INE, Censos 2011). Este fenómeno tem sido agravado nas últimas décadas (INE, Censos 2011).

Quadro 4.4 População residente e taxa de variação da população residente na freguesia e lugar

	População residente			Taxa de variação da população residente (%)		
	1991	2001	2011	1991-2001	2001-2011	1991-2011
Mora (freguesia)	3021	2820	2500	-6,7	-11,3	-17,2
Mora (lugar)	2533	2453	2194	-3,2	-10,6	-13,4

Fonte: INE, Censos 1991, 2011 e 2011

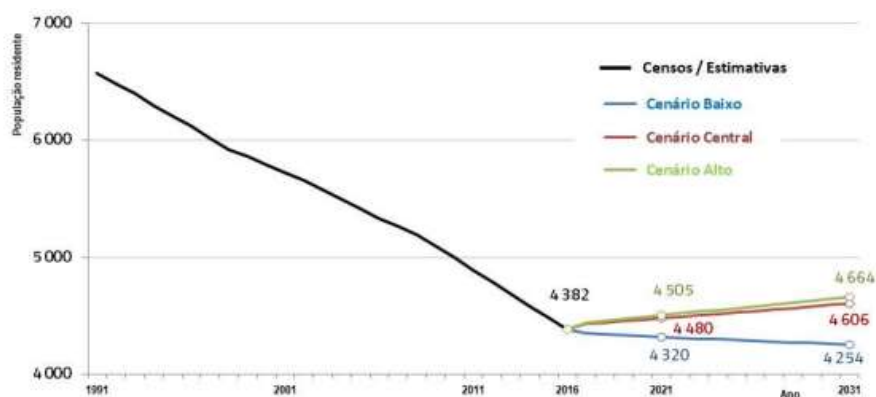
Tendo por base os cenários das projeções efetuadas pelo INE para o período 2012/2031, foram traçados três cenários (Baixo, Central e Alto). Os resultados obtidos permitem concluir que, em qualquer um deles, a população residente em Mora em 2031 será sempre inferior à população residente em 2011 (*vd.* Quadro 4.5 e Figura 4.2).

Quadro 4.5 População residente (2011) população residente estimada (2016) e população nos cenários Baixo, Central e alto (2021 e 2031), Mora

Cenários	População residente				Taxa de variação da população residente (%)		
	2011	2016	2021	2031	2011/2021	2021/2031	2011/2031
Baixo			4.320	4.254	-11,7	-1,5	-13,1
Central	4.893	4.382	4.480	4.606	-8,5	2,8	-5,9
Alto			4.505	4.664	-7,9	3,5	-4,7

Fonte: RTGeo, 2017

Figura 4.2 População residente nos cenários Baixo, Central e Alto (2021 e 2031), Mora



Fonte: RTGeo, 2017

Assim, num contexto de **despovoamento** e **envelhecimento** no concelho e na vila de Mora, afigura-se fundamental a disponibilização de lotes de terreno (a preços acessíveis) como um estímulo à atração e fixação de população jovem, no sentido tentar reverter a tendência demográfica atual. Este é um dos desígnios da concretização do PPVB.

DA SOCIOECONOMIA

No contexto socioeconómico verifica-se que ao nível do concelho, freguesia e lugar de Mora, verifica-se um alinhamento de tendências, relativamente à taxa de atividade (ronda os 60 %), à população residente com ensino superior (oscila entre cerca de 6 e 7%), e à população residente que trabalha no município de residência (varia entre os 29 e os 32%), (vd. Quadro 4.6).

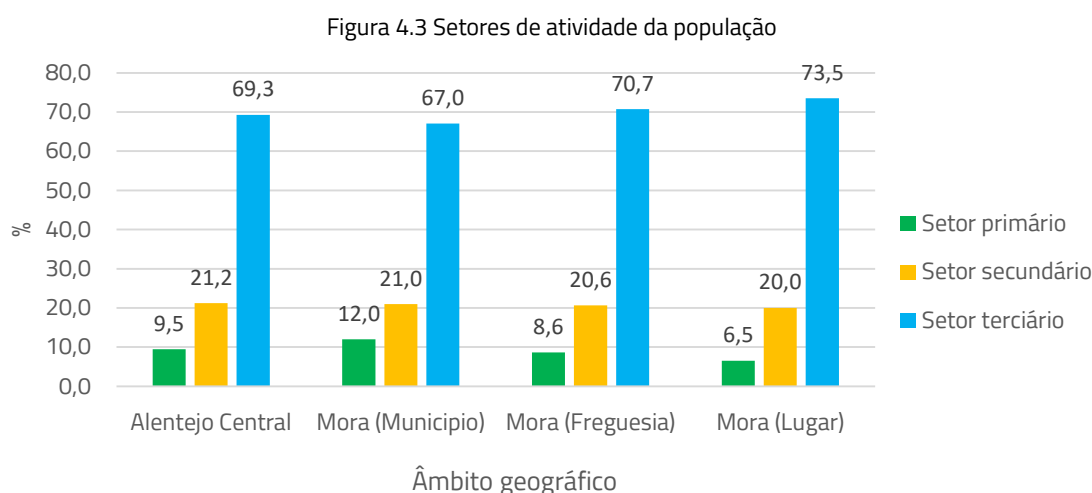
Quadro 4.6 Alguns indicadores socioeconómicos de Mora

Indicador	Âmbito territorial			
	Alentejo Central	Mora (concelho)	Mora (freguesia)	Mora (lugar)
Taxa de atividade (%)	62,3	56,6	60	59,6
População residente com ensino superior (%)	9,8	5,6	7,1	7,4

População residente que trabalha no município de residência (%)	32,3	28,5	32	32,2
---	------	------	----	------

Fonte: BGRI, 2011

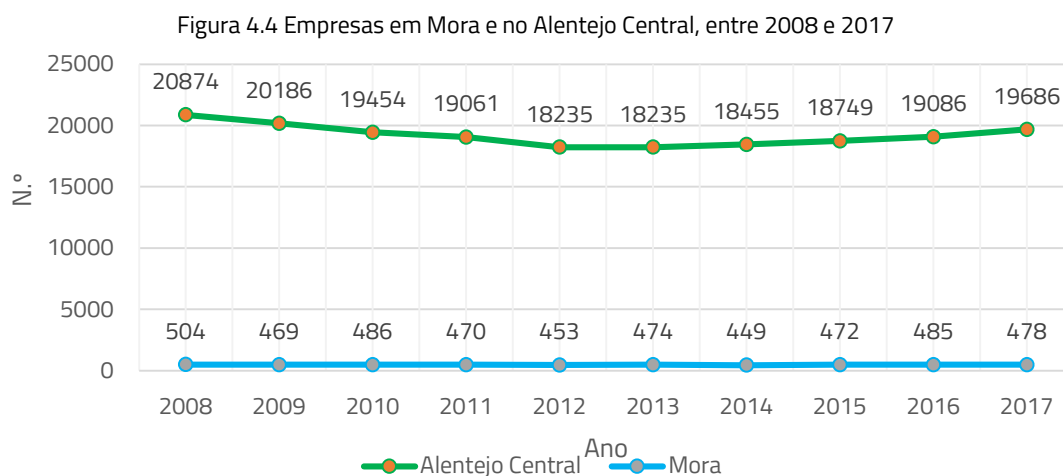
Considerando os setores de atividade em que a população residente empregada se encontra enquadrada, verifica-se uma predominância do setor terciário (ronda os 67 % e os 74 %), seguido de longe do setor secundário (entre os 20 % e os 21 %) e, finalmente o setor primário (emprega entre 7 e 12 %). Com efeito, verifica-se que o lugar de Mora, onde se regista um maior número de pessoas empregadas no setor terciário, é também onde se regista uma percentagem mais baixa de pessoas empregadas no setor primário (vd. Figura 4.3).



Fonte: BGRI, 2011

Do ponto de vista empresarial, em 2017 estavam sediadas 478 empresas no concelho, o que correspondia a 0,6 % das empresas com sede na NUT II Alentejo e 2,4 % da NUT III Alentejo Central (vd. Figura 4.4).

Entre 2008 e 2017, o número de empresas no concelho decresceu mais de 5 % (menos 26 empresas). Esta quebra foi superior à média da NUT II Alentejo (aproximadamente - 3,7 %), mas inferior à média da NUT III Alentejo Central (-5,7 %), (vd. Figura 4.4).



Fonte: INE (2019)

Estes dados revelam que todo o Alentejo foi fortemente afetado pela crise de 2009/2013, tendo ocorrido a extinção de muitas empresas, o que terá tido fortes impactes na economia.

No concelho de Mora, o facto do número de empresas ser inferior, em 2017, ao número de empresas que existiam em 2008 (antes da crise), revela que ainda não ocorreu uma recuperação total dos impactes da mesma. Além disso, entre 2014 (o ano em que havia menos empresas registadas em Mora), e 2017 verificou-se uma taxa de crescimento de 6,5 %, o que revela uma **fraca resiliência deste território**.

4.2. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ORIENTAÇÕES

O concelho de Mora, particularmente a área sobre a qual recai o PPVB, é um território cuja demografia e tecido económico possuem **fragilidades** de base que requerem atenção e que demandam medidas que visem evitar que estas fragilidades se acentuem ou mesmo revertê-las, como preconiza o Município.

A concretização da operação urbanística que o Município intende levar a efeito, e para a qual é fundamental dispor do PPVB, dotará o território de lotes de terreno a preços acessíveis, de forma a estimular a fixação de população, reforçar a estrutura urbana de Mora e, indiretamente, dinamizar o território e promover a sua atratividade, levando ao incremento da população residente, melhorar os indicadores demográficos locais e, por conseguinte, promover uma dinamização (ainda que indireta) no concelho.

Assim, sem prejuízo de outras medidas que possam ser tomadas, devem ser consideradas as seguintes:

1. introduzir incentivos à aquisição de lotes acessíveis e renda acessível;
2. complementar a oferta de lotes com medidas de estímulo à natalidade;
3. criar ou reforçar programas de estímulo à criação de emprego por parte das empresas locais, com o eventual apoio do Município;
4. criar ou reforçar estratégias que facilitem a integração da população no tecido empresarial do concelho;
5. promover respostas ao nível habitacional adequadas à estrutura das famílias que se pretendem atrair (jovens, em idade ativa e qualificadas).

4.3. BIBLIOGRAFIA

INE, Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio, Edições de 2002 a 2017, Lisboa

INE, Projeções de População Residente 2012-2060, INE, Lisboa, 2014

INE, Projeções de População Residente 2012-2060 - Documento Metodológico, Versão 2.0, Lisboa, (outubro de) 2014



INE, Estatísticas Demográficas, vários anos;

NAZARETH, J. Manuel, Introdução à Demografia – Teoria e Prática, Editorial Presença, Lisboa, 1996

OUTRAS FONTES

www.ine.pt

5. ESPAÇO URBANO, REDES, ACESSIBILIDADE E PATRIMÓNIO

5.1. SISTEMA URBANO

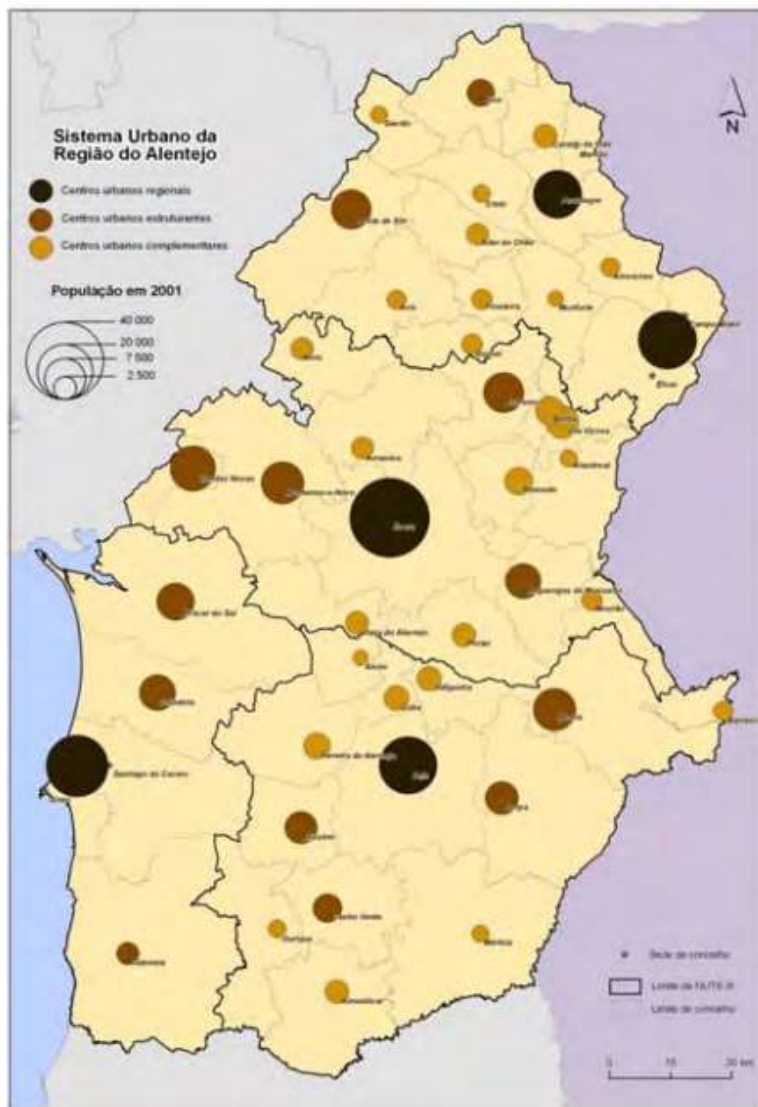
O PPVB constitui um prolongamento da vila de Mora, e com a qual estabelecerá uma relação de complementaridade física e funcional. O contexto urbano e urbanístico que envolve a área do PPVB deverá por isso ser compreendido no sentido de garantir a melhor solução e contiguidade.

Nesse sentido, procede-se ao enquadramento da área do PPVB no sistema urbano da escala “regional” à local, e aprofundam-se as características da malha urbana e edificado da vila. Por fim, são caracterizados os sistemas locais estruturantes, como seja, a rede de equipamentos, infraestruturas e património, tendo-se aqui integrado também a rede de mobilidade.

5.1.1. A VILA DE MORA NO SISTEMA URBANO REGIONAL E LOCAL

Segundo a CCDR Alentejo (2011) no quadro do sistema urbano do PROT Alentejo, a vila de Mora corresponde a um centro urbano complementar, o mais baixo da hierarquia da “região” do Alentejo, conforme se pode ver na Figura 5.1.

Figura 5.1 Sistema Urbano do PROT Alentejo

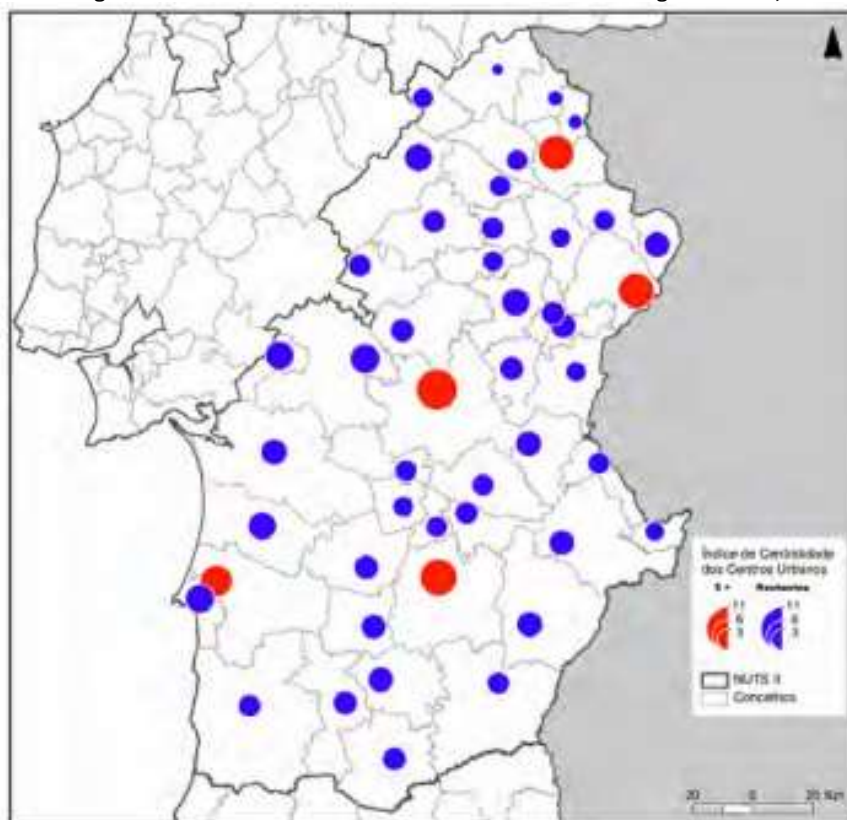


Fonte: CCDR Alentejo, 2011

O **índice de centralidade**¹ (INE, 2004), atribui à vila de Mora uma pontuação de 3,24, o que lhe confere a posição 28 no ranking dos 47 centros urbanos do Alentejo (e posição 208 ao nível nacional), (CCDR Alentejo, 2011). Trata-se, portanto, de um **posicionamento modesto ao nível regional e nacional** (vd. Figura 5.2).

¹ O índice de centralidade corresponde a uma aproximação à definição de áreas de influência dos centros urbanos, na perspetiva do acesso a um conjunto de bens e serviços – “Territórios e Transformação: Alentejo 2030”; DPP (CCDR Alentejo, 2011).

Figura 5.2 Índice de centralidade sedes de concelho da "região" Alentejo

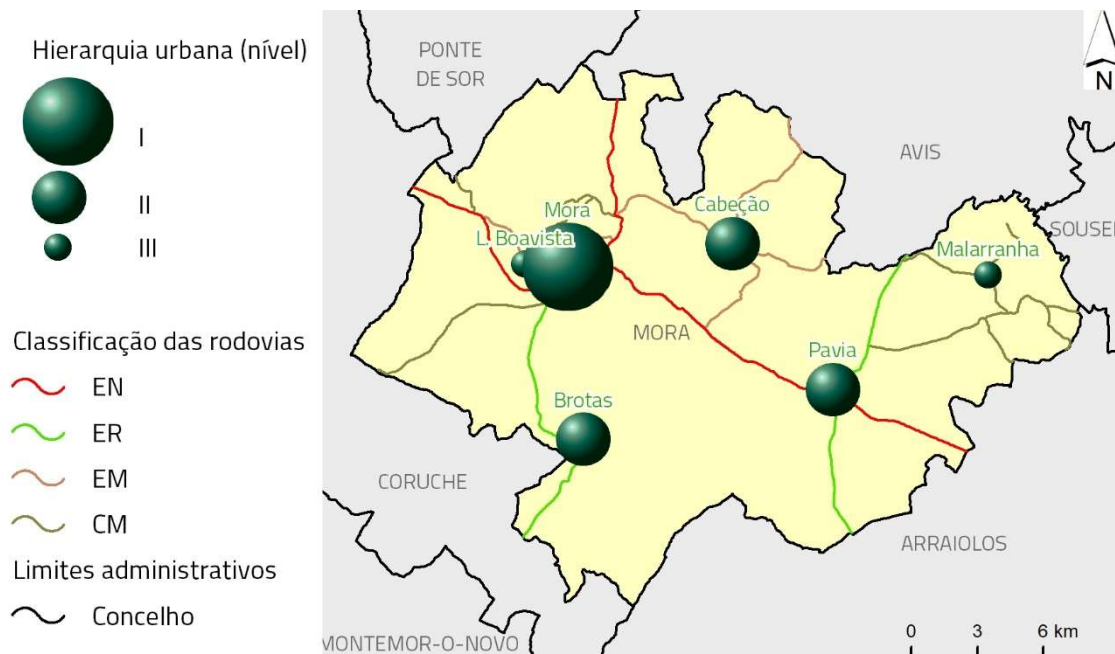


Fonte: CCDR Alentejo, 2011

Contudo, à escala do concelho de Mora, a vila encontra-se no **topo da hierarquia urbana**¹, não só por se tratar da **sede de concelho** (administrativamente mais relevante do que os outros lugares), mas também, e sobretudo, pelo **peso demográfico**, pela **proporção de equipamentos** (comparativamente com os outros lugares do concelho) e pelo **acesso às redes viárias** – concretamente a maior acessibilidade a vias hierarquicamente superiores, fatores que evidenciam a **macrocefalia** do concelho (vd. Figura 5.3).

¹ Com base nos dados disponibilizados pelo INE, nomeadamente a BGRI 2001, 2011 e dados disponíveis na CM Mora (nomeadamente equipamentos e rede viária).

Figura 5.3 Hierarquia urbana do concelho de Mora



Fonte: INE: BGRI, 2001 e 2011; Limites administrativos: CAOP 2018 (DGT); Rede viária: IP e CMM, 2017

5.1.2. POVOAMENTO E MALHA URBANA DA VILA DE MORA

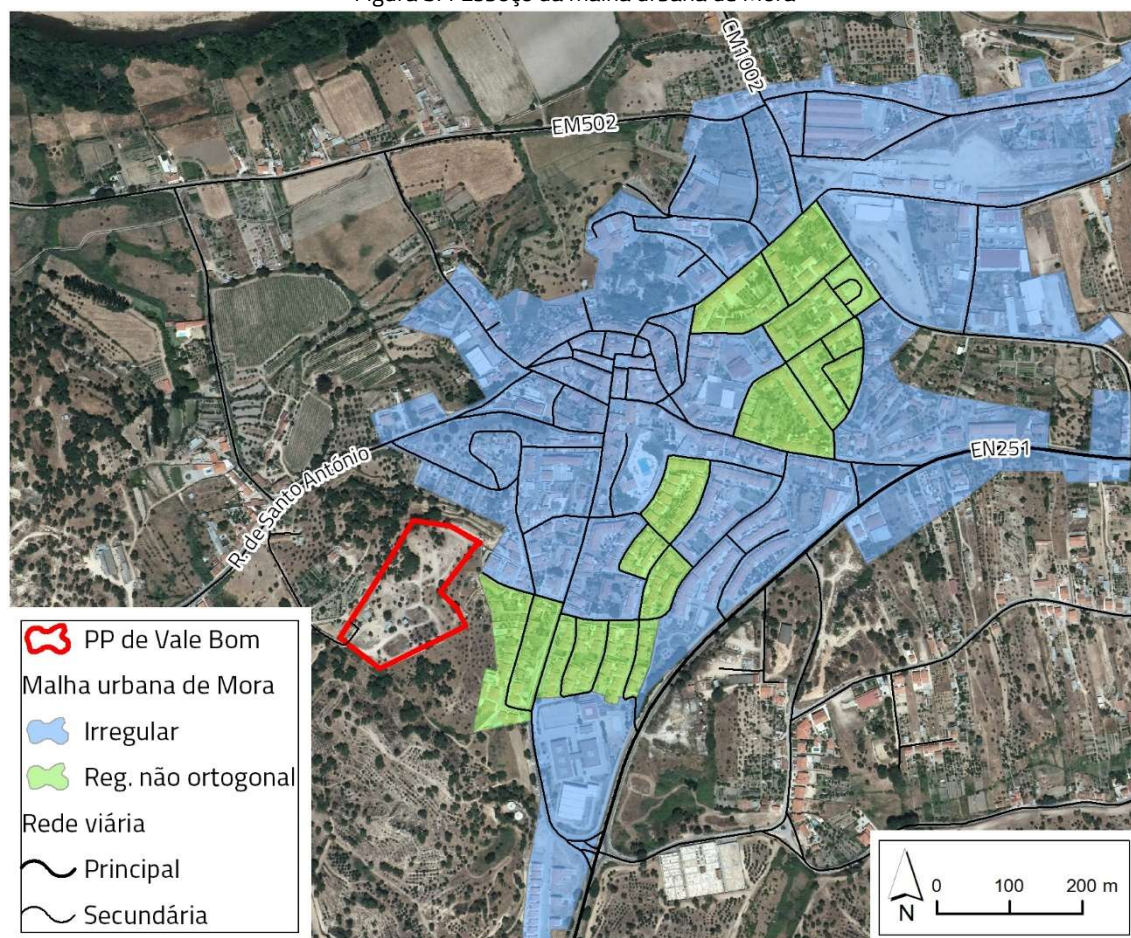
Enquadrada num modelo dominante de **povoamento concentrado**¹, em que as edificações se agrupam, constituindo pequenos aglomerados/povoações, de forma compacta e concentrada, relativamente fáceis de diferenciar e delimitar (TOMÉ, *et al.*, 2011), a vila de Mora apresenta uma evolução urbana num sentido aproximadamente longitudinal, de aproximação ao troço da EN 2.

O lugar apresenta um **formato irregular**. A sua malha, “reveladora das vicissitudes que ocorreram na sua evolução” (MEDEIROS, 1996) é predominantemente **irregular** (*vd.* Figura

¹ Segundo os modelos clássicos de povoamento: concentrado, disperso, intercalar e linear (TOMÉ *et al.*, 2011).

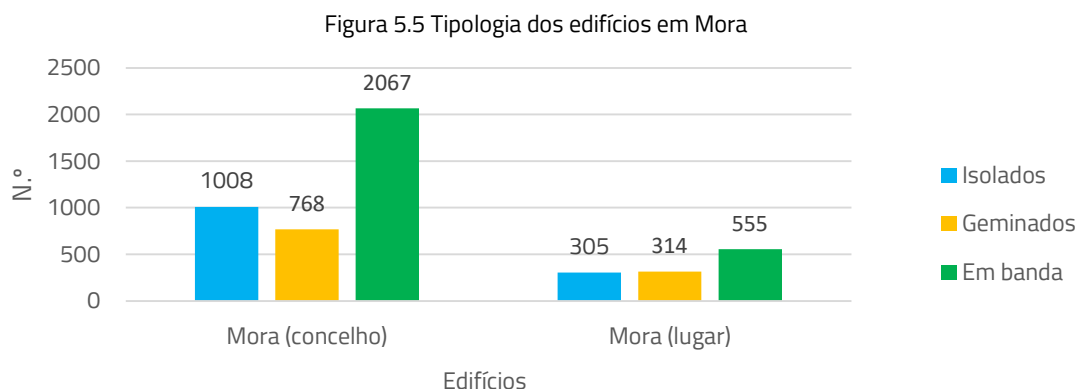
5.4), à exceção de uma parte junto ao setor sul e outra junto ao setor nordeste, que tende a apresentar-se **regular não ortogonal**.

Figura 5.4 Esboço da malha urbana de Mora



Fonte: Ortofotomapas 1:10 000 (DGT, 2015); RTGeo, 2019

Verifica-se forte presença de **edifícios em banda** na vila de Mora, construídos em épocas diferentes e sob lógicas de planeamento diferentes também, resulta numa malha urbana **heterogénea**, composta por diferentes quarteirões e urbanizações em que os alinhamentos das fachadas principais variam, como que tentando adquirir pontualmente uma certa regularidade, e cuja implantação sofre influência da morfologia do relevo e conectadas pelas vias de comunicação (vd. Figura 5.5).

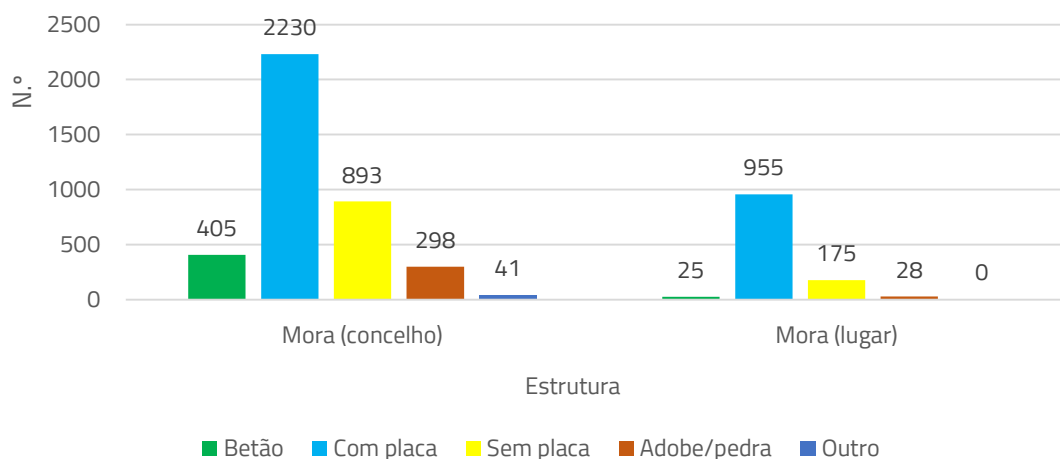


Fonte: BGRI 2011. INE

No que toca ao edificado, na vila de Mora encontravam-se, em 2011, cerca de 31 % dos edifícios que existiam no concelho de Mora, com um crescimento entre 2001 e 2011 a um ritmo semelhante ao da média concelhia (16,3 % na vila e 16,5 % no concelho), (INE, Censos 2011 e 2001), (vd. Quadro 5.1).

Quanto aos materiais e técnicas de construção, verifica-se que na vila de Mora dominam os edifícios com **estrutura com placa** (cerca de 81 %) e, de longe, os edifícios com **estrutura sem placa** (cerca de 15 %), à semelhança do que se regista no concelho, embora com intensidades diferentes (cerca de 58 % dos edifícios possuem estrutura com placa e 23 % possuem estrutura sem placa), (vd. Figura 5.6).

Figura 5.6 Materiais e técnicas de construção dos edifícios de Mora



Fonte: BGRI 2011. INE

Do total de edifícios da vila de Mora, a maioria tem finalidade **exclusivamente residencial**. Cerca de 99 % dos edifícios possuem **1 ou 2 alojamentos** e destes, a maioria dispõe-se em **banda com 1 ou 2 pisos**, no geral, alinhado com o concelho (vd. Quadro 5.1).

Quadro 5.1 Quadro resumo do edificado

Indicador (n.º)	Âmbito territorial	
	Mora (concelho)	Mora (lugar)
Edifícios clássicos	3867	1183
Edifícios com 1 ou 2 alojamentos (%)	99,4	99,2
Edifícios exclusivamente residenciais (%)	97,0	93,7
Edifícios com 1 ou 2 pisos (%)	99,6	99,6
Edifícios construídos antes de 1960 (%)	36,6	35,9
Número de alojamentos	3899	1203
Alojamentos de residência habitual (%)	52,6	72,2
Alojamentos vagos (%)	23,7	10,5
Alojamento de residência habitual arrendado (%)	14,5	16,8

Fonte: BGRI 2011. INE

Pese embora os dados disponíveis se encontrem agrupados em classes de diferentes amplitudes temporais, o que dificulta a concretização de uma análise mais eficaz, é possível verificar que o período entre 1946-1960 foi aquele em que foram construídos mais edifícios, na sede e no concelho. A partir de 1980 verificou-se um declínio na construção de novos edifícios, com o consequente **envelhecimento** do parque edificado (*vd.* Quadro 5.1).

Dos alojamentos existentes, destacam-se os de **residência habitual** que, na vila de Mora apresentam um peso significativamente superior à média concelhia (cerca de 72 % contra aproximadamente 53 %). Por seu lado, a percentagem de **alojamentos vagos** (apesar de relativamente elevada), é substancialmente inferior ao registado no concelho (cerca de 10,4 % no primeiro e quase 24 % no segundo), (*vd.* Quadro 5.1).

Por fim, há a destacar a **baixa representatividade do mercado de arrendamento**, que representa menos de 17 % no caso da vila e cerca de 14 % na média concelhia (*vd.* Quadro 5.1).

5.2. EQUIPAMENTOS E INFRAESTRUTURAS

Enquanto elementos fundamentais do sistema urbano, destacam-se os equipamentos coletivos e infraestruturas, que constituem (sub)sistemas estruturantes daquele. Em todo o caso, como se referia GASPAR *et. al.* (2006) aos equipamentos coletivos (mas igualmente válido para as infraestruturas), estes são consequência e causa do processo de desenvolvimento económico e social, assumindo um papel determinante na organização do território a diferentes escalas.

DOS EQUIPAMENTOS DE UTILIZAÇÃO COLETIVA

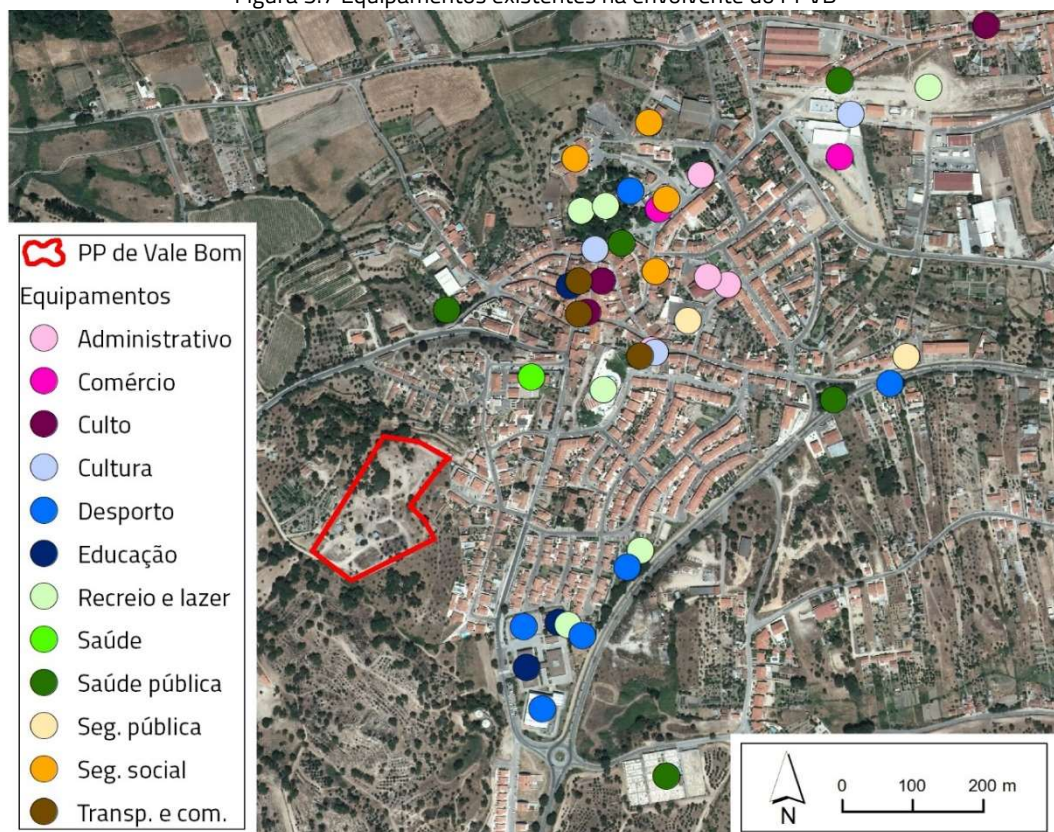
Compreendem **equipamentos de utilização coletiva** (EUC) as edificações e os espaços afetos à provisão de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades coletivas dos cidadãos, designadamente nos domínios da **saúde**, da **educação**, da **cultura** e do **desporto**, da **justiça**, da **segurança social**, da **segurança pública** e da **proteção civil** (Ponto 1.2 do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro)¹.

Na vila de Mora os equipamentos de utilização coletiva são agrupados em doze tipologias distintas, nomeadamente, administrativos, de comércio, culto, cultura, desporto, educação, recreio e lazer, saúde, saúde pública, segurança pública, segurança social e de transportes e comunicações² (vd. Figura 5.7 e Quadro 5.2), num total de 45.

¹ Não estão incluídas as infraestruturas urbanas e territoriais. O conceito de equipamentos de utilização coletiva corresponde ao conceito de equipamentos coletivos a que se refere o artigo 21.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, e ao conceito de equipamentos a que se refere o artigo 43.º do Regime Jurídico de Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual (Ponto 1.2 do Anexo I do Decreto Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de dezembro).

² Muitos dos equipamentos são **multifuncionais**. Como tal, para a maior facilidade de leitura e exposição optou-se por selecionar a função dominante do equipamento para proceder à sua classificação e representação cartográfica.

Figura 5.7 Equipamentos existentes na envolvente do PPVB



Fonte: Equipamentos: CMM, 2017; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015

Quadro 5.2 Número de equipamentos por tipologia que servem o PPVB

Tipologia	N.º
Administrativo	4
Comércio	2
Culto	3
Cultura	3
Desporto	8
Educação	3
Recreio e lazer	6
Saúde	1
Saúde pública	5
Segurança pública	2
Segurança social	5
Transportes e comunicações	3
Total	45

Fonte: RTGeo, 2019

Atentos ao quadro, contudo, pode-se constatar de um relativo equilíbrio do peso de cada um em termos quantitativos, embora seja de realçar uma concentração no setor norte, mais antigo e central¹ da vila, refletindo as origens do modelo de crescimento daquela. Curiosamente, os equipamentos de desporto e também de recreio e lazer ocorrem com maior incidência no setor sul, talvez associados à proximidade da escola. O “novo” espaço urbano, promovendo ganhos de escala urbana, potenciará a utilização destes equipamentos, e certamente a sua qualificação e valorização (enquanto espaço e serviço).

DAS INFRAESTRUTURAS

Do mesmo modo que os equipamentos, também as **infraestruturas** constituem um sistema estruturante do território, constituindo na realidade um indicador do grau de maturidade do desenvolvimento local. Conta-se aqui, em particular, no concelho de Mora, a rede de abastecimento de água, saneamento, elétrica, recolha de resíduos sólidos urbanos e a rede rodoviária.

Atentando para o mapa que constitui a Figura 5.8, toda a área do PPVB, hoje sem redes aí instaladas de **abastecimento de água** e de **saneamento**, está praticamente por elas circunscrita (*vd.* Figura 5.8), de onde se adivinha a facilidade de promover as ligações em sede de projeto como a proposta assim o definirá (*vd.* capítulo 9 da proposta de Plano). Será, porventura, de ponderar sobre a necessidade de reforço e qualificação daquelas redes, nomeadamente, nos setores de ligação.

¹ Numa outra aceção, poder-se-á referir que ocorrem na área que constitui o CBD do espaço urbano (do inglês “Central Business District”).

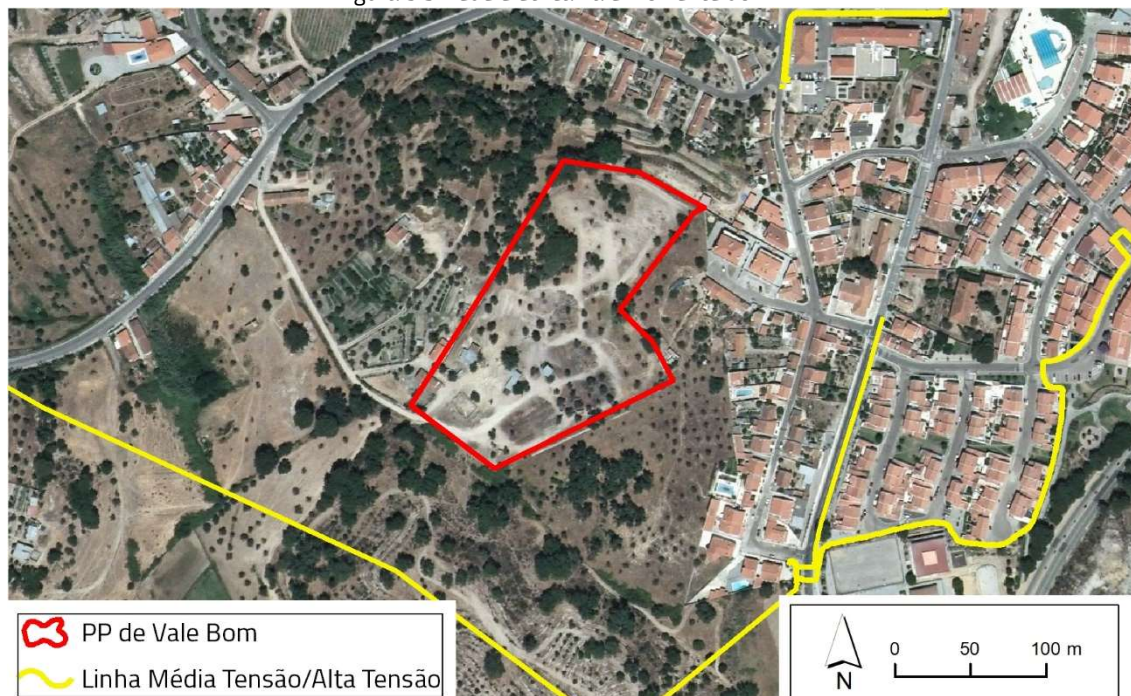
Figura 5.8 Redes de abastecimento de água e saneamento na envolvente do PPVB



Fonte: Infraestruturas: CMM, 2017; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015

A situação daquelas redes é semelhante para o caso da **rede elétrica**, porquanto a vila praticamente envolve a área do PPVB (*vd.* Figura 5.9). Também para estas a ligação está facilitada em termos físicos e económicos, pela proximidade à rede existente, adjacente.

Figura 5.9 Rede elétrica na envolvente do PPVB

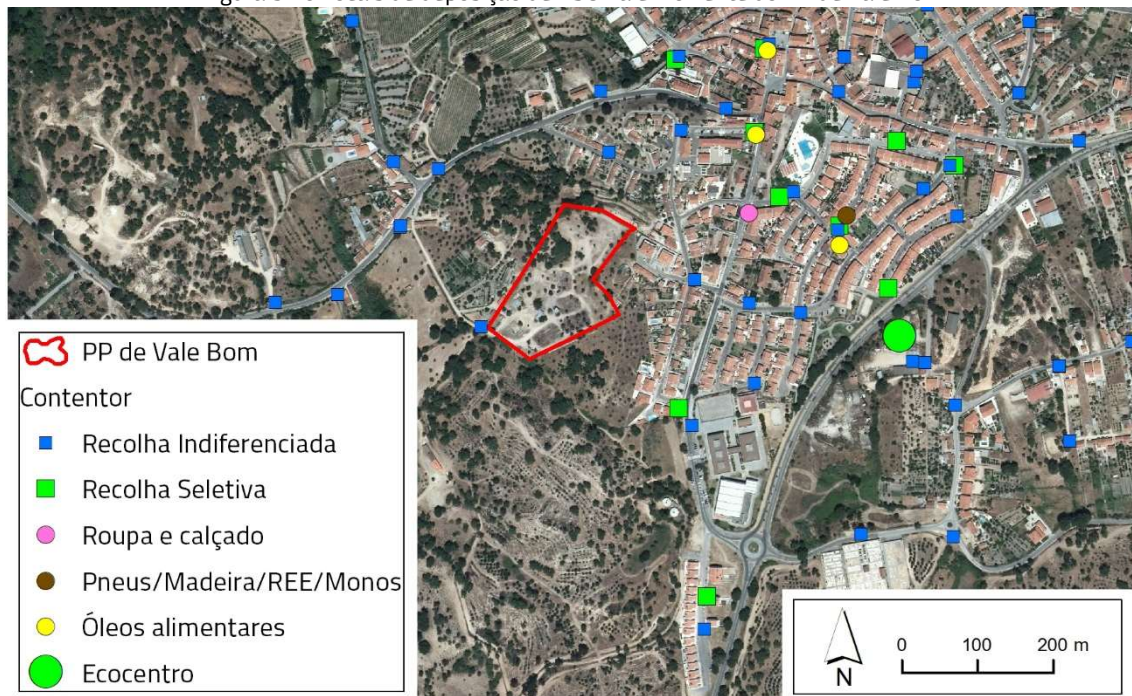


Fonte: Infraestruturas: CMM, 2017; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015

No que respeita ao **sistema de recolha de resíduos**, verifica-se que a envolvente urbana do PPVB se encontra abrangida por algum tipo infraestrutura de resposta (*vd.* Figura 5.10). É aliás, uma rede relativamente densa, sobretudo de resíduos indiferenciados, notando-se, contudo, ainda uma fraca expressão dos equipamentos de recolha de ecopontos/recolha seletiva.

Geograficamente, os mais próximos compreendem os contentores de recolha indiferenciada (existe um no acesso à rua de Santo António, imediatamente a seguir à saída da área do PP de Vale Bom) e vários distribuídos pela referida rua. Também se encontram estes contentores nas restantes áreas urbanizadas a norte e nascente do PPVB (*vd.* Figura 5.10).

Figura 5.10 Locais de deposição de RSU na envolvente do PP de Vale Bom



Fonte: Infraestruturas: CMM, 2017; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015

Os restantes tipos de contentores (recolha seletiva, roupa e calçado, pneus/madeira/REE e monos, bem como os óleos alimentares e o ecocentro) já se encontram mais afastados e, em geral, estão concentrados na vila de Mora.

Apesar do fácil acesso, por uma questão de comodidade e de melhoria dos indicadores de separação e recolha seletiva, aquando da implementação do PP de Vale Bom, deverá ser criado um reforço da rede de contentores (principalmente de recolha seletiva), bem como a otimização dos trajetos de recolha.

No que respeita à **rede viária**, a área do PPVB beneficia dos mesmos acessos que a vila de Mora. Merece destaque a EN 251, a nascente, que liga Mora (concretamente na ligação com o IC 13) a Vimieiro (entroncamento da EN 4), contornando a sede de concelho de Mora e a

área do PPVB a sul (vd. Figura 5.11). Esta via adquire assim um papel estruturante na hierarquia da rede viária do concelho de Mora.

Igualmente se destaca a EM 502, com orientação aproximada E-O, que contorna a vila de Mora e do PPVB a norte, efetuando a ligação entre EN 2 e a EN 251. Esta via, por seu turno, assume um papel de distribuidora do tráfego local, na hierarquia da rede viária municipal.

Por fim, destaca-se o arruamento que liga atualmente a área do PPVB com a Rua de Santo António, a norte. Este é o único arruamento de ligação direto da área do PPVB à rede viária do concelho, constituída por uma via com dois sentidos, que foi recentemente pavimentada com pavimento betuminoso e beneficiada com valetas nas bermas. Trata-se, portanto, de uma via de acesso local (no contexto da hierarquia da rede viária do concelho), em bom estado de conservação (vd. Figura 5.11).

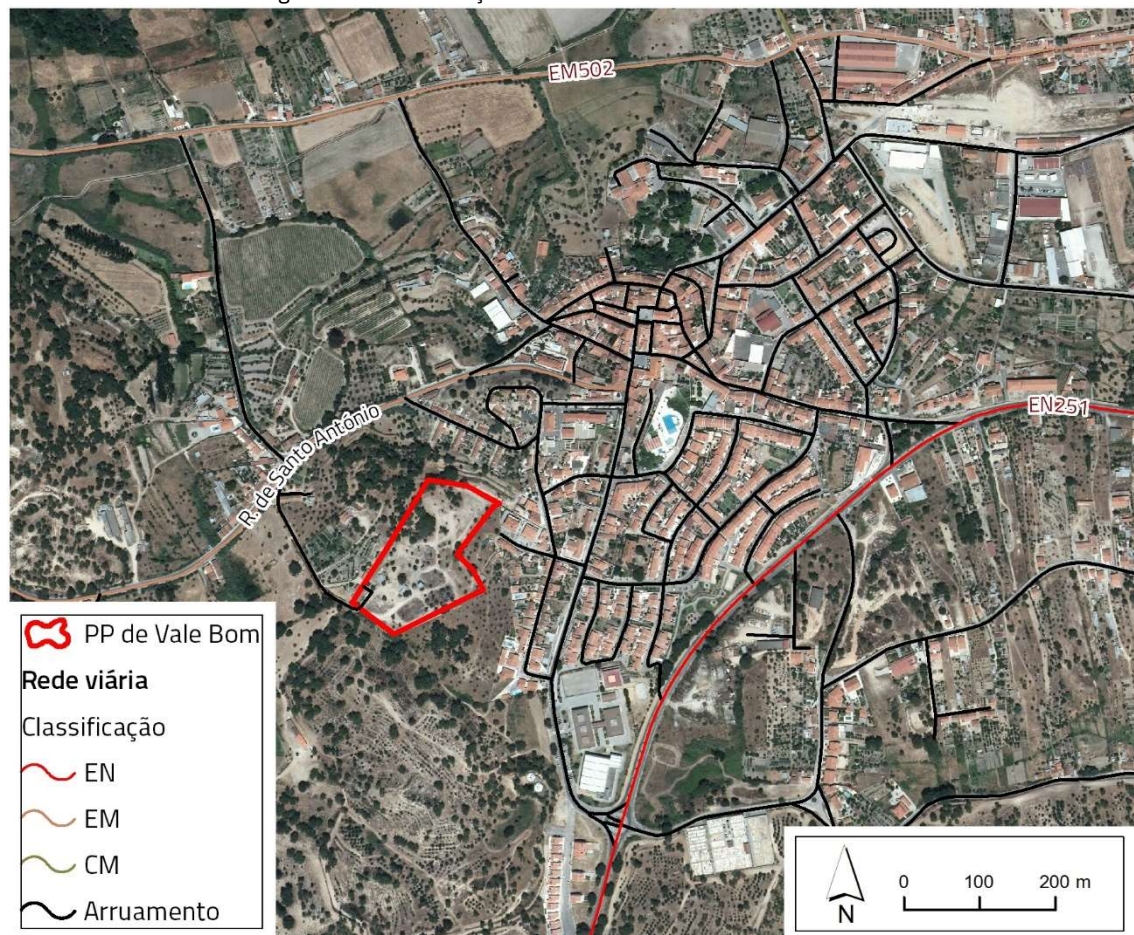
Aquando da implementação do PPVB será necessário proceder ao estudo dos acessos dentro da sua área e da(s) ligação(ões) com a rede viária municipal. Com efeito, o único acesso atualmente existente encontra-se desajustado das necessidades, pese embora as intervenções já efetuadas, necessitando ainda de melhoramentos¹, nomeadamente de acessibilidade **para todos**², numa lógica de *design for all*³.

¹ Por exemplo criação de passeios, enterramento da rede de drenagem de águas pluviais, marcação do pavimento com sinalização horizontal, colocação de sinalização vertical, entre outros elementos pertinentes para dar resposta às necessidades decorrentes da implementação do PPVB.

² Possibilidade de acesso a todas as pessoas ao meio edificado, à via pública, aos transportes, à comunicação e à informação, com o máximo possível de autonomia e usabilidade (RP, 2019).

³ Cujos princípios são: 1. **Utilização equitativa**; 2. **flexibilidade de utilização**; 3. **utilização simples e intuitiva**; 4. **informação perceptível**; 5. **tolerância para o erro**; 6. **baixo esforço físico**; 7. **tamanho e espaço para aproximação e uso** (<http://designforall.org/design.php>). O cumprimento destes princípios torna o meio **respeitador, seguro, saudável funcional, compreensível e estético** (ECA, 2003).

Figura 5.11 Classificação da rede viária na envolvente do PPVB



Fonte: Infraestruturas: IP e CMM, 2017; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015

Assim devem ser ponderadas alternativas de acesso e/ou ligações complementares, sobretudo a ligação à rua da Escola e à Rua de Santo António.

5.3. ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

A acessibilidade ao PPVB depende de um conjunto de condições e oportunidade que a organização do território¹ e o sistema de transporte² proporcionam à realização de deslocações de pessoas por motivos diversos, existindo, assim uma estreita interdependência entre a organização do território, o sistema de transporte e as condições de mobilidade de pessoas e bens.

DOS ACESSOS VIÁRIOS

O concelho de Mora apresenta, *grosso modo*, razoáveis acessos rodoviários de **ligação ao exterior**. A proximidade a alguns dos principais troços rodoviários, como a **EN 2**, a **ER 2**, a **EN 251** e a **ER 370**, asseguram-lhe conetividade com os concelhos vizinhos, com a sede de distrito, com Portalegre, com a Área Metropolitana de Lisboa (AML), Espanha e com o sul do país (*vd.* Capítulo 5.2, Figura 5.12 e Quadro 5.3).

Quadro 5.3. Quadro de bordo distância tempo entre o PP de Vale Bom e alguns lugares relevantes

Lugar	Distância (km)	Tempo (hh:mm)
Lisboa	108	01:32
Porto	317	03:09
Faro	302	02:54
Évora	62	00:53
Portalegre	98	01:16
Santarém	73	01:03
Avis	40	00:34
Arraiolos	38	00:35
Coruche	34	00:32
Montemor-o-Novo	43	00:42
Ponte de Sôr	47	00:42
Sousel	51	00:49

Fonte: Google Maps, 2019

¹ Implantação de atividades e funções urbanas e das suas articulações no espaço.

² Conjunto de infraestruturas e de condições da sua utilização pelos diversos modos de transporte.

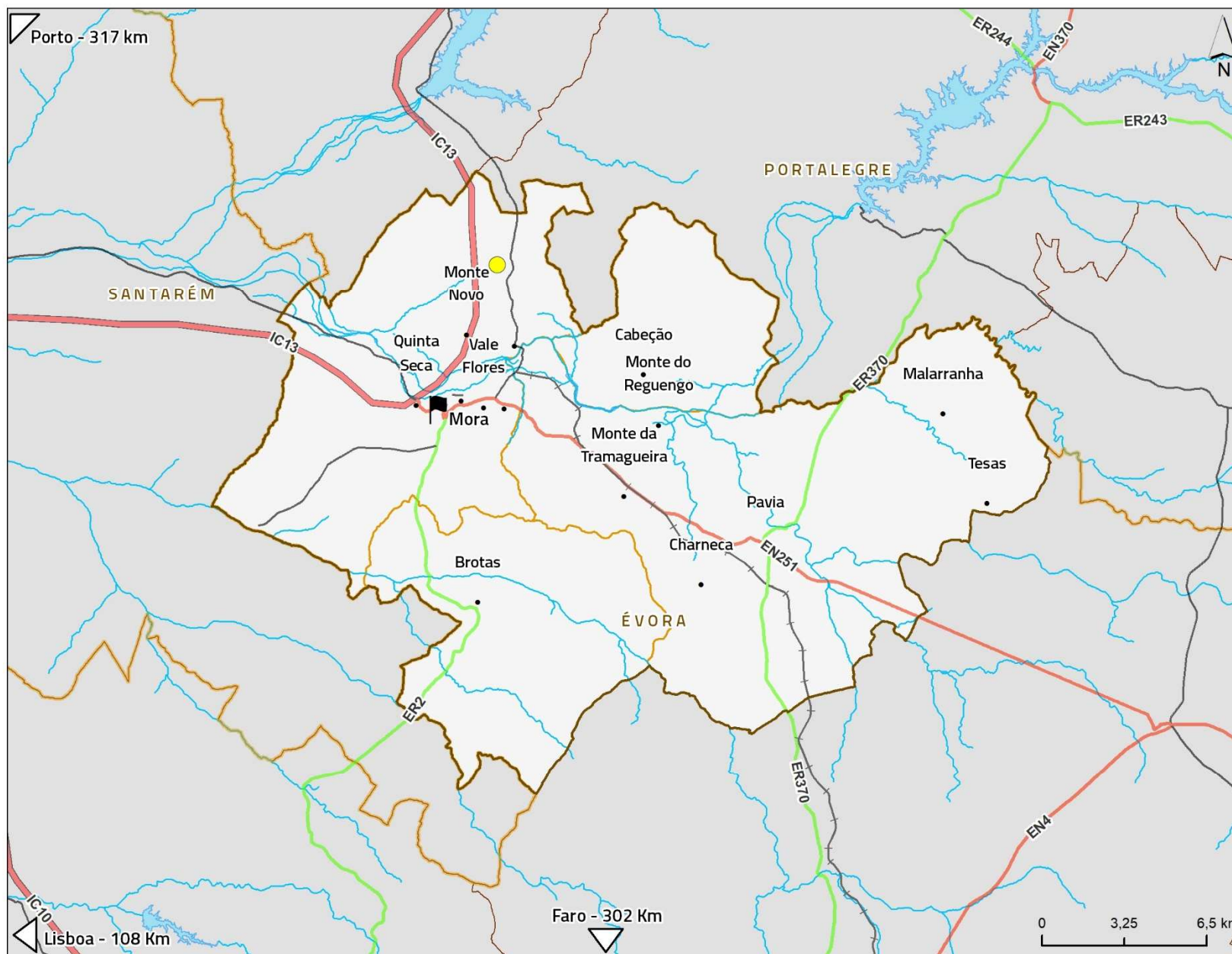


Figura 5.12 Acessibilidade à área do PP de Vale Bom

- PP de Vale Bom
- Aeródromo
- Linha ferroviária desativada
- Rede viária - PRN 2000
 - IP
 - IC
 - EN
 - ER
 - EM
- Curso de água
- Albufeira de águas públicas
- Freguesia
- Mora
- Concelho
- Distrito
- Toponímia

A rede rodoviária no **interior do concelho** de Mora apresenta uma densidade por superfície de 0,41¹ e uma densidade por habitante de 0,04². A acessibilidade a todos os lugares do concelho é boa. Contudo, verificam-se alguns estrangulamentos ao nível dos eixos existentes, nomeadamente o **estado das vias** e a **presença de estrangulamentos à circulação** dos diferentes tipos de veículos e peões.

Concretamente a **Vila de Mora** apresenta particularidades distintas consoante a sua evolução no tempo e no espaço, constatando-se uma dicotomia entre o núcleo tradicional e o constante tráfego de atravessamento na EN 251.

Relativamente aos acessos viários à vila, destacam-se a **EN 2** (a partir de norte), a **ER 2** (a partir de sul) e a **EN 251** (a partir de sueste). De um modo geral são acessos que estão bem conservados (exceto o troço da ER 2, cujo pavimento se apresenta frequentemente em mau estado), (vd. Figura 5.13).

Relativamente à área do **PPVB**, desprovida de rede viária no seu interior, possui, contudo, um único acesso, a poente, que liga à Rua de Santo António (vd. capítulo 5.2).

¹ Densidade por superfície = Extensão/Área do concelho (km²), (INE, 2016).

² Densidade por habitante = Extensão/População residente, (INE, 2016).

Figura 5.13. Principais acessos viários a Mora



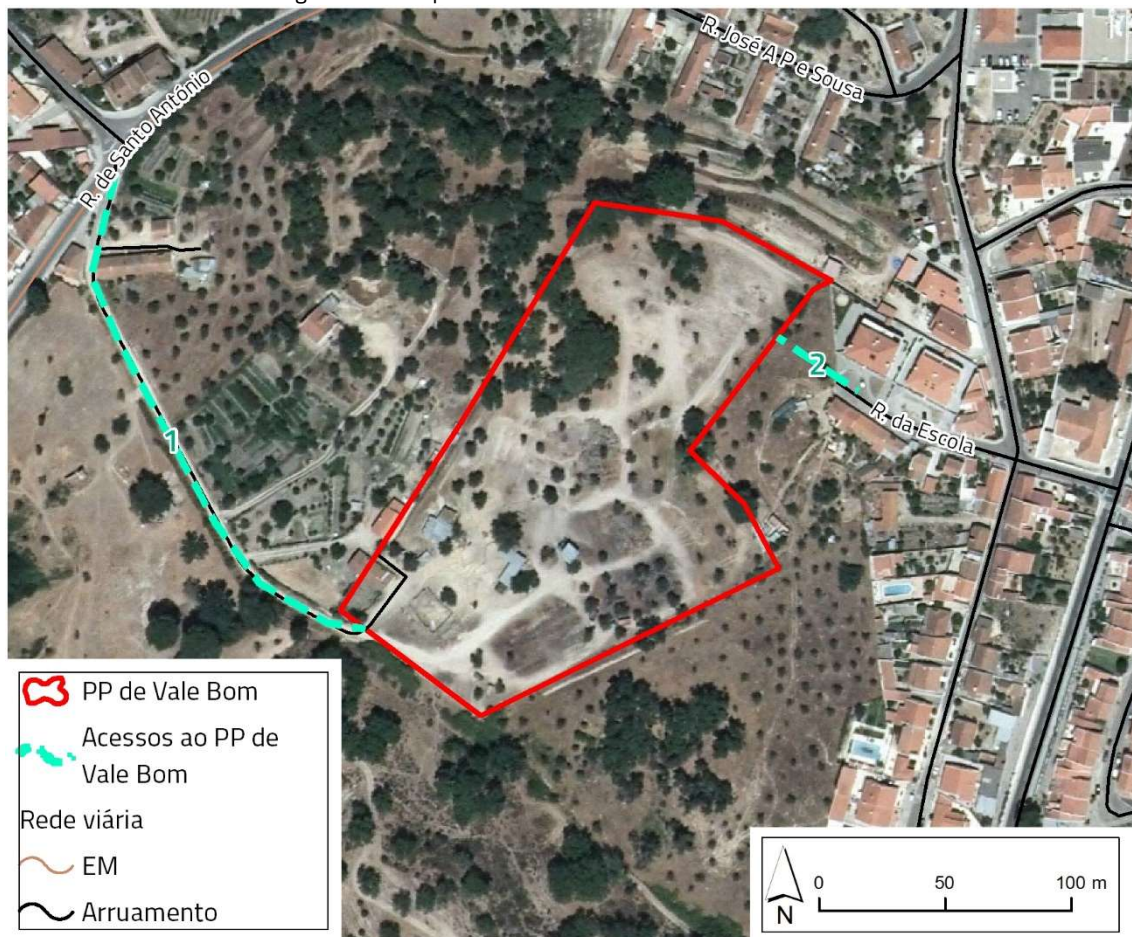
Nota (de cima para baixo): EN 2 com perfil urbano em Mora; ER 2 a sul de Mora; EN251 (junto ao nó de ligação com a EN 2)

Fonte: RTGeo, 2019

Nesse sentido, sem prejuízo de alternativas que sejam encontradas e concretizadas em sede de projeto, são aqui caracterizadas genericamente duas possibilidades de acessos à área em estudo (vd. Figura 5.14):

1. **beneficiação do acesso existente.** Este encontra-se pavimentado, e o seu pavimento está em bom estado. As bermas encontram-se delimitadas por valetas em forma de “U”. Este troço necessita de passeios, iluminação e sinalização (vertical e horizontal). Esta ligação tem a vantagem do acesso já existir. Contudo, possui um estrangulamento logo à saída da Rua de Santo António que poderá dificultar as ações de beneficiação (vd. Figura 5.15 e Figura 5.16);
2. **ligação à Rua da Escola.** Privilegia a ligação diretamente com a área mais central de Mora. A rua da Escola localiza-se numa urbanização que termina num largo onde os veículos podem efetuar manobras de inversão de marcha em segurança. Aqui a ligação à área do PP seria do lado nascente. Nesta hipótese é necessário definir o traçado da ligação de raiz e, inclusive, atravessar uma propriedade privada para aceder à área do PP (vd. Figura 5.17);

Figura 5.14 Proposta de acessos à área do PP de Vale Bom



Fonte: Infraestruturas: CMM, 2017; Ortofotomapas 1:10000: DGT, 2015; RTGeo, 2019

Figura 5.15 Estrada de ligação do PP de Vale Bom à Rua de Santo António



Fonte: RTGeo, 2019

Figura 5.16 Entrada da ligação do PP de Vale Bom à Rua de Santo António



Fonte: RTGeo, 2019

Figura 5.17 Término da rua da Escola



Fonte: RTGeo, 2019

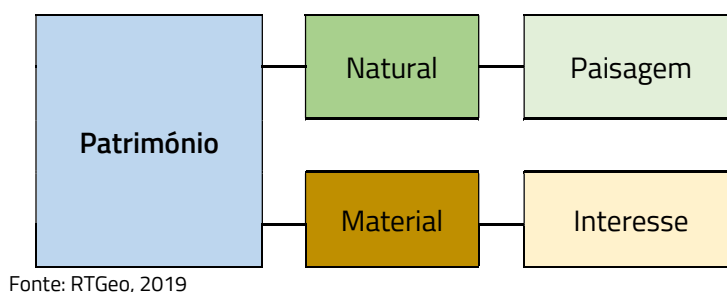
5.4. PATRIMÓNIO

A identidade de um território está estritamente relacionada com o património que encerra, na medida em que constitui uma expressão material e imaterial da memória coletiva (PEREIRA,

1997). Neste sentido, a **Lei de Bases do Património Cultural**¹ estabelece que **os IGT são instrumentos do regime de valorização dos bens culturais**.

Centrando-nos nos domínios **natural** e **material** do património de Mora² geograficamente mais próximos do PPVB, destaca-se a paisagem e o património de interesse (vd. Figura 5.18).

Figura 5.18 Património de interesse para o PPVB



Enquadrado no património natural, destaca-se a paisagem em que o PPVB se insere – a **charneca ribatejana**. Esta unidade abrange a quase totalidade do setor ocidental do concelho, sendo apenas interrompida pela unidade de paisagem do Vale do Sorraia (marcada por uso agrícola intensivo) (DGOTDU, 2004), a norte do PPVB (vd. Figura 5.19).

Embora numa observação de macro escala a imagem resultante seja uma área homogénea de planície arenosa, coberta por montado de sobro e por pinheiro bravo, formando povoamentos puros e mistos e povoamentos puros de eucaliptos, uma análise mais pormenorizada identifica a alternância de zonas levemente onduladas, entrecortadas por vales mais ou menos largos (FERREIRA e GONÇALVES *et al.*, 2006).

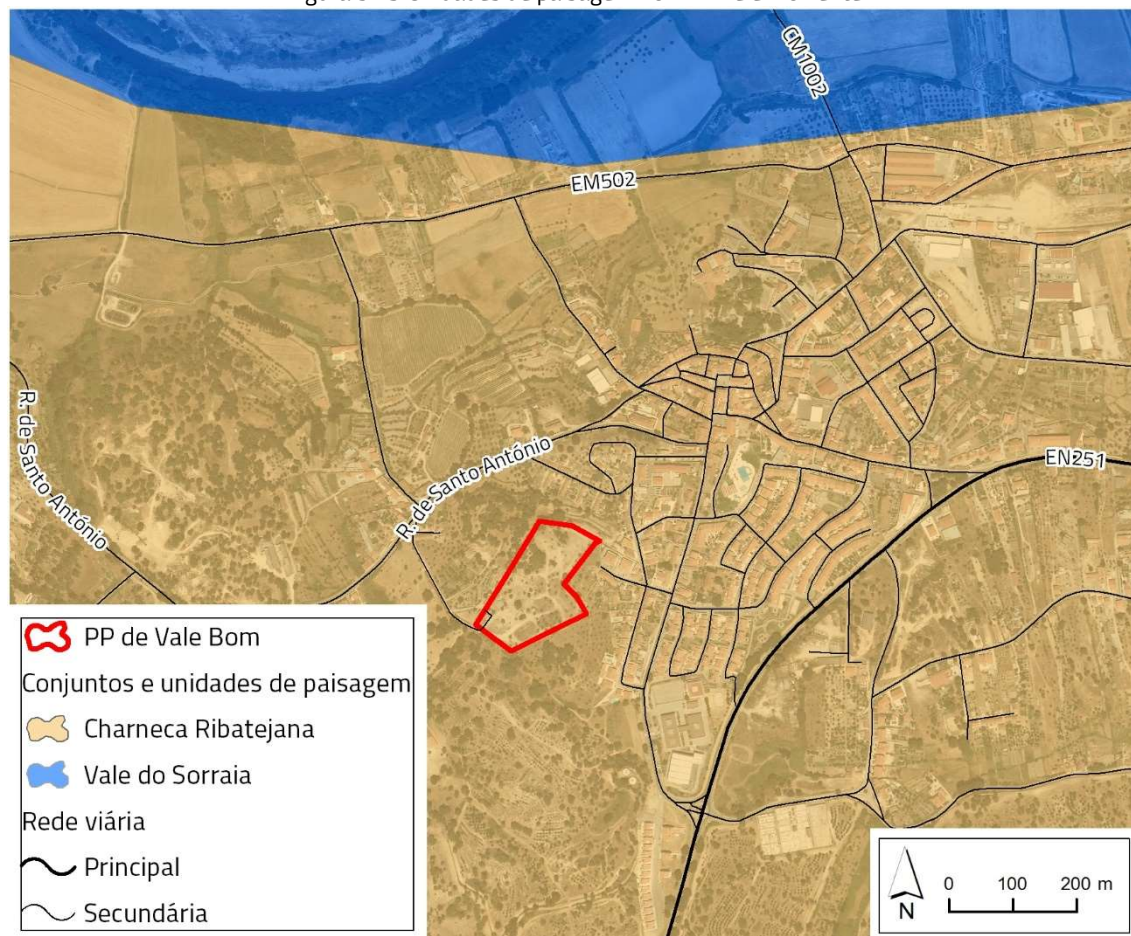
Esta unidade é marcada pela dominância do montado nos interflúvios. Nos vales surgem as pastagens e os sistemas agrícolas de regadio. Este padrão em que se sucedem interflúvios e

¹ Lei n.º 107/2001, de 08 de setembro.

² Não é aqui abordada a domínio imaterial, por não se aplicar no contexto do PPVB.

vales, com ocupações diferentes, repete-se a diferentes escalas, consoante a importância dos cursos de água e vales correspondentes (FERREIRA e GONÇALVES *et al.*, 2006).

Figura 5.19 Unidades de paisagem no PPVB e envolvente



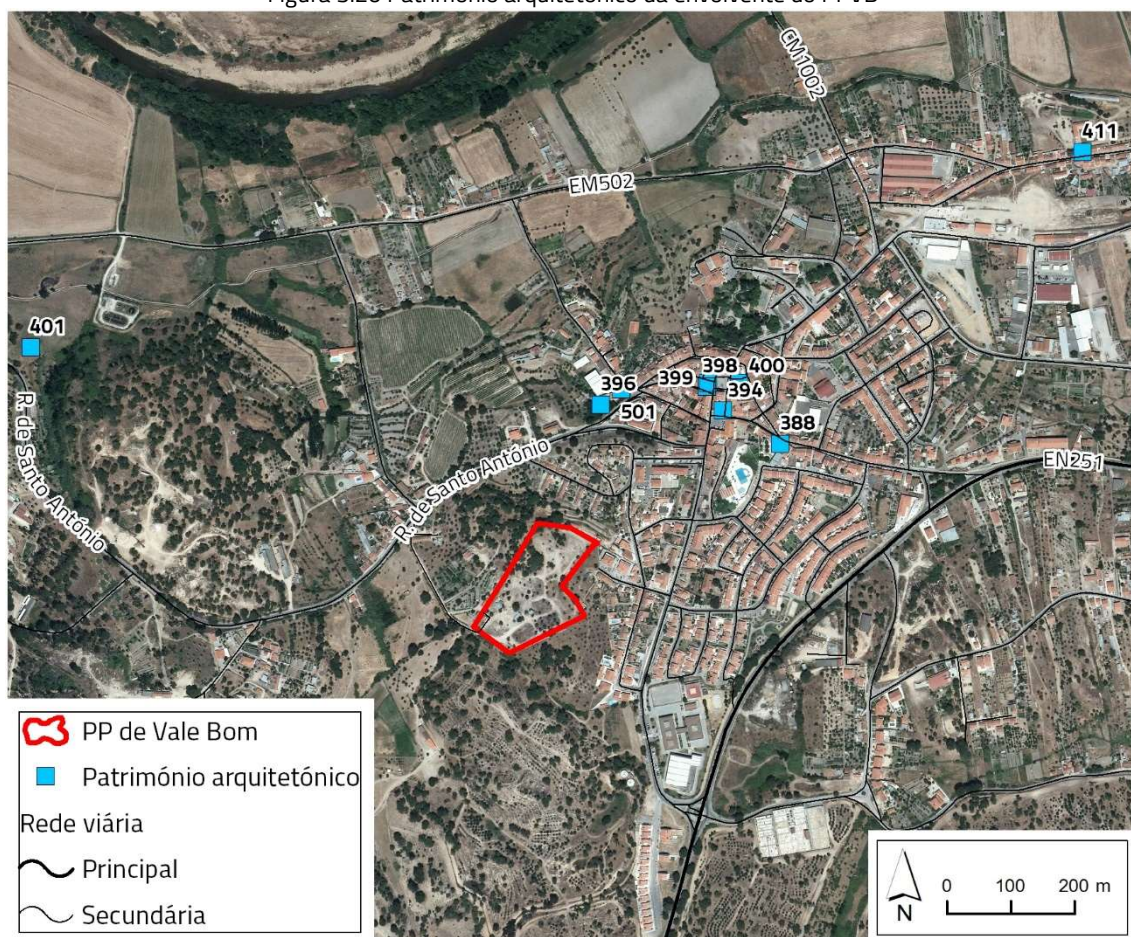
Fonte: Adaptado de DGOTDU, 2004

Relativamente ao **património material**, dispersos pelas freguesias do concelho de Mora, encontram-se 494 elementos patrimoniais de interesse não classificados, agrupados em duas grandes categorias (património arqueológico e arquitetónico). Além destes, existem sete elementos patrimoniais classificados e um elemento em vias de classificação.

A área do PPVB encontra-se desprovida de elementos patrimoniais. No entanto, na sua envolvente, verificam-se nove elementos de património arquitetónico, oito dos quais localizados em Mora (vd. Figura 5.20 e Quadro 5.4), concretamente no setor norte, mais antigo e central, e um elemento localizado a oeste da vila.

Estes elementos patrimoniais, resumidos no Quadro 5.4, enquadram-se nas tipologias de arquitetura civil e arquitetura religiosa.

Figura 5.20 Património arquitetónico da envolvente do PPVB



Fonte: RTGeo, 2017

Quadro 5.4 Património arquitetónico na envolvente do PPVB

ID	Designação	Tipologia	Classificação
388	Casa da Cultura - Ex. Hospício S. Nicolau Tolentino	Arquitetura civil	Não classificado
394	Igreja da Misericórdia de Mora	Arquitetura religiosa	Não classificado
396	Fonte da Vila de Mora	Arquitetura civil	Não classificado
398	Antigos Paços do Concelho de Mora	Arquitetura civil	Não classificado
399	Torre do Relógio de Mora	Arquitetura religiosa	Não classificado
400	Igreja Matriz de Mora	Arquitetura religiosa	Não classificado
401	Ermida de S. Julião de Mora	Arquitetura religiosa	Não classificado
411	Ermida de Santo António	Arquitetura religiosa	Não classificado
501	Pousada dos Cavaleiros da Ordem de Avis	Arquitetura civil	Não classificado

Fonte: DGPC, CMM, RTGeo, 2017

Nenhum destes elementos se encontra classificado, nem são conhecidas áreas de proteção que incidam sobre a área do PPVB.

5.5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E ORIENTAÇÕES

Em jeito de **conclusão**, no sistema urbano do PROT Alentejo, a vila de Mora corresponde a um centro urbano complementar, o mais baixo desta hierarquia. Com base no **índice de centralidade**, Mora possui uma pontuação que lhe confere um **posicionamento modesto ao nível regional e nacional**. Em contrapartida, à escala municipal, a vila encontra-se no **topo da hierarquia urbana**, evidenciando a **macrocefalia** do concelho.

Num modelo dominante de **povoamento concentrado**, a vila de Mora apresenta um **formato irregular**, marcado pela dominância das **malhas irregulares**.

O edificado, com função quase **exclusivamente residencial**, é composto por edifícios que possuem **1 ou 2 alojamentos** (1 ou 2 pisos), e apresenta-se cada vez mais envelhecido. Por

seu lado, verifica-se uma percentagem crescente de alojamentos vagos e uma baixa representatividade do mercado de arrendamento.

A área do PPVB encontra-se **desprovida de equipamentos e infraestruturas**. No entanto, o seu posicionamento geográfico, concretamente na contiguidade da malha urbana existente na sede de concelho, permite-lhe uma grande facilidade de acesso aos mesmos, sendo apenas necessário proceder à ligação às redes existentes, bem como a potencialização e/ou beneficiação.

Relativamente à **acessibilidade e mobilidade territorial**, a área do PPVB beneficia dos acessos da vila de Mora, quer de ligação ao exterior, quer de acessibilidade interna. Estes são, no geral, **razoáveis**. No entanto, a acessibilidade ao PPVB apresenta alguns constrangimentos que carecem de intervenção.

Por fim, área do PPVB **não possui património**, nem se encontra abrangida por nenhuma zona de proteção especial.

Neste contexto, e sem prejuízo de medidas ou ações complementares que venham a ser implementadas aquando da concretização do presente PPVB, sugere-se o seguinte:

1. verificar a capacidade de resposta das infraestruturas existentes, estado de conservação e eventual reforço das mesmas;
2. dotar a área do PPVB com as respetivas condutas e ramais de ligação às redes, com dimensão adequada às necessidades;
3. criar arruamentos no interior do PPVB dimensionados para a circulação de veículos e pessoas em segurança e conforto;
4. dotar os arruamentos de alguns lugares de estacionamento, passeios com dimensões adequadas à promoção da mobilidade suave, árvores (sombra);

5. promover a criação de espaços verdes ou praças, nas imediações do arruamento, para fruição, socialização e descanso;
6. reforçar a rede de recolha de RSU indiferenciada e seletiva com contentores adaptados ao tipo de resíduo e produção expectável do mesmo;
7. proceder ao encaminhamento correto da totalidade dos resíduos produzidos com a intervenção, consoante o seu tipo;
8. proceder ao enterramento das linhas de comunicação fixas, a fim de eliminar a poluição visual que as mesmas provocam;
9. nas vias de acesso ao PPVB implementar medidas que estimulem a mobilidade suave e a acessibilidade para todos (por exemplo passeios largos, livres de obstáculos, irregularidades e ressaltos, com pisos diferenciados destinados a invisuais e a ciclistas);
10. promover passeios livres de obstáculos para um cenário de evacuação em caso de crise;
11. dimensionar as vias a construir dentro da área do PPVB para as necessidades, com raios de curvatura e declives suaves;
4. construir vias não exclusivas no interior do PPVB, que promovam a mobilidade suave;
5. implementar medidas de conforto e segurança de circulação de peões, ciclistas e condutores (por exemplo, ao nível do tipo de pisos, sinalética, mobiliário urbano), de acordo com os princípios de *design for all*;
6. criar estacionamento suficiente para cobrir as necessidades do local;
7. estudar a possibilidade das vias a construir funcionarem sem segregação das áreas de circulação pedonal e viária, desestimulando o segundo;
8. promover a localização de um ponto de abastecimento de veículos elétricos;
9. dar preferência a equipamentos que recorram a energias renováveis (por exemplo, iluminação pública alimentada por energia solar, bem como iluminação das passadeiras e dos sinais de trânsito;
10. utilizar pavimentos confortáveis, não escorregadios e permeáveis, uniformizados e com diferentes expressões, bem como alto contraste e marcadores de direcionamento para que qualquer pessoa se consiga orientar facilmente;

11. reservar lugares de estacionamento em locais estratégicos e em quantidade suficiente para dar resposta às necessidades dos visitantes/moradores portadores de deficiência;
12. colocar sinalética bem visível e facilmente percebida, de modo a permitir uma fácil e rápida compreensão do espaço;
13. criar zonas de repouso e socialização frequentes, com mobiliário ergonómico, com alturas adaptadas a pessoas com dificuldades de locomoção, com bancos fixos e móveis e sombra providenciada por vegetação autóctone;
14. criar/reforçar carreiras de autocarros que sirvam a área do PPVB, promovendo a sua ligação com a sede de concelho, de distrito e outros lugares considerados relevantes.

A concretização do loteamento PPVB permitirá o reforço da estrutura urbana em Mora com habitação, colmatando a sua malha e promovendo a qualificação urbanística e ambiental local.

O próximo capítulo do presente Relatório será dedicado à caracterização do ruído.

5.6. BIBLIOGRAFIA

CEA (2003) – “Conceito Europeu de Acessibilidade” <http://www.eca.lu/>

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS (2007) – “Livro Verde Por uma Nova Cultura de Mobilidade Urbana”.

COMISSÃO EUROPEIA (2010) – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões. “Estratégia

Europeia para a Deficiência 2010-2020: Compromisso renovado a favor de uma Europa sem barreiras”.

Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2002.) – *Normas para a Programação e Caracterização de Equipamentos Coletivos*; Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa;

GASPAR, J.; SIMÕES, J.; Marin, A. (2006) – “As redes de equipamentos coletivos” in Geografia de Portugal. Planeamento e Ordenamento do Território, 4, coord. G. A. Medeiros, Círculo de Leitores, Lisboa;

IMTT (2011) – “Guião Orientador. Acessibilidades, mobilidade e transportes nos planos municipais de ordenamento do território.”

TELES, P. e SILVA, P. R (2007) – “Guia Acessibilidade e Mobilidade para Todos, Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006, de 8 de agosto

PDEPC Évora (2016) – Plano Distrital de Emergência de Protecção Civil de Évora; Ed. Autoridade Nacional de Protecção Civil; 29 pág.;

PEREIRA, Arnaldo (1997), “Discurso do Presidente da Comissão Organizadora do IV encontro nacional de centros históricos, in PEREIRA, Arnaldo e MIDÕES, Ágata (Coord.), “Regionalização e identidades locais. Preservação e reabilitação dos centros históricos”, Edições Cosmos, Lisboa;

PEREIRA, A. *et al.* (2005), "Os Recursos Naturais em Portugal: Inventariação e Proposta de um Modelo Geográfico de Avaliação", In Atas do X Colóquio Ibérico de Geografia, Évora, 22 a 24 de setembro de 2005;

REBELO, João; CORREIA, Leonida; CRISTÓVÃO, Artur (2007) - *Redes culturais e desenvolvimento local: a experiência da comum*; Revista Portuguesa de Estudos Regionais, N°15, p.21-40;

RP (2019) – Guia prático Os direitos das pessoas com deficiência em Portugal;

SECO, Álvaro J. M. *et al.* (2008) – Princípios básicos de organização de redes viárias; Ed. CCDRn.;

SNRIPD (2007) – "Acessibilidade para todos. Apontamentos para uma melhor interpretação do DL 163/2006, de 8 de agosto"

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 48/90 de 24 de agosto;

Decreto Regulamentar n.º 1/92 de 18 de fevereiro;

Decreto-Lei n.º 222/98, de 17 de julho, alterado pela Lei n.º 98/99 de 26 de julho, pela Declaração de retificação n.º 19-D/98 e pelo Decreto-Lei n.º 182/2003 de 16 de agosto;

Decreto-Lei n.º 159/99 de 14 de setembro;

Decreto-Lei n.º 16/2001 de 22 de junho;

Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto

Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho;

Decreto-Lei n.º 80/2015 de 15 de maio.

Lei n.º 2110 de 10 de agosto de 1961;

Resolução de Conselho de Ministros n.º 9/2007, de 17 de janeiro



OUTRAS FONTES

<http://www.cm-mora.pt/pt/Paginas/home.aspx>

<http://www.gesamb.pt>

www.pordata.pt

6. Ruído

6.1. FUNDAMENTOS DE ANÁLISE

Um dos fatores ambientais que mais **descontentamento** gera entre a população prende-se com o **ruído**¹. A versatilidade das fontes geradoras de ruído, a elevada emissão sonora, os horários alargados de funcionamento de atividades ruidosas, assim como o grau de sensibilidade e subjetividade relacionado com a perceção individual do ruído constituem alguns dos fatores que contribuem para uma elevada insatisfação por parte das pessoas (APA, 2011), levando-nos, neste âmbito, ao conceito de **poluição sonora**.

A **poluição sonora** é um importante componente com forte ligação ao conforto ambiental, apresentando uma correlação entre o grau de incómodo sentido pelas populações e a respetiva perceção de bem-estar e qualidade de vida (COELHO e FERREIRA, 2009). As consequências da poluição sonora são preocupantes e carecem de maior atenção, podendo afetar as pessoas quer a nível fisiológico como a nível psicológico, interferindo com atividades básicas como o sono, o descanso, os estudos e a comunicação² (EEA, 2008).

¹ O **ruído** corresponde a um som indesejável ou incómodo, geralmente de volume elevado, que pode ser definido como uma variação da pressão atmosférica que o ouvido humano pode detetar, seja no ar, na água ou em qualquer meio de propagação (IA, 2004). As principais características utilizadas para descrevê-lo referem-se à sua **grandeza** (nível de pressão sonora), à **distribuição da sua energia** na gama de frequências audíveis (conteúdo espectral) e ao **comportamento temporal** (descrição estatística). A combinação de todas as características de energia, de espectro de frequências e de duração temporal do sinal sonoro torna a sua descrição excessivamente complexa (COELHO e FERREIRA, 2009).

² Segundo o livro verde da UE, cerca de 20% da população da União Europeia é afetada por níveis de ruído inaceitáveis, estimando-se que aproximadamente 40% está exposta a níveis de ruído de tráfego rodoviário superiores a 55dB (A) e mais de 30% está exposta a níveis superiores a 55dB (A) durante a noite (*idem*).

Em matéria de ruído¹, a **Lei de Bases da Política de Ambiente**² determina que “a redução da exposição da população ao ruído é assegurada através da definição e aplicação de instrumentos que assegurem a sua prevenção e controlo, salvaguardando a qualidade de vida das populações e a saúde humana”, (alínea c) do artigo 11.º).

Por sua vez, o **Regulamento Geral do Ruído**³ (RGR) estabelece a obrigatoriedade de as câmaras municipais elaborarem **mapas de ruído**⁴ para apoiar a elaboração, alteração e revisão dos planos diretores municipais e dos planos de urbanização (n.º 1 do artigo 7.º). Assim, os **planos territoriais de âmbito municipal** devem ser acompanhados pelo **mapa do ruído** que fornece a localização das fontes de ruído e áreas às quais correspondem classes de valores expressos em dB (A) e pela **carta de classificação de zonas sensíveis e mistas**.

Estas ferramentas de análise permitem traduzir o atual estado sonoro e as influências das principais fontes de ruído, ou seja, a ação, a atividade temporária ou permanente, o equipamento, a estrutura ou infraestrutura que produza ruído nocivo ou incomodativo para quem habite ou permaneça em locais onde se faça sentir o seu efeito, tendo em conta:

- os indicadores de ruído / L_{den} e L_n ⁵, reportados a uma altura de 4 metros;

¹ Também é de referir o **Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho**, alterado pela Declaração de Retificação n.º 57/2006, de 31 de agosto. Este diploma transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva Europeia 2002/49/CE de 25 de junho (Diretiva Ruído Ambiente, que cria um regime especial apenas para as **Grandes Infraestruturas de Transporte (GIT)**, isto é, **GIT aéreo** (aeroporto com mais de 50.000 movimentos/ano), **GIT ferroviário** (troços com mais de 30.000 passagens/ano) e **GIT rodoviários** (troços com mais de 3 milhões de passagens/anos) e **aglomerações de maior expressão populacional**, onde a população residente seja maior que 100.000 habitantes e a densidade populacional maior ou igual a 2.500 hab/km². Contudo, considerando estes requisitos, o PPVB não encontra aqui enquadramento.

² Lei n.º 19/2014, de 14 de abril.

³ Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto.

⁴ Consiste numa representação geográfica do ruído ambiente exterior, onde se visualizam as áreas às quais correspondem determinadas classes de valores expressos em dB(A), reportando-se a uma situação existente ou prevista. Constitui, fundamentalmente, um alicerce de apoio à decisão sobre o planeamento e ordenamento do território que permite visualizar condicionantes dos espaços por requisitos de qualidade de ambiente acústico devendo, portanto, ser adotado na preparação de instrumentos de ordenamento do território e na sua aplicação (APA, 2011).

⁵ L_{den} constitui o indicador de ruído diurno (7h–20h) -entardecer (20h–23h) -noturno (23h–7h), associado ao incómodo global. L_n constitui o indicador de ruído noturno, associado à perturbação do sono (23h – 7h).

- a **sensibilidade das diferentes zonas ao ruído** (zonas sensíveis e/ ou mistas), como resultado da ocupação e uso que apresentam ou que está previsto. Este zonamento tem a particularidade de abranger, única e exclusivamente, as áreas inseridas no perímetro urbano; sendo que os restantes **recetores sensíveis isolados**¹, localizados fora dos limites urbanos, sejam equiparados, em função dos usos existentes na sua proximidade, a zonas sensíveis ou mistas (RGR, n.º 2 do artigo 11.º).

Considerando a classificação das zonas de ruído, sensíveis ou mistas, localizadas ou não na proximidade de grandes infraestruturas de transportes existentes ou projetadas, o RGR estabelece os valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior (critério de exposição máxima) identificados no Quadro 6.1.

Quadro 6.1. Valores limite de exposição ao ruído ambiente exterior

CLASSIFICAÇÃO	PERÍODO GLOBAL (00h – 24h)	PERÍODO NOTURNO (23h-7h)
Zona Mista	$L_{den} > 65 \text{ dB (A)}$	$L_n > 55 \text{ dB (A)}$
Zona Sensível	$L_{den} > 55 \text{ dB (A)}$	$L_n > 45 \text{ dB (A)}$
Zona sensível próxima de GIT existente	$L_{den} > 65 \text{ dB (A)}$	$L_n > 55 \text{ dB (A)}$
Zona sensível próxima de GIT não aérea em projeto	$L_{den} > 60 \text{ dB (A)}$	$L_n > 50 \text{ dB (A)}$
Zona sensível próxima de GIT aérea em projeto	$L_{den} > 65 \text{ dB (A)}$	$L_n > 55 \text{ dB (A)}$
Zona sem classificação	$L_{den} = < 63 \text{ dB (A)}$	$L_n = < 53 \text{ dB (A)}$

Fonte: DL 09/2007, de 17 de janeiro (RGR)

¹ Definem o edifício habitacional, escolar, hospitalar ou similar ou espaço de lazer, com utilização humana, de acordo com a alínea q) do artigo 3.º do RGR.

DOS OBJETIVOS, METODOLOGIA E ESTRUTURA

Pretende-se, no presente capítulo, caracterizar a **situação atual** na área do PPVB e compreender as alterações que se poderão registar com a sua implementação, em termos de ruído ambiente (**situação futura**), propondo a classificação acústica mais adequada à situação atual e futura.

Para a prossecução destes objetivos foram efetuadas **medições *in situ***, em locais estratégicos junto à área do PPVB, do volume de tráfego e do ruído. Com base nas medições efetuadas e num conjunto de parâmetros foi executado um **modelo de simulação da situação atual**, (culminando nos Mapas de Ruído - L_{den} e L_n -, verificados através da comparação com os Mapas de Ruído Municipais já existentes e validados pelos dados de ruído) e **da situação futura** (tendo como corolários os respetivos Mapas de Ruído - L_{den} e L_n).

Assim, no presente capítulo, e num primeiro momento, **fundamenta-se a análise do ruído do PPVB**. Seguidamente apresenta-se o **modelo de simulação da situação atual**, através de uma abordagem às fontes de ruído, aos parâmetros usados, ao volume de tráfego medido e a apresentação dos mapas de ruído da situação atual. Seguidamente procede-se a uma **breve apresentação dos Mapas Municipais de Ruído** (no contexto do PDM), à sua comparação com os mapas da situação atual de ruído elaborados para o PPVB (*vd.* Anexo I) e são apresentados os resultados das medições sonoras efetuadas *in situ*, no sentido de validar estes mapas. Posteriormente são apresentados os **Mapas de Ruído da situação futura**, bem como proposta de **classificação acústica** e, por fim os **aspetos a reter** e a **bibliografia** de referência.

6.2. MODELO DE SIMULAÇÃO DA SITUAÇÃO ATUAL

Segundo as alíneas j) e n) do artigo 3.º do RGR, os parâmetros L_{den} e L_n devem ser representativos de uma média anual. Nestas circunstâncias, uma caracterização apenas através de medições de ruído *in situ* (que foram efetuadas em dois pontos estratégicos nas imediações do PPVB, nomeadamente a nascente e a poente) poderá não ser suficiente para garantir uma representatividade adequada. Para colmatar esta situação foi desenvolvido um modelo de simulação onde foram introduzidas as características médias anuais do local, com influência na produção e na propagação de ruído, nomeadamente dados de tráfego médios anuais e condições atmosféricas médias anuais.

A Figura 6.1 identifica a área do PPVB (a azul claro), as principais vias circundantes [a rua de Santo António (A), a rua José Agostinho Pereira de Sousa, a rua Teodósio Pereira Silveira Fumaz e a rua da Escola amarelo, a rua Catarina Eufémia a vermelho e a rua de Santo António (b), que é o acesso atual ao PPVB, a verde]. Por fim, representa os dois pontos de medição (PM01 a poente e PM02 a nascente do PPVB).

Figura 6.1 Localização dos pontos de medição e ruas envolvidas do PPVB



Fonte: SCHIU, 2020

DAS FONTES DE RUÍDO DO PPVB

As **principais fontes de ruído** identificadas no local correspondem, atualmente, ao **tráfego rodoviário** (SCHIU, 2020), (vd. Figura 6.1):

1. rua de Santo António (identificada pela cor amarela e letra "A" - via asfaltada com mais tráfego);
2. rua de Santo António (identificada pela cor verde e letra "B" - via asfaltada com menos tráfego, que liga à zona do PP);
3. rua Catarina Eufémia (identificada pela cor vermelha);
4. vias diferentes, mas que por simplicidade e segurança se consideram com tráfego igual à rua da Santo António "A" (rua José Agostinho Pereira de Sousa, rua Teodósio Pereira Silveira Fumaz e rua da Escola).

Na **situação futura**, prevê-se que as principais fontes de ruído correspondam, igualmente, ao **tráfego rodoviário**, nomeadamente (SCHIU, 2020):

1. as mesmas vias de tráfego identificadas na situação atual, previsivelmente com mais tráfego;
2. vias no interior do PPVB.

Uma vez que no PPVB apenas existe tráfego rodoviário, a modelação teve como base este indicador. O ruído originário de outras atividades (por serem muito variadas e menos relevantes), não se encontra incluído no mapa de ruído (SCHIU, 2020).

DOS PARÂMETROS DE REFERÊNCIA PARA O MODELO DE SIMULAÇÃO

Para a execução do modelo de previsão, recorreu-se ao *software* Cadna A¹, ao método de cálculo de tráfego rodoviário CNOSSOS (método recomendado no Decreto-Lei n.º 136-A/2019, de 6 de setembro²), (SCHIU, 2020).

Também foram consideradas atribuições das **condições atmosféricas** (nomeadamente a temperatura e humidade média anual de 15°C e 70%, respetivamente). Adicionalmente foi considerada a **ocorrência de condições favoráveis e/ou desfavoráveis à propagação sonora** (gradientes de temperatura e vento) média anual³ de 52% de ocorrência de condições favoráveis em todas as direções no período diurno, 75% de ocorrência de condições favoráveis em todas as direções no período entardecer e 100% de ocorrência de condições favoráveis em todas as direções no período noturno. Além destes foi considerado o **tipo de solo**, concretamente um coeficiente de absorção sonora médio do solo (α) igual a 0,5 (por segurança) apesar da prevalência de solos permeáveis (SCHIU, 2020).

¹ <http://www.datakustik.com/en/products/cadnaa>.

² Altera o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) 2015/996.

³ Na ausência de dados específicos, considerou-se o preconizado por European Commission Working Group Assessment of Exposure to Noise (WG-AEN), (2007) adaptados aos períodos portugueses de acordo com ROSÃO e ANTUNES (2006).

Foi igualmente considerado um **algoritmo de cálculo**, que compreende (SCHIU, 2020):

- erro máximo permitido: 0 dB;
- raio máximo de busca: 2000 metros;
- distância mínima fonte/recetor: 0 metros;
- modelo de terreno: triangulação;
- reflexões: ordem 2;
- raio de busca: 2500 metros (fonte e recetor);
- distância máxima fonte/recetor: 2500 metros;
- distância mínima recetor/refletor: 3,5 metros¹;
- distância mínima fonte/refletor: 0,1 metros.

Foi determinada a **altura acima do solo das previsões** de 4 metros, a **grelha dos mapas de ruído** com 10x10metros e recorreu-se à seguinte cartografia, (SCHIU, 2020):

- curvas de nível (consideração de propagação em campo livre, por segurança);
- edifícios futuros (não foram considerados os edifícios atuais), tendo por base na informação digital disponibilizada de planimetria, a altura de 6,5 metros para novos edifícios de altimetria e um coeficiente de absorção sonora dos edifícios de 0,3.

For fim, foi usado o código de cores segundo diretrizes da APA (SCHIU, 2020), (vd. Figura 6.2).

¹ Valor determinado para que seja contabilizado o som incidente em cada edifício e não som refletido, conforme preconizado no Anexo I da Diretiva 2002/49/CE – Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho.

Figura 6.2 Código de cores segundo diretrizes da APA

Classes do Indicador	Cor		RGB	Padrão de sombreado		Dim/Esp
$L_{den} \leq 55$	ocre		255,217,0	linhas verticais, média densidade		0,5 / 4
$55 < L_{den} \leq 60$	laranja		255,179,0	linhas verticais, alta densidade		0,5 / 2
$60 < L_{den} \leq 65$	vermelhão		255,0,0	linhas cruzadas, baixa densidade		0,5 / 8
$65 < L_{den} \leq 70$	carmim		196,20,37	linhas cruzadas, média densidade		0,5 / 4
$L_{den} > 70$	magenta		255,0,255	linhas cruzadas, alta densidade		0,5 / 2
$L_n \leq 45$	verde escuro		0,181,0	pontos grandes, alta densidade		6 / 6
$45 < L_n \leq 50$	amarelo		255,255,69	linhas verticais, baixa densidade		0,5 / 8
$50 < L_n \leq 55$	ocre		255,217,0	linhas verticais, média densidade		0,5 / 4
$55 < L_n \leq 60$	laranja		255,179,0	linhas verticais, alta densidade		0,5 / 2
$L_n > 60$	vermelhão		255 0,0	linhas cruzadas, baixa densidade		0,5 / 8

Fonte: SCHIU, 2020

DO VOLUME DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO ATUAL

As características da via (nomeadamente o tipo de pavimento e a velocidade) e o Tráfego Médio Horário (TMH), observado *in situ* e contabilizado durante as medições acústicas, encontram-se resumidos no Quadro 6.2.

Quadro 6.2 Volume de tráfego registado

VIA	DIURNO (07:00 – 20:00)		ENTARDECER (20:00 – 23:00)		NOTURNO (23:00 – 07:00)		TIPO DE PAVIMENTO	VELOCIDADE (KM/H))
	TMH	PESADOS (%)	TMH	PESADOS (%)	TMH	PESADOS (%)		
R. de Sto. António B	3	0	3	0	1	0	CNS01	50
R. de Sto. António A*	42	17	39	5	10	0	CNS01	50
R. Catarina Eufémia	227	5	184	2	44	0	CNS01	50

Notas: * Assume-se que este tráfego se aplica também à rua José Agostinho Pereira de Sousa, à rua Teodósio Pereira Silveira Fumaz e à rua da Escola.

Fonte: SCHIU, 2020

De notar que no tipo de pavimento, o código CNS01 corresponde ao pavimento de referência do método CNOSSOS, constituído por "... média de betão betuminoso denso 0/11 e de

mistura betuminosa do tipo SMA (*stone mastic asphalt*) 0/11, com dois a sete anos, em condições de manutenção representativa" (SCHIUI, 2020).

No que toca ao tráfego de pesados, e ainda que não se tenha observado durante as contagens qualquer pesado com mais de três eixos considerou-se (por segurança) que 50 % dos pesados correspondem a veículos de dois eixos (categoria C2/CNOSSOS) e 50 % a veículos de três ou mais eixos (categoria C3/CNOSSOS). Algumas motas, mais ruidosas, foram contabilizadas como veículos pesados (SCHIUI, 2020).

Os dados recolhidos permitiram concluir que todas as ruas estudadas se encontram **abaixo de 1,5 milhões de passagens de veículos por ano** (SCHIUI, 2020).

DOS MAPAS DE RUÍDO DO PPVB – SITUAÇÃO ATUAL

Os dados de tráfego contabilizados são representativos do período de inverno. Assim, para obter dados representativos da média anual, efetuaram-se ajustes (por segurança) aos dados de tráfego rodoviário, segundo os seguintes critérios (SCHIUI, 2020):

1. três meses de verão (julho, agosto e setembro): dobro do tráfego contabilizados (TC), nomeadamente 2 x TC;
2. restantes nove meses: tráfego contabilizado = TC.

Da aplicação destes parâmetros resultou a seguinte fórmula para o cálculo da Média Anual (MA), resumidos no Quadro 6.3:

$$MA = (3 \times 2 \times TC + 9 TC) / 12 \approx 1,25 \times TC$$

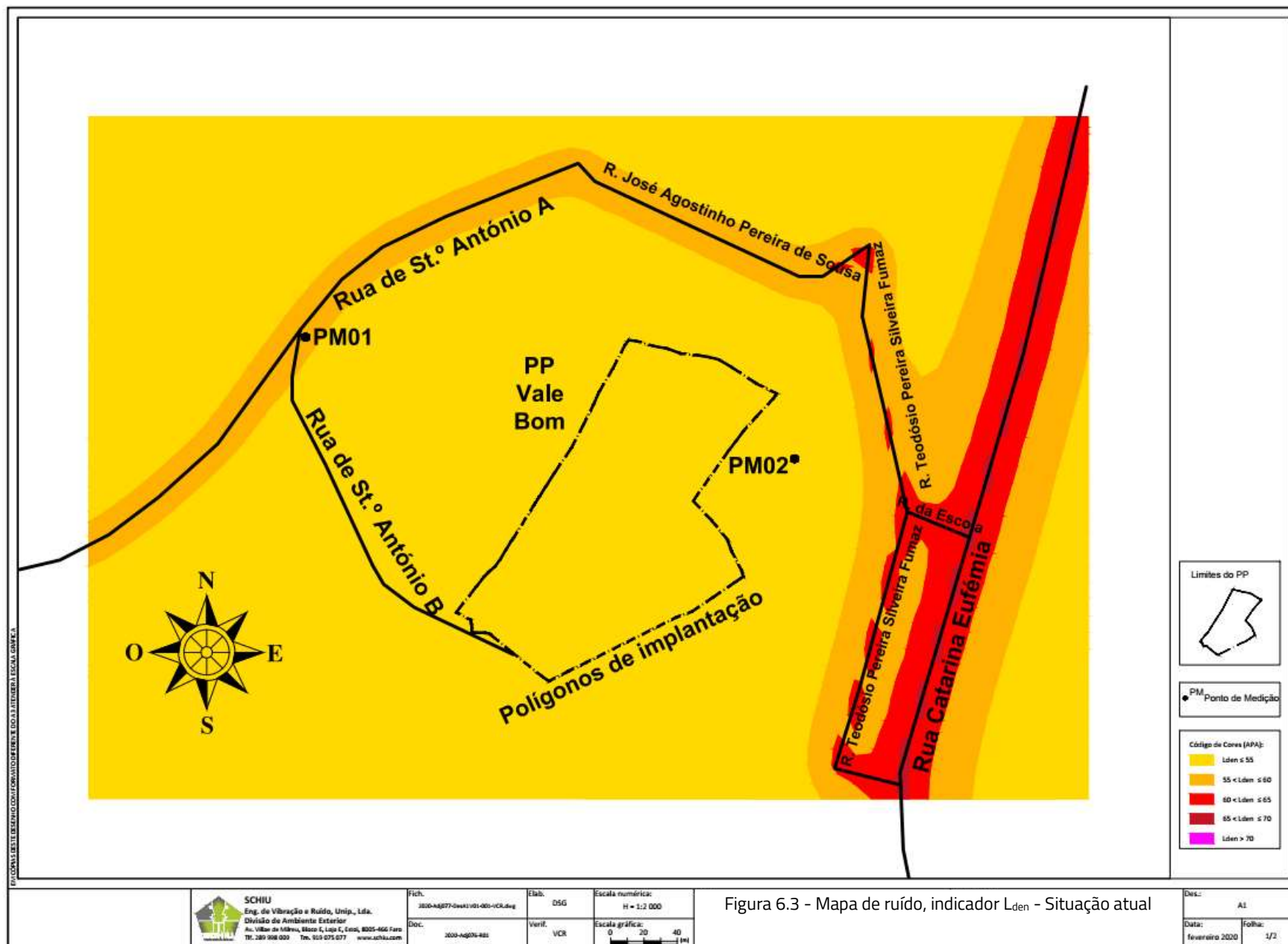
Quadro 6.3 Média anual de tráfego rodoviário

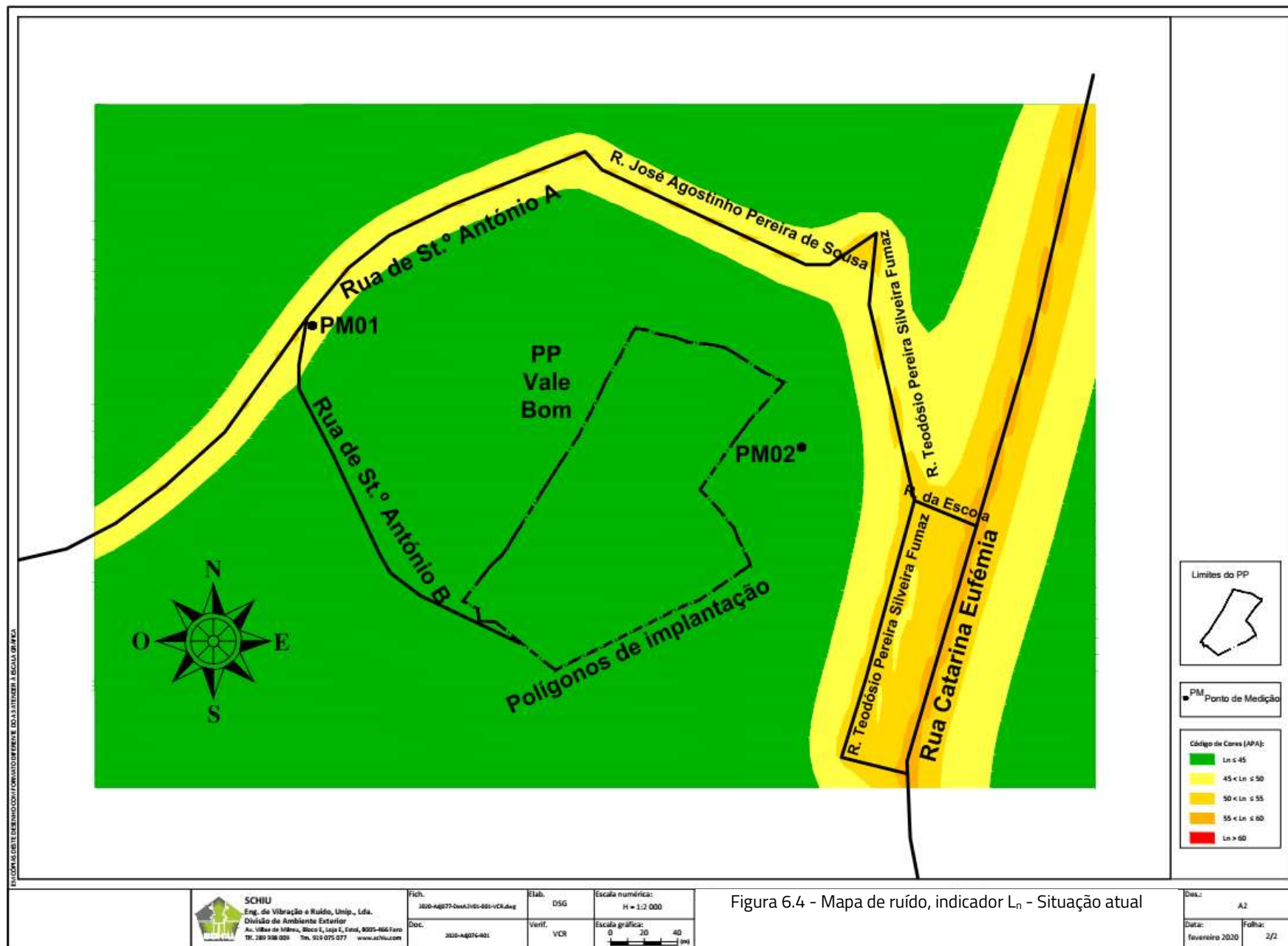
VIA	DIURNO (07:00 – 20:00)		ENTARDECER (20:00 – 23:00)		NOTURNO (23:00 – 07:00)		TIPO DE PAVIMENTO	VELOCIDADE (KM/H))
	TMH	PESADOS (%)	TMH	PESADOS (%)	TMH	PESADOS (%)		
R. de Sto. António B	4	0	4	0	1	0	CNS01	50
R. de Sto. António A*	53	17	49	5	13	0	CNS01	50
R. Catarina Eufémia	284	5	230	2	55	0	CNS01	50

Notas: * Assume-se que este tráfego se aplica também à rua José Agostinho Pereira de Sousa, à rua Teodósio Pereira Silveira Fumaz e à rua da Escola.

Fonte: SCHIU, 2020

A Figura 6.3 e a Figura 6.4 representam os Mapas de Ruído do PPVB – Situação atual (L_{den} e L_n , respetivamente).





6.3. MAPAS DE RUÍDO DO PPVB E MAPAS DE RUÍDO MUNICIPAIS

A Figura 6.5 mostra (além da área de implantação do PPVB a azul, os pontos de medição a laranja e as ruas envolventes ao PPVB a verde, amarelo e a vermelho) a via interior prevista (a azul escuro) e os polígonos de implantação dos edifícios (a rosa).

Figura 6.5 Vias e polígonos de implantação previstos para o PPVB



Fonte: SCHIU, 2020

Sobrepondo os elementos representados com os Mapas de Ruído municipais de Mora¹ (indicadores L_{den} e L_n), (vd. Figura 6.6 e Figura 6.7) e comparando com os Mapas de Ruído da

¹ Disponíveis nos seguintes endereços eletrónicos:

situação atual desenvolvidos para a área do PPVB (*vd.* Figura 6.3 e Figura 6.4), verifica-se que (SCHI, 2020):

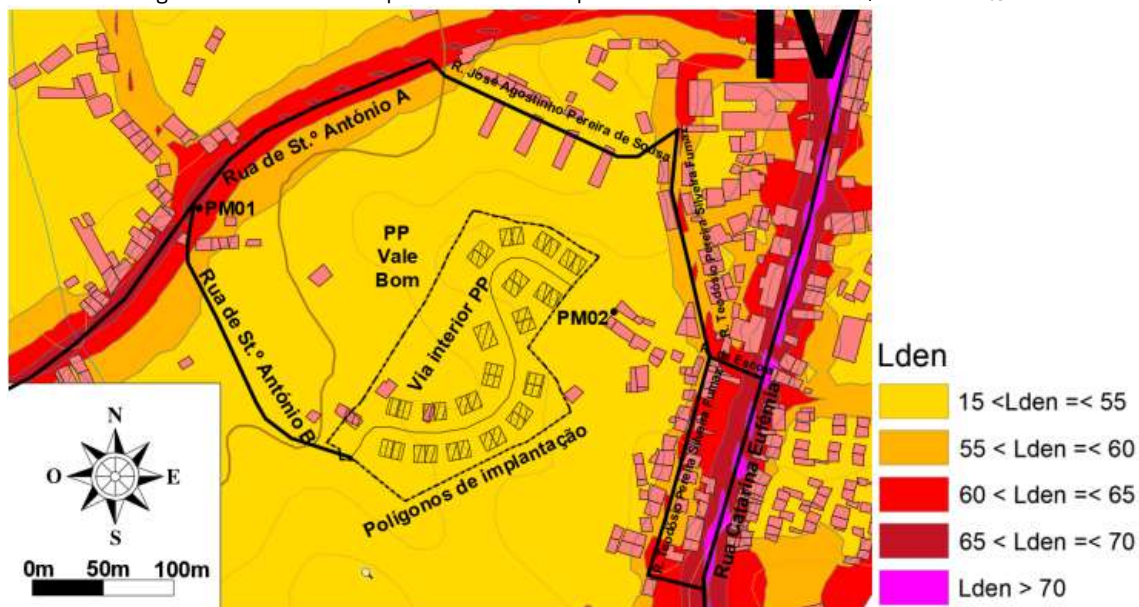
1. na área do PPVB, quer os Mapas de Ruído Municipais, quer os Mapas de Ruído desenvolvidos no estudo revelam, de forma concordante, que $L_{den} \leq 55 \text{ dB (A)}$; $L_n \leq 45 \text{ dB (A)}$;
2. os Mapas de Ruído Municipais aparentam não ter considerado a rua de Stº. António B e a rua José Agostinho Pereira de Sousa, o que faz com que os Mapas de Ruído desenvolvidos apresentem níveis sonoros mais elevados na imediata envolvente destas vias do que os Mapas de Ruído Municipais, constituindo esse facto numa posição de segurança;
3. os Mapas de Ruído Municipais apresentam uma maior exposição ao ruído na imediata envolvente da rua de Sto. António A e rua Catarina Eufémia, do que os Mapas de Ruído desenvolvidos. Admite-se que tal diferença não se deva a um valor de tráfego diminuto considerado nos Mapas de Ruído desenvolvidos, relativamente à realidade da média anual, mas sim a um excesso de emissão sonora nos Mapas de Ruído Municipais (datados de 2008) relativamente às novas bases de dados de emissão sonora dos veículos rodoviários¹, considerada nos Mapas de Ruído desenvolvidos².

http://apambiente.pt/_zdata/DAR/Ruido/SituacaoNacional/MapasRuidoMunicipais/Mora_Lden.pdf e
http://apambiente.pt/_zdata/DAR/Ruido/SituacaoNacional/MapasRuidoMunicipais/Mora_Ln.pdf.

¹ Patente no Decreto-Lei n.º 136-A/2019, de 6 de setembro.

² Ver, a propósito, ROSÃO (2019).

Figura 6.6 Extrato do Mapa de Ruído Municipal de Mora na área do PPVB, indicador L_{den}



Fonte: SCHIU, 2020

Figura 6.7 Extrato do Mapa de Ruído Municipal de Mora na área do PPVB, indicador L_n



Fonte: SCHIU, 2020

A diferença entre os Mapas de Ruído Municipais e os Mapas de Ruído desenvolvidos para o PPVB (identificada no ponto 3), determina a necessidade de verificação dos últimos.

DAS MEDIÇÕES SONORAS *IN SITU*

Para clarificar o motivo dos Mapas de Ruído Municipais apresentarem uma maior exposição ao ruído na imediata envolvente da rua de Stº. António A e rua Catarina Eufémia do que os Mapas de Ruído desenvolvidos recorreu-se às medições acústicas realizadas *in situ* (vd. Anexo I).

Estas medições foram efetuadas nos dias 10 e 11 de fevereiro de 2020, em dois pontos de medição (PM01 e PM02 a poente e nascente do PPVB, respetivamente). Recorreu-se a um sonómetro de classe 1 verificado e homologado¹ (SCHIU, 2020). Os resultados das medições apresentam-se no Quadro 6.4.

Quadro 6.4 Resultados das medições acústicas e previsão do Mapa de Ruído da Situação Atual

PONTO	MEDIÇÃO				PREVISÃO MAPA DE RUÍDO DA SITUAÇÃO ATUAL			
	L _{AEQ} (07:00 – 20:00)	L _{AEQ} (20:00 – 23:00)	L _{AEQ} (23:00 – 07:00)	L _{DEN}	L _{AEQ} (07:00 – 20:00)	L _{AEQ} (20:00 – 23:00)	L _{AEQ} (23:00 – 07:00)	L _{DEN}
PM01	58	55	47	58	59	56	50	60
PM02	48	46	43	51	47	44	42	50

Fonte: SCHIU, 2020

Comparando os resultados das medições com os resultados do Mapa de Ruído desenvolvido para a situação atual, verifica-se uma boa concordância entre o modelo e a realidade, com um diferencial mediando de 0 dB [diferencial máximo (previsão acima da medição) de 3 dB, e diferencial mínimo (medição acima da previsão) de – 2 dB], (SCHIU, 2020).

¹ SOLO, da 01dB, n.º de série 61277, certificado de verificação ISQ 245.70/19.384296, de 24/01/2019.

6.4. MODELO DE SIMULAÇÃO: SITUAÇÃO FUTURA

Na medida em que se encontram previstos 85 de lugares de estacionamento, afigura-se adequado considerar, para previsão do tráfego afeto ao PPVB (posição de segurança; ocupação total dos lugares de estacionamento), (SCHIU, 2020):

1. um veículo por lugar de estacionamento;
2. quatro movimentos por veículo no período diurno (07:00 – 20:00);
3. distribuição típica segura do tráfego no período de 24 horas¹:
 - a. 07:00 – 20:00: 75%;
 - b. 20:00 – 23:00: 15%
 - c. 23:00 – 07:00: 10%.

Tais premissas conduzem aos seguintes valores de **TMH** afeto ao PP (SCHIU, 2020):

1. TMH (07:00 – 20:00): ≈ 26 ;
2. TMH (20:00 – 23:00): ≈ 23 ;
3. TMH (23:00 – 07:00): ≈ 6 .

Assumiu-se, por segurança, que a totalidade desse tráfego circulará em todas as vias internas do PP e será adicionada ao tráfego de todas as vias existentes modeladas (SCHIU, 2020). Os resultados encontram-se plasmados no Quadro 6.5.

Quadro 6.5 Previsão de TMH na situação futura (média anual segura)

VIA	DIURNO (07:00 – 20:00)		ENTARDECER (20:00 – 23:00)		NOTURNO (23:00 – 07:00)		TIPO DE PAVIMENTO	VELOCIDADE (KM/H))
	TMH	PESADOS (%)	TMH	PESADOS (%)	TMH	PESADOS (%)		
R. de Sto. António B	30	0	27	0	7	0	CNS01	50
R. de Sto. António A*	79	17	72	5	19	0	CNS01	50

¹ A propósito, consultar European Commission Working Group Assessment of Exposure to Noise (WG-AEN), 2007.

R. Catarina Eufémia	310	5	253	2	61	0	CNS01	50
Vias interior PPVB	26	0	23	0	6	0	CNS01	50
R. Sto. António B	30	0	27	0	7	0	CNS01	50

Notas: * Assume-se que este tráfego se aplica também à rua José Agostinho Pereira de Sousa, à rua Teodósio Pereira Silveira Fumaz e à rua da Escola.

Fonte: SCHIU, 2020

DA CLASSIFICAÇÃO ACÚSTICA

De acordo com o n.º 1 do artigo 6.º do RGR, os “planos municipais de ordenamento do território asseguram a qualidade do ambiente sonoro, promovendo a distribuição adequada dos usos do território, tendo em consideração as fontes de ruído existentes e previstas”. Neste sentido, compete aos municípios estabelecer naqueles planos a **classificação, a delimitação e a disciplina das zonas sensíveis e das zonas mistas** (cf. n.º 2).

O RGR define, por sua vez, “zona mista” e “**zona sensível**”, sendo que esta corresponde à área “vocacionada para uso habitacional, ou para escolas, hospitais ou similares, ou espaços de lazer, existentes ou previstos, podendo conter pequenas unidades de comércio e de serviços destinadas a servir a população local, tais como cafés e outros estabelecimentos de restauração, papelarias e outros estabelecimentos de comércio tradicional, sem funcionamento no período noturno¹” (cf. alínea x) do artigo 3.º). A **zona mista**, por seu lado, corresponde à “área definida em plano municipal de ordenamento do território, cuja ocupação seja afeta a outros usos, existentes ou previstos, para além dos referidos na definição de zona sensível” (cf. alínea v) do artigo 3.º).

A área do PPVB será ocupada predominantemente com o uso habitacional (33 dos 34 lotes previstos), para a qual se pretende que continuem a ser registados valores de ruído dentro dos limites estabelecidos no artigo 11.º do RGR para as zonas sensíveis. A ocupação prevista

¹ Entre as 23 e as 7 horas (alínea p), subalínea iii) do artigo 3.º do RGR).

para o lote destinado a comércio, serviços e pequenas indústrias deverá igualmente assegurar o cumprimento daqueles valores.

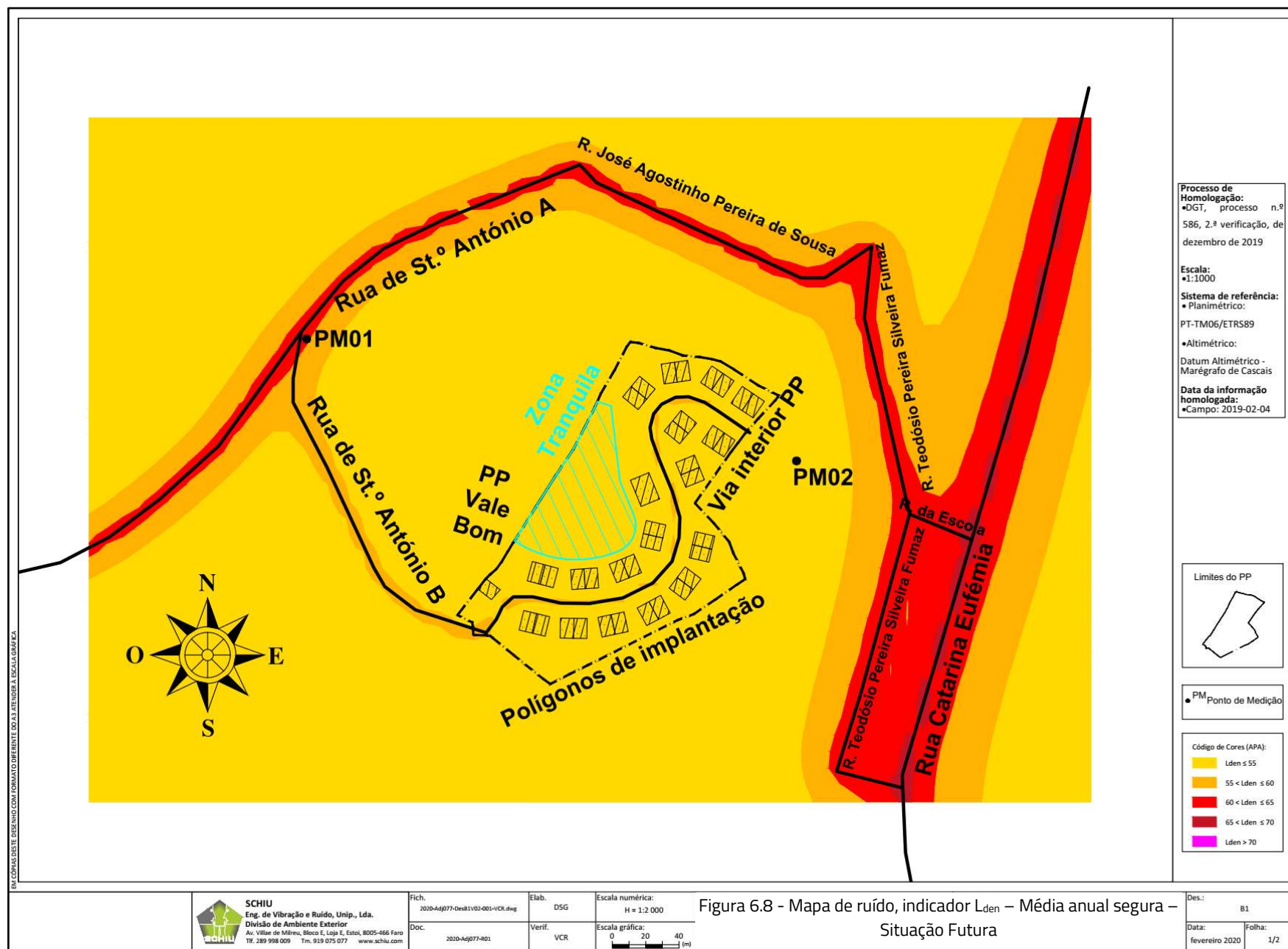
Assim, propõe-se a **classificação acústica** da área do PPVB como **zona sensível** pelas seguintes razões:

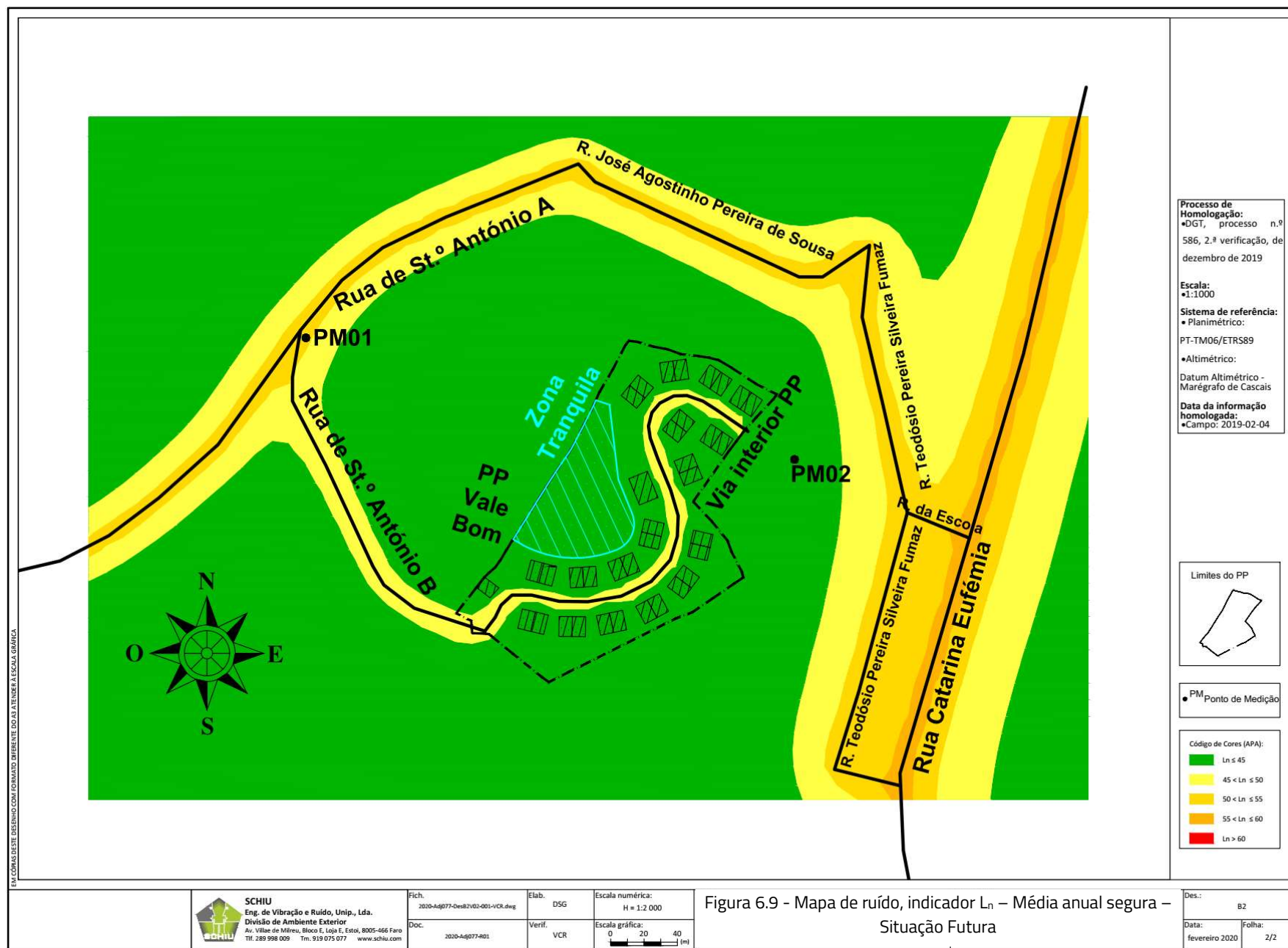
1. pretende-se a manutenção de níveis de ruído baixos, dentro dos limiares das zonas sensíveis, já que a execução do PPVB se traduzirá na concretização de uma área habitacional;
2. trata-se de uma área essencialmente habitacional, de iniciativa municipal, em que se pretende minimizar o custo da construção e maximizar a qualidade ambiental da mesma;
3. os níveis de ruído atuais e previstos são compatíveis com esta classificação;
4. considera-se que as restrições à instalação de determinadas atividades que precisem de funcionar no período noturno, constitui uma fragilidade desta classificação, mas que se justifica pelos ganhos em termos de qualidade do ambiente sonoro e da redução dos custos de construção.

Será, assim, necessário cumprir, na fachada de todos os edifícios do PPVB:

$L_{den} \leq 55 \text{ dB (A)}$ e $L_n \leq 45 \text{ dB (A)}$.

A Figura 6.8 e a Figura 6.9 representam os Mapas de Ruído do PPVB – Situação futura, considerando os valores médios anuais seguros de TMH (L_{den} e L_n , respetivamente).





6.5. ASPETOS A RETER

Os mapas de ruído desenvolvidos para a situação atual permitem verificar que:

1. os níveis sonoros medidos e previstos demonstram o cumprimento dos limites de Zona sem classificação acústica [$L_{den} \leq 63$ dB (A); $L_n \leq 53$ dB (A)] mesmo na imediata proximidade das vias que circundam o PPVB;
2. na área do PPVB, quer os mapas de ruído desenvolvidos, quer os mapas de ruído municipais disponíveis demonstram o cumprimento de $L_{den} \leq 55$ dB (A); $L_n \leq 45$ dB(A), o que demonstra a significativa tranquilidade da zona, e a adequação segura de uma classificação dos recetores sensíveis previstos para o PP (habitações) como Zona Sensível;
3. os mapas de ruído municipais ilustram uma exposição ao ruído superior ao ilustrado pelos mapas de ruído desenvolvidos, na rua de Santo António (A) e na Rua Catarina Eufémia. Recomenda-se que se efetuem medições de ruído *in situ*, pelo em PM02, de acompanhamento do desenvolvimento do PP, para aferir (como se espera) que os resultados do mapa de ruído desenvolvido são mais próximos da realidade média anual do local. Caso contrário, deverão ser analisadas devidamente as consequências, à luz dos limites acústicos legais em vigor e da influência do PP para os níveis sonoros determinados.

Concretamente no que toca à situação futura, os dados obtidos permitem concluir que apesar da posição de segurança na geração e atribuição de tráfego às vias existentes e previstas, verifica-se que a fachada das habitações (polígonos de implantação) previstas no PP cumprem: $L_{den} \leq 55$ dB (A); $L_n \leq 45$ dB(A), o que demonstra a significativa tranquilidade da zona e a adequação segura de uma classificação dos recetores sensíveis previstos para o PP (habitações) como Zona Sensível.

Sem prejuízo das medidas a implementar no âmbito da implementação do PPVB, enunciam-se algumas soluções e/ou opções complementares com o objetivo de mitigar os efeitos negativos de eventual poluição sonora:

1. colocar **barreiras acústicas** e/ ou a utilização de **obstáculos naturais** (e.g. árvores) para obter um efeito barreira desejado, nas áreas de maior conflito (e.g. eixos viários);
2. obrigar à **redução da velocidade na malha urbana** utilizando para o efeito diversas técnicas, sem prejuízo de outras:
 - sinalética (horizontal, vertical ou luminosa);
 - “zonas 30” de seu destacamento através de coloração específica;
 - obstáculos específicos;
 - bandas e/ ou lombas;
 - piso dissuasor da velocidade;
 - maior sensibilização junto dos condutores;
3. reforçar a regulamentação sobre o ruído;
4. **atualizar regularmente** as cartas de ruído.

6.6. BIBLIOGRAFIA

APA (2011c) – “Recomendações para a Organização de Mapas Digitais de Ruído” (versão 3);

APA (2011b) – “Diretrizes para a Elaboração de Mapas de Ruído” (versão 3);

APA (2011a) – “Guia Prático para Medições de Ruído Ambiente”;

European Environment Agency (2016) - “*Quiet areas in Europe*” ;

ROSÃO, Vítor; *et al.* (2016) - “Reflexão sobre a introdução das “Paisagens Sonoras” na Avaliação de Impacte e no Planeamento Urbano” , Évora, CNAI;

ROSÃO, Vítor – “Alterações introduzidas pela Diretiva (EU) 2015/996 (métodos europeus harmonizados para a previsão do ruído de tráfego rodoviário, ferroviário, aéreo e indústrias”. Palestra convidada no 2.º Simpósio de Acústica e Vibrações, Coimbra, 2019”);

ONU (1972) – “*Declaration of the United Nations Conference on the Human Environment*”. Estocolmo;

APA (2011) – “Diretrizes para Elaboração de Mapas de Ruído”. Versão 3. Agência Portuguesa do Ambiente. Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

BELO, H. (2013) – “O ruído e o ordenamento do território – caso de estudo: o concelho de Cascais”. Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em Engenharia do Ambiente, perfil de Ordenamento do Território e Impactes Ambientais sob orientação do Prof. Doutor Francisco Ferreira e coorientação do Prof. Doutor João Farinha, FCT-UNL, pp. 138, Lisboa;

COELHO, J.L.; FERREIRA, A.J. (2009) – “Critérios para análise de relação exposição- impacto do ruído de infraestruturas de transporte.” Grupo de Acústica e Controlo de Ruído do Centro de Análise e Processamento de Sinais (CAPS). Instituto Superior Técnico, Lisboa;

IA (2004) – “O ruído e a cidade”. Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente;

ROCHA, C. e CARVALHO, A. (2007) – “*Action Plans and Municipal Noise Reduction Plans in Portugal*”. Comunicação no *Inter-Noise 2007*, de 28-31 de agosto, Istambul, Turquia;

ROCHA, C.; CARVALHO, A. (2008) – “Ordenamento do Território, Ruído e Impostos sobre a Propriedade”. Acústica 2008. Universidade de Coimbra;

SCHIU (2020) – “Mapa de Ruído do Plano de Pormenor de Vale Bom – Mora”. (Relatório 2020-ADJ077-P001-R01V02-001-VCR.DOCX).

LEGISLAÇÃO

Lei n.º 11/87, de 7 de abril, revogada pela Lei n.º 19/2014, de 14 de abril – define a Lei de Bases do ambiente;

Decreto-Lei n.º 136-A/2019, de 6 de setembro – altera o regime de avaliação e gestão do ruído ambiente, transpondo a Diretiva (EU) 2015/996;

Decreto-Lei n.º 251/87, de 24 de junho – Aprova o Regulamento Geral Sobre o Ruído;

Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho, alterado pela Declaração de Retificação n.º 57/2006, de 31 de agosto – transpõe a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente (DRA), para o direito interno;

Decreto-Lei n.º 09/2007, de 17 de janeiro, alterado pela Declaração de Retificação n.º 18/2007, de 16 de março e pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto – Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro;

OUTRAS FONTES

<http://www.apambiente.pt>, (consultado em fevereiro de 2020);

<http://www.who.int/en/> (consultado em fevereiro de 2020);



http://ec.europa.eu/environment/efe/themes/urban-noise-and-health_pt (consultado em fevereiro de 2020);

http://ec.europa.eu/environment/basics/health-wellbeing/noise/index_pt.htm (consultado em fevereiro de 2020).

7. DO DIAGNÓSTICO À ESTRATÉGIA

7.1. DIAGNÓSTICO

Realizada a caracterização do território, encontram-se reunidas as condições para uma reflexão-síntese, tão sistematizadora quanto possível, que permite clarificar as principais tendências do desenvolvimento do território e definir o pano de uma política de ação estratégica para o desenvolvimento sustentável do PPVB.

Do ponto de vista metodológico, trata-se de um exercício que decorrerá por via de uma matriz SWOT¹, que consiste numa análise do “ambiente” interno e externo do PPVB através da sistematização de **linhas de força** e **fraquezas** e das **oportunidades** e **ameaças** que a este território se colocam a prazo. A matriz SWOT não pretende ser absolutamente exaustiva. É, antes de mais, o resultado de uma sistematização dos principais elementos que dão corpo aos respetivos ambientes.

Pontos fortes

- clima temperado, marcado por invernos chuvosos e verões secos e quentes, com amplitudes térmicas anuais que rondam os 13,5 °C e precipitação média anual na ordem dos 600–700 mm, com dominância dos ventos fracos, baixo risco de ocorrência de geadas e insolação de cerca de 3000 horas de sol por ano;

¹ Matriz de diagnóstico, do inglês, *Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*.

- exposição solar da vertente e sua morfologia (exposta a sul-sudoeste e grosseiramente em anfiteatro) poderá influenciar de forma positiva a disposição das edificações e a sua orientação, no sentido de otimizar o conforto térmico;
- ausência de suscetibilidade à ocorrência de deslizamentos de massa e desprendimentos de materiais na área do PPVB;
- ausência de linhas de água que se traduzam numa elevada suscetibilidade a cheias e inundações;
- contacto com a natureza: áreas agrícolas, florestais e espaços verdes;
- paisagem envolvente com interesse cénico;
- a ocupação atual do solo não apresenta quaisquer constrangimentos que dificultem ou encareçam a execução do PPVB;
- facilidade de acesso às infraestruturas existentes na envolvente da área do plano, que se encontra praticamente circunscrita pelas redes locais, pelo que a sua ligação não implicará avultados investimentos;
- proximidade geográfica da sede de concelho, que permite que o PPVB beneficie de serviços, equipamentos e bens de proximidade;
- parque Urbano de Mora que se encontra em construção;
- proximidade do concelho à AML, a Espanha, a Évora e ao Algarve;
- o concelho e a vila possuem, no geral, boa acessibilidade (com especial destaque para a EN 2, ER 2 e EN 251), a qual irá beneficiar o PPVB;
- proximidade geográfica de património sem, contudo, se encontrar dentro da área do Plano

Pontos fracos

- a área do PPVB situa-se sobre a Bacia do Tejo-Sado indiferenciado da Bacia do Tejo - que não corresponde a um sistema aquífero;

- os solos litólicos que abrangem a quase totalidade da área do PPVB possuem capacidade agrícola muito baixa, com limitações muito severas e risco de erosão muito elevado – portanto, não suscetíveis de uso agrícola;
- solo maioritariamente inculto, ocupado por oliveiras dispersas degradadas e em mau estado fitossanitário, desprestigiando o local e influenciando negativamente a paisagem;
- enquadramento do PPVB por áreas de matos que se desenvolvem quase sem controlo devido, essencialmente, ao abandono agrícola;
- tendência de envelhecimento populacional e despovoamento no concelho (inclusivamente o concelho tem perdido população de forma mais acentuada do que a sua envolvente);
- taxa de desemprego elevada no concelho;
- mercado deficitário para mão-de-obra qualificada;
- inexistência de infraestruturas no interior da área do plano – o que implica a sua criação de raiz;
- reduzida oferta e diversidade de transportes públicos;
- acesso local existente insuficiente, com estrangulamento junto à Rua de Santo António e não promove a mobilidade suave, a acessibilidade para todos, nem cumpre os princípios de *design for all*

Ameaças

- relevo movimentado do local, que poderá condicionar a disposição do edificado e aumentar os custos relacionados com a execução do PPVB;
- quadro de alterações climáticas e consequente intensificação dos fenómenos meteorológicos;

- em episódios de precipitação verifica-se a ocorrência de escoamento em toalha ou sob a forma de *rill wash* (pequenos sulcos) – a concretização do PPVB irá alterar o sistema de escoamento local;
- forte competitividade de outros territórios na captação de população. O saldo migratório do concelho é negativo e tem vindo a acentuar-se, em parte justificado pela atratividade de outros territórios;
- concorrência de outros territórios nacionais com mais oportunidades de emprego: os jovens saem do concelho, pois encontram melhores condições noutros territórios e acabam por constituir família longe de Mora, com as consequências económicas e sociais que se fazem notar agora no concelho e que se poderão agravar no futuro;
- inexistência de políticas de fixação de jovens;
- apesar do seu carácter informal, o facto de existir ali há vários anos uma atividade, poderá conduzir a alguma insatisfação por parte dos seus responsáveis e, eventualmente, provocar delongas na desocupação do prédio;
- competição com ofertas de loteamentos particulares dentro do concelho. Neste contexto, o âmbito do PPVB é oferecer lotes a preços competitivos sem, no entanto, entrar em conflito com as ofertas de mercado existentes;
- concentração de mais população na sede de concelho poderá acentuar o contraste entre Mora e os restantes lugares, incrementando a macrocefalia existente

Oportunidades

- manutenção da área florestal existente dentro do limite norte da área do PPVB para fruição por parte da população local, tornando esta área mais aprazível e prestigianete;
- a execução do PPVB permitirá a reconversão paisagística e requalificação ambiental, tornando-o agradável;
- concretização de medidas que mitiguem a ocorrência de escoamento em toalha ou sob a forma de *rill wash*, bem como da erosão dos solos;

- aumento global do volume de negócios no período entre 2010-2015, em função da indústria transformadora, das atividades agrícolas e de algumas atividades do setor terciário;
- possibilidade de estimular a economia local através da criação de emprego e maior dinâmica na transação de bens, impulsionada pela fixação de população jovem;
- possibilidade de fixação de famílias jovens, estimulando a natalidade;
- possibilidade de dar resposta às necessidades do mercado local, deficitário para mão-de-obra qualificada;
- a fixação de população promovida pela execução do PPVB mitigará o despovoamento e envelhecimento da população;
- maior disponibilidade de lotes para construção de habitação familiar a preços competitivos, ajustando a oferta às necessidades da procura;
- oferta competitiva (no valor de aquisição) de terrenos da Zona Industrial para a implementação de empresas;
- reforço da vila de Mora no sistema urbano regional e local, através do reforço do índice de centralidade;
- a execução do PPVB irá promover a colmatção da malha urbana da sede de concelho;
- rejuvenescimento do edificado concelhio, através da construção de novas habitações;
- melhoria das acessibilidades internas, através da criação de acessos internos;
- a fixação da população trará a oportunidade de repensar e otimizar o sistema de transportes públicos, bem como a recolha de RSU que servem a zona;
- estímulo à promoção da mobilidade suave, da acessibilidade para todos e o *design for all* na área do PPVB e, posteriormente, em outras zonas da vila e do concelho;
- necessidade de maior oferta de lotes para construção para colmatar o desajuste entre a procura e a oferta.

Do levantamento dos pontos fortes, fracos, ameaças e oportunidades, é possível concluir que se verifica uma relação positiva entre o Plano e o território abrangido por ele, isto é, as

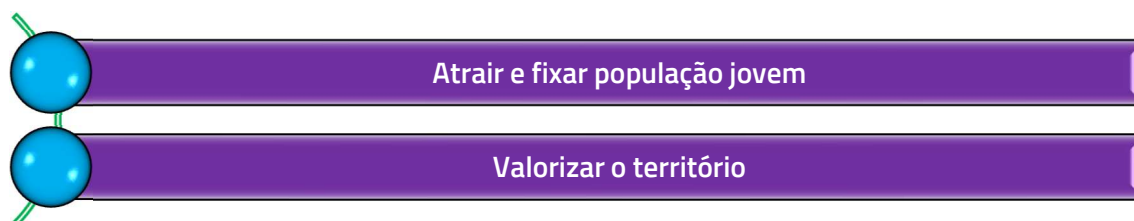
dinâmicas positivas promovidas pela execução do PPVB irão melhorar os pontos fracos elencados e mitigar as ameaças identificadas para o território diretamente abrangido pelo Plano e sua envolvente.

Neste âmbito, o próximo capítulo será dedicado à definição da estratégia, desdobrada em eixos estratégicos e objetivos específicos do PPVB.

7.2. ESTRATÉGIA

A concretização de uma estratégia de desenvolvimento, ainda que segundo os princípios de uma abordagem prospetiva, fica mais robustecida quando maior for a profundidade da abordagem, integrada e holística, das variáveis que se interrelacionam no território.

Considerando a caracterização e o diagnóstico do PPVB realizados até ao momento, são definidos os **eixos de ação estratégica**. Assim, o Plano de Pormenor de Vale Bom em Mora deve contribuir, em conformidade com a estratégia de desenvolvimento do concelho, para:



Nesta perspetiva, os próximos pontos deste Relatório serão para detalhar cada um dos eixos listados e apresentar os seus objetivos estratégicos.

7.2.1. ATRAIR E FIXAR A POPULAÇÃO JOVEM

O lugar de Mora registou, nos últimos períodos censitários (1991-2001 e 2001-2011), um decréscimo da população residente (-3,2 %, e - 10,6 %, respetivamente) consideravelmente superior à média do Alentejo Central (0 e 0,4 %) e que se tem vindo a acentuar. Este decréscimo dos residentes foi acompanhado pelo seu envelhecimento, verificando-se atualmente um alargamento do topo das pirâmides etárias da freguesia e do concelho e um estreitamento da base.

Estas tendências são causa e consequência de uma transformação do tecido económico local, terciarizado, marcado por uma fraca resiliência, uma vez que ainda não recuperou totalmente após o período da crise de 2009/2013.

Além destes fatores, é necessário ter em consideração o facto de existir um desajuste entre a procura e a oferta de alojamento no concelho, na medida em que os loteamentos disponíveis não respondem às necessidades da procura, quer em termos de quantidade insuficiente, quer em termos de desajuste nos valores económicos, quer mesmo em termos das obrigações que alguns dos loteamentos existentes possuem que, no global, constituem um forte entrave à fixação de população jovem, nomeadamente famílias constituídas recentemente.

Neste sentido, a oferta de uma nova área residencial num espaço contíguo à malha urbana atual da vila de Mora, com uma morfotipologia que tem registado muita procura e preços competitivos, em absoluto respeito pelos valores em presença e com uma localização bastante central e acessível, constitui uma ferramenta privilegiada para o reforço da atratividade e competitividade local.




Assim o PPVB, ao prever um espaço urbano de qualidade, com densidade e composição adequadas à malha urbana existente, em harmonia com as características biofísicas locais, deverá contribuir para a consolidação e valorização urbana do aglomerado de Mora, atraindo população jovem, em idade ativa, qualificada e incentivando a sua fixação, através da oferta de habitação permanente e, em última instância, para a revitalização e fortalecimento da economia local.

A localização do PPVB no contexto da vila de Mora constitui um dos principais fatores da sua potencialidade e atratividade. Como consequência, pretende-se que este plano se apresente como uma decisão eficiente, racional e sustentável de ordenamento e desenvolvimento do território, que aproveite as vantagens locativas e potencie um conjunto de dinâmicas sociais e económicas que permitam alavancar este território.

Igualmente a localização do PPVB permitirá a otimização e rentabilização das infraestruturas existentes (eletricidade, água, saneamento, telecomunicações, viárias, recolha de RSU), reduzindo custos e promovendo a sua resiliência e sustentabilidade funcional.

Ao mesmo tempo, o Plano deverá contribuir para a promoção da mobilidade suave e a acessibilidade para todos, através da criação de infraestruturas adequadas, e que possam ser utilizadas por todos e da melhoria das existentes, as quais garantem o acesso à área do Plano.

De forma sintética, apresentam-se os objetivos estratégicos delineados para este eixo estratégico:

-  Aumentar a oferta de habitação acessível na vila de Mora nas tipologias mais procuradas
-  Dinamizar a economia local
-  Privilegiar soluções para o espaço público que promovam a mobilidade e acessibilidade para todos e, por conseguinte, a redução das barreiras arquitetónicas e urbanísticas, seguindo os princípios do *design for all*

7.2.2. VALORIZAR O TERRITÓRIO


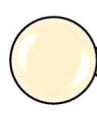



A operacionalização do PPVB contribuirá para a qualificação territorial local, invertendo a atual situação de mau estado fitossanitário da vegetação local, bem como de depósito de madeiras e desenvolvimento de atividades informais e de pecuária de forma desordenada, que em nada contribuem para a proteção dos valores naturais e para a valorização da paisagem local.

Assim, pretende-se que, com a concretização do Plano, seja promovida a correta integração paisagística das edificações, numa disposição harmoniosa com as características físicas do local (exposição solar, enquadramento cénico, entre outros), respeitando os valores naturais ainda presentes e otimizando os recursos necessários à sua manutenção, promovendo, em última análise, a sustentabilidade ambiental, segurança e qualidade de vida aos futuros residentes.

Com esta visão, deverá manter-se a maior quantidade possível de árvores autóctones e devem ser criados espaços verdes de enquadramento. Paralelamente, deverá ser dada preferência à introdução e manutenção de espécies vegetais adaptadas às condições edafoclimáticas do local.

Considerando o facto de que, apesar de não se verificar nenhuma linha de água no local, ocorrer escoamento de águas pluviais em toalha, sob a forma de *rill wash* ou em pequenos valeiros localizados (sem reflexo na cartografia) aquando de episódios de precipitação, deverão ser valorizadas as áreas onde estes fenómenos se manifestam mais intensamente, no sentido da mitigação dos seus efeitos erosivos.

Assim, são detalhados os objetivos estratégicos que compõem o presente eixo estratégico:

-  Detalhar o modelo de desenvolvimento e de ocupação do solo definindo, nomeadamente, as áreas a urbanizar e diretrizes para as intervenções paisagísticas
-  Requalificar o espaço do ponto de vista ambiental, através da limpeza e recuperação ambiental
-  Valorizar o local do ponto de vista paisagístico
-  Proteger os valores naturais em presença
-  Utilizar espécies vegetais adaptadas às condições edafoclimáticas do local, e preferencialmente autóctones

Apresentada a estratégia e os objetivos estratégicos do PPVB, os próximos capítulos serão dedicados à Avaliação Ambiental Estratégia (AAE), nomeadamente através do Relatório dos Fatores Críticos para a Decisão (RFCD) e Relatório Ambiental (RA).

8. CONDICIONANTES AO USO DO SOLO

8.1. PP DE VALE BOM E AS CONDICIONANTES AO USO DO SOLO

De acordo com a alínea c) do n.º 1 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio (RJIGT), as condicionantes ao uso do solo constituem “limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento”, devendo por isso anteceder a definição do regime de uso para a área do Plano. As condicionantes são, assim, representadas na respetiva “Planta de Condicionantes”, que constitui um dos elementos do Plano de Pormenor, e na qual se “identifica as servidões administrativas¹ e as restrições de utilidade pública² em vigor, que possam constituir limitações ou impedimentos a qualquer forma específica de aproveitamento” (alínea c), n.º 1 do artigo 107.º do RJIGT).

Considerando as orientações da DGOTDU (2011a e 2011b), e a informação constante dos capítulos de caracterização da área do Plano de Pormenor de Vale Bom (PPBV), constata-se, na área do PPVB da existência de servidões administrativas e restrições de utilidade pública apenas relacionadas com:

1. recursos hídricos;
2. recursos florestais.

¹ Segundo a DGOTDU (2011a) constituem um “encargo imposto sobre um imóvel em benefício de uma coisa, por virtude da utilidade pública desta”.

² Correspondem a “toda e qualquer limitação sobre o uso, ocupação e transformação do solo que impede o proprietário de beneficiar do seu direito de propriedade pleno, sem depender de qualquer acto administrativo uma vez que decorre diretamente da lei” (DGOTDU, 2011a).

É sobre estas que se elaboram os capítulos seguintes.

8.2. RECURSOS HÍDRICOS

Os recursos hídricos constituem um bem de interesse comum atendendo à importância que assumem na sustentabilidade do planeta, pelo que a sua salvaguarda é objeto central das políticas de ordenamento e ambiente. Compreendem, de acordo com o n.º 1 do artigo 1.º e artigos 3.º, 5.º e 7.º da Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro¹:

1. as águas costeiras e territoriais;
2. as águas interiores sujeitas à influência das marés, nos rios, lagos e lagoas;
3. os cursos de água;
4. os lagos e lagoas;
5. os canais e valas;
6. as albufeiras;
7. os leitos e margens das águas superficiais;
8. as águas subterrâneas;
9. as zonas adjacentes;
10. as zonas de infiltração máxima, e;
11. as zonas protegidas.

Dos recursos hídricos enunciados anteriormente, na área do Plano de Pormenor de Vale Bom (PPVB) apenas se registam os **“leitos e margens das águas superficiais”**, correspondentes aos **“cursos de água não navegáveis nem fluviáveis e respetiva margem, com uma largura**

¹ Lei da Titularidade dos Recursos Hídricos (LTRH), na sua redação atual.

de 10 m”, conforme se pode observar na Planta de Condicionantes. Tratam-se de recursos hídricos particulares ou patrimoniais, os quais não pertencem ao domínio público. Estão, no entanto, sujeitos a servidões administrativas e a restrições de utilidade pública.

Neste sentido, as utilizações de recursos hídricos particulares estão sujeitas a autorização, licença ou comunicação prévia, conforme o disposto no artigo 62.º da Lei n.º 58/2005 e nos artigos 16.º a 22.º do Decreto-Lei n.º 226-A/2007, na sua redação atual.

8.3. RECURSOS FLORESTAIS

A proteção do sobreiro e da azinheira prende-se no essencial com critérios de natureza ambiental e económica. Assim, de acordo com o Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio¹, “os povoamentos destas espécies, nomeadamente, os sistemas com aproveitamento agrossilvopastoril conhecidos por «montados», incluem alguns dos biótopos mais importantes ocorrentes em Portugal continental em termos de conservação da natureza, desempenhando (...) uma importante função na conservação do solo, na regularização do ciclo hidrológico e na qualidade da água. Paralelamente, estas espécies representam um recurso renovável de extrema importância económica a nível nacional e a nível local”. Neste sentido o Decreto-Lei n.º 169/2001, determina as seguintes **servidões**:

1. **não são permitidas conversões** em povoamentos de sobreiro ou azinheira, exceto as que visem a realização:
 - i. de empreendimentos de imprescindível utilidade pública;

¹ Alterado pelo DL n.º 155/2004, de 30 de junho.

- ii. de empreendimentos agrícolas com relevante e sustentável interesse para a economia local, desde que a área sujeita a corte não ultrapasse 10% (ou 20 ha) da superfície de exploração ocupada por sobreiros ou azinheiras e se verifique uma correta gestão e um bom estado vegetativo e sanitário da restante área ocupada por qualquer das espécies;
 - iii. da alteração do regime de talhadia;
2. **o corte e arranque só pode ser autorizado**, pela entidade competente:
- i. em desbaste, com vista à melhoria produtiva dos povoamentos e caso não exista um plano de gestão florestal aprovado;
 - ii. em cortes de conversão nas condições admitidas no ponto 1;
 - iii. por razões fitossanitárias, nos casos em que as características de uma praga ou doença o justifiquem.
3. ficam **vedadas por um período de 25 anos quaisquer alterações ao uso do solo** nas áreas ocupadas por povoamento destas espécies que tenham sofrido conversões decorrentes de:
- i. terem sido percorridas por incêndio;
 - ii. terem sido realizados cortes ou arranques não autorizados;
 - iii. ter ocorrido anormal mortalidade ou depreciação do arvoredor em consequência de ações ou intervenções por qualquer forma prejudiciais que determinaram a degradação das condições vegetativas ou sanitárias do povoamento;
4. a proibição, pelo prazo de 25 anos, em **terrenos em que tenha ocorrido o corte ou arranque ilegal** de povoamentos de sobreiro e azinheira:
- i. de toda e qualquer conversão que não seja de imprescindível utilidade pública;
 - ii. de operações relacionadas com edificação, obras de construção, obras de urbanização, loteamentos e trabalhos de remodelação dos terrenos;
 - iii. a introdução de alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal;
 - iv. o estabelecimento de novas atividades, designadamente agrícolas, industriais ou turísticas.



A área do PPVB, concretamente no limite norte, como se demonstrou no capítulo 3.1., é abrangida pelo limite de um **povoamento de sobreiros** que se estende para poente, cuja respetiva mancha se representa na Planta de condicionantes, apesar de nesta área apenas se verificar a ocorrência de alguns exemplares.

9. PROPOSTA DE PLANO

9.1. CONTEÚDO DO PLANO

O PPVB segue o disposto no RJIGT relativamente ao conteúdo material e conteúdo documental. Com efeito, o seu conteúdo documental plasma as especificidades do conteúdo material, definido no artigo 102.º do RJIGT.

9.1.1. CONTEÚDO MATERIAL

“O plano de pormenor adota o conteúdo material apropriado às condições da área territorial a que respeita, aos objetivos e aos fundamentos técnicos previstos nos termos de referência e na deliberação municipal que determinou a sua elaboração, estabelecendo, nomeadamente (n.º 1 do artigo 102.º do RJIGT):

- a) a definição e a caracterização da área de intervenção, identificando e delimitando os valores culturais e a informação arqueológica contida no solo e no subsolo, os valores paisagísticos e naturais a proteger, bem como todas as infraestruturas relevantes para o seu desenvolvimento;
- b) as operações de transformação fundiária preconizadas e a definição das regras relativas às obras de urbanização;
- c) o desenho urbano, exprimindo a definição dos espaços públicos, incluindo os espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, bem como o respetivo tratamento, a

- localização de equipamentos e zonas verdes, os alinhamentos, as implantações, a modelação do terreno e a distribuição volumétrica;
- d) a distribuição de funções, conjugações de utilizações de áreas de construção e a definição de parâmetros urbanísticos, designadamente, densidade máxima de fogos, número de pisos e altura total das edificações ou altura das fachadas;
 - e) as operações de demolição, conservação e reabilitação das construções existentes;
 - f) as regras para a ocupação e para a gestão dos espaços públicos;
 - g) a implantação das redes de infraestruturas, com delimitação objetiva das áreas que lhe são afetas;
 - h) regulamentação da edificação, incluindo os critérios de inserção urbanística e o dimensionamento dos equipamentos de utilização coletiva, bem como a respetiva localização no caso dos equipamentos públicos;
 - i) a identificação dos sistemas de execução do plano, do respetivo prazo e da programação dos investimentos públicos associados, bem como a sua articulação com os investimentos privados;
 - j) a estruturação das ações de compensação e de redistribuição de benefícios e encargos."

O n.º 2 do mesmo artigo acrescenta ainda que "o plano de pormenor relativo a área não abrangida por plano de urbanização, incluindo as intervenções em solo rústico, procede à prévia explicitação do zonamento, dos fundamentos e dos efeitos da alteração do zonamento, com base na disciplina consagrada no plano diretor municipal". É com este contexto que se elabora a proposta do PPVB, respondendo globalmente ao conteúdo material exigido pelo RJIGT (ver no Quadro 9.1), adaptado às especificidades do território a que respeita.

Quadro 9.1. Matriz de verificação do conteúdo material do PP relativamente ao disposto no RJIGT

Art.º 102.º	Relatório Proposta	Regulamento	Planta de Implantação	Planta de Condicionantes	Planta da operação de transformação fundiária
1.a)	X			X	
1.b)	X	X			X
1.c)			X		
1.d)	X	X	X (Quadro Síntese)		
1.e)		X	X (Quadro Síntese)		
1.f)	X	X			
1.g)			X		
1.h)	X	X	X		
1.i)	X	X			
1.j)	X	X			
2.	X	X	X		

9.1.2. CONTEÚDO DOCUMENTAL

A presente proposta de plano segue o disposto no artigo 107.º do RJIGT relativamente ao conteúdo documental dos Planos de Pormenor, sendo o mesmo “adaptado (..) ao seu conteúdo material”¹. Assim, o PPVB estrutura-se, de acordo com a Figura 9.1, em três grandes grupos de elementos, nomeadamente:

1. elementos constituintes;
2. elementos acompanhantes;
3. elementos complementares.

¹ De acordo com o n.º 5 do art. 107.º do RJIGT.

Figura 9.1. Conteúdo documental do PPVB



9.2. CLASSIFICAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DO SOLO

A Constituição da República Portuguesa¹ determina, no domínio dos direitos e deveres sociais, que "(...) as autarquias locais definem as regras de ocupação, uso e transformação dos solos urbanos, designadamente através de instrumentos de planeamento, no quadro das leis respeitantes ao ordenamento do território e ao urbanismo" (n.º 4 do artigo 65.º). É precisamente nesta linha que a Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do

¹ Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto.

Território e de Urbanismo (LBPSOTU)¹ estabelece que “o regime de uso do solo é estabelecido pelos planos territoriais de âmbito (...) municipal através da classificação e qualificação do solo” (n.º 3 do artigo 9.º).

Assim, nos termos RJIGT, a classificação do solo “determina o destino básico dos terrenos, assentando na distinção fundamental entre solo urbano e solo rústico” (n.º 1 do artigo 71.º) e “a qualificação do solo define (...) o conteúdo do seu aproveitamento, por referência às potencialidades de desenvolvimento do território, fixando os respetivos usos dominantes e, quando admissível, a edificabilidade” (n.º 1 do artigo 74.º), através da integração do solo em categorias e subcategorias nos termos do artigo 74.º do RJIGT e do n.º 2 do artigo 12.º do DR n.º 15/2015, de 19 de agosto (*vd.* Planta de implantação).

Com efeito, as regras de ocupação, transformação e utilização do solo definidas para cada categoria e subcategoria de espaço devem privilegiar o uso dominante, “interditando as utilizações que o prejudiquem ou comprometam, e estimulando utilizações complementares e compatíveis que favorecem a multifuncionalidade do uso do solo”, seguindo os princípios da compatibilidade de usos, graduação, preferência de usos e estabilidade (*cf.* n.ºs 3 e 4 do artigo 12.º do DR n.º 15/2015).

9.2.1. DA CLASSIFICAÇÃO

É com este enquadramento que se procede à classificação e qualificação do solo na área do Plano de Pormenor de Vale Bom em Mora, começando por estabelecer a classificação do solo. Neste âmbito, considera-se como **solo urbano** aquele “que está total ou parcialmente urbanizado ou edificado e, como tal, afeto em plano territorial à urbanização ou à edificação” (alínea b) do n.º 2 do artigo 10.º da LBPSOTU e alínea a) do n.º 2 do artigo 7.º do DR n.º

¹.

15/2015) e como solo rústico aquele “que, pela sua reconhecida aptidão, se destine, nomeadamente, ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal, à conservação, valorização e exploração de recursos naturais, de recursos geológicos ou de recursos energéticos, assim como o que se destina a espaços naturais, culturais, de turismo, recreio e lazer ou à proteção de riscos, ainda que seja ocupado por infraestruturas, e aquele que não seja classificado como urbano” (alínea a) do n.º 2 do artigo 10.º da LBPSOTU e artigo 6.º do DR n.º 15/2015).

A **área do PPVB**, nos termos do PDM eficaz¹, como se demonstrou no capítulo 2.2.2., **está globalmente classificada** como “**solo urbano**”, nas categorias de “espaços verdes de proteção e enquadramento” (junto ao limite norte e noroeste do prédio) e “espaços urbanizáveis de média densidade” (a área restante).

Desta forma, não há lugar a reclassificação de solo, prevista no n.º 1 do artigo 72.º do RJIGT, sendo que o PPVB segue a **classificação** do PDM, mantendo **toda a área como solo urbano**, tal como definido na Planta de Implantação.

9.2.2. DA QUALIFICAÇÃO

A **qualificação do solo**, entendida nos termos do n.º 1 do artigo 74.º do RJIGT, processa-se, por sua vez, através da delimitação das seguintes **categorias e subcategorias de espaço** (ver Planta de Implantação e Figura 9.2), conforme os usos previstos e respetivas especificidades, nomeadamente:

1. Espaços habitacionais unifamiliares;
2. Espaços de atividades económicas – comércio e serviços;
3. Espaços verdes;

¹ Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro, na sua redação atual.

4. Espaços de uso especial – infraestruturas de circulação:

- a. circulação pedonal;
- b. circulação rodoviária;
- c. estacionamento público.

Figura 9.2. Qualificação do solo no PPVB



1. ESPAÇOS HABITACIONAIS UNIFAMILIARES

Cerca de 45% da área do Plano é abrangida pela categoria de espaços habitacionais unifamiliares, que se distribui por toda a área do PP, de modo a promover a qualidade formal

e a integração da construção na envolvente, nomeadamente, na morfologia da área do Plano e na paisagem e da respetiva envolvente. Nesta categoria apenas se admite o **uso habitacional**, num total de 33 fogos, repartidos por 33 lotes.

Os **parâmetros urbanísticos** adotados visam garantir uma ocupação urbana harmoniosa e funcional do espaço e são os presentes no Quadro Síntese que é parte integrante da Planta de Implantação.

A **implantação das edificações** realiza-se obrigatoriamente na área circunscrita pelo limite do “polígono de implantação” representado na Planta de Implantação.

2. ESPAÇOS DE ATIVIDADES ECONÓMICAS – COMÉRCIO E SERVIÇOS

Na área do PPVB, sensivelmente no setor central deste, o lote destinado a **atividades económicas**, destina-se a promover a multifuncionalidade da área, permitindo concretamente a instalação de **comércio e serviços**, nomeadamente, serviços ou comércio de proximidade.

É ainda admitida a instalação dos **estabelecimentos industriais** a que se referem a Parte 2, A e B, do Anexo I do Sistema de Indústria Responsável¹, sendo que a mesma está sujeita à prévia demonstração das medidas a adotar que garantam a inexistência de impactos no equilíbrio urbano e ambiental.

Os **parâmetros urbanísticos** adotados visam garantir uma ocupação urbana harmoniosa e funcional do espaço e são os presentes no Quadro Síntese que é parte integrante da Planta de Implantação.

¹ Decreto-Lei n.º 168/2012, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

A **implantação das edificações** realiza-se obrigatoriamente na área circunscrita pelo limite do polígono de implantação representado na Planta de Implantação.

3. ESPAÇOS VERDES

Os espaços verdes abrangem essencialmente o quadrante oeste do Plano e ocupam quase 32% da área total. Têm como objetivo principal contribuir para o equilíbrio ambiental, a valorização do espaço público, o fomento do recreio e lazer ao ar livre e a valorização paisagística do local, coincidindo com a estrutura ecológica municipal.

Para o efeito, configurando áreas não edificadas, os espaços verdes a criar devem ser devidamente tratados e dotados de mobiliário urbano adequado e convidativo para os utilizadores, promovendo, desta forma, o incremento das atividades de recreio e lazer e da qualidade de vida urbana, e contribuindo para a atratividade desta área. A cobertura vegetal destes espaços deve ser composta por espécies edafoclimaticamente adaptadas e autóctones. São admitidas pequenas edificações de apoio às atividades de recreio e lazer, bem como a instalação de equipamentos afetos às infraestruturas ou à atividade da urbanização, designadamente posto de transformação de energia elétrica e depósitos de resíduos urbanos (ecopontos/contentores).

4. ESPAÇOS DE USO ESPECIAL – INFRAESTRUTURAS DE CIRCULAÇÃO

A categoria das infraestruturas de circulação representa cerca de 22% da área do Plano e divide-se em três subcategorias: circulação rodoviária, circulação pedonal e áreas de estacionamento público. Com efeito, englobam os arruamentos e passeios que asseguram a mobilidade e acessibilidade, viária e pedonal, na área do Plano, bem como a ligação desta com a envolvente, designadamente com a vila de Mora, no setor norte, e com o caminho existente, a ponte e nascente.

9.3. ÁREAS DE CEDÊNCIA PARA O DOMÍNIO MUNICIPAL

O Plano de Pormenor define, entre outros, os espaços públicos, incluindo espaços de circulação viária e pedonal e de estacionamento, a localização de equipamentos e zonas verdes (alínea c) do n.º 1 do artigo 102.º do RJIGT), determinando as áreas destinadas à respetiva implantação, de acordo com o n.º 2 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 555/99¹, de 16 de dezembro na redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro. Daqui resulta o estabelecimento das áreas de cedência para o domínio municipal.

Contudo, a área do PPVB é, na totalidade, propriedade da Câmara Municipal de Mora, **não havendo**, deste modo, lugar a **áreas de cedência para o domínio municipal**, a fim de serem concretizados os espaços públicos mencionados. Como tal, o PPVB **não é acompanhado da planta** das áreas de cedência para o domínio municipal, de acordo com a alínea e), n.º 3 do artigo 107.º do RJIGT.

9.4. ESTRUTURA ECOLÓGICA MUNICIPAL

A Estrutura Ecológica Municipal (EEM) corresponde ao “conjunto de áreas que, em virtude das suas características biofísicas ou culturais, da sua continuidade ecológica e do seu ordenamento, têm por função principal contribuir para o equilíbrio ecológico e para a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística dos espaços rurais e urbanos”². Trata-se de um recurso do território de identificação obrigatória nos planos territoriais, em

¹ Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).

² De acordo com o n.º 1 do artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto.

conformidade com o RJIGT (alínea f) do artigo 10.º, e n.º 1 do artigo 16.º), revelando-se fundamental no ordenamento do território para a concretização dos pressupostos de desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida da população. Assume assim um papel primordial num modelo de ordenamento orientado por princípios de proteção de recursos e sistemas naturais e de mitigação dos fenómenos naturais, particularmente importantes num contexto de alterações climáticas.

Como demonstrado no capítulo 3.1, o Plano compreende, no setor norte, uma mancha arbórea, que se estende para noroeste, composta por sobreiros (*Quercus suber*), pinheiros mansos (*Pinus pinea*) e matos espontâneos. Desta forma, a EEM do PPVB, correspondente à Estrutura Ecológica Urbana (EEU), representada na Planta de Implantação, integra a referida mancha arbórea, a restante área incluída nos espaços verdes, bem como a linha de água que atravessa o setor norte e respetivas margens.

Na EEU do PPVB, pretende-se assegurar a proteção, conservação e valorização ambiental e paisagística da referida mancha arbórea e da linha de água existente e promover a criação de áreas verdes contíguas aos espaços habitacionais e de circulação, concorrendo assim para o equilíbrio ecológico e valorização ambiental desta área urbana.

A EEU deve ser constituída por espécies autóctones e adaptadas edafoclimaticamente, minimizando os consumos de água, ao mesmo tempo que se contribui para o aumento do sequestro de carbono e se potenciam as funções de recreio e lazer.

9.5. SISTEMAS ESTRUTURANTES

As redes de infraestruturas de transporte, abastecimento de água, drenagem de águas residuais e recolha de resíduos sólidos urbanos desempenham um papel fundamental enquanto suporte do desenvolvimento do território e da qualidade de vida das populações, sendo determinantes na instalação de atividades humanas e potenciadoras de atratividade e competitividade do território, constituindo elementos de inegável relevância na estruturação desse.

Com um caráter igualmente estruturante identificam-se ainda as infraestruturas da rede elétrica e da rede de telecomunicações, bem como os equipamentos de utilização coletiva, que constituem elementos qualificadores do território.

As infraestruturas e os equipamentos (ver Planta de Implantação) constituem assim elementos fundamentais da proposta de Plano, nos termos de RJIGT (artigo 101.º, n.º 1, alínea g)). Abordar-se-à cada um individualmente.

9.5.1. REDE VIÁRIA

Atualmente, a mobilidade e acessibilidade à área do Plano é assegurada por um caminho existente a poente, que permite a ligação à Rua de Santo António, e desta a qualquer parte da vila de Mora, bem como a outra qualquer localização externa.

A rede viária definida no Plano assegura, por sua vez, a continuidade da ligação existente com a vila de Mora, e prevê ainda outras duas ligações: uma no setor norte, à vila de Mora, através da Rua da Escola, e outra, na continuidade do caminho existente para nascente.

Estão previstas duas faixas de rodagem em cada arruamento (uma via de circulação por sentido), com pavimento betuminoso, facilitando o acesso às várias habitações. Os passeios largos e construídos com pavimentos confortáveis, não escorregadios e permeáveis, uniformizados e com diferentes expressões, bem como alto contraste e marcadores de direcionamento, apelarão e facilitarão a circulação de todas as pessoas (incluindo as que apresentam mobilidade condicionada). Deverão ser criadas zonas de repouso e sociabilização frequentes, com mobiliário ergonómico, com alturas adaptadas a pessoas com dificuldades de locomoção, com bancos fixos e móveis e sombra providenciada por vegetação autóctone.

A rede de arruamentos prevista, que corresponde a cerca de 1356 m² (6,6% do total da área do PPVB), assegurará, desta forma, o acesso de todos os lotes à rede viária e as condições necessárias para uma circulação segura para veículos motorizados, velocípedes e peões.

No que respeita à área afeta ao **estacionamento**, constata-se que a mesma se divide entre estacionamento público e estacionamento privado. O primeiro corresponde a um total de 68 lugares a localizar na via pública, enquanto o estacionamento privado (68 lugares) se localiza no interior dos lotes, num total de 136 lugares.

A **senalética** a colocar na área do PPVB deverá ser bem visível e facilmente percebida, de modo a permitir uma fácil e rápida compreensão do espaço.

Na envolvente próxima do PPVB deverá ser criada uma **paragem de autocarros**, por forma a promover a utilização dos transportes públicos.

9.5.2. REDES DE ÁGUA E SANEAMENTO

A área do PPVB confronta, a norte e nascente com uma área consolidada da vila de Mora, dotada de **infraestruturas de abastecimento de água**, nomeadamente condutas adutoras. Com efeito, a conduta de abastecimento de água ligará a uma conduta existente de PEAD DN160 na intersecção da rua Catarina Eufémia com a rua da Escola (*vd. Planta de Infraestruturas*), visto que as condutas mais próximas da área do PP são de fibrocimento e, principalmente, com DN reduzidos. A ligação à conduta existente de PEAD (mais recente e de maior dimensão) evitará pressões de serviço acrescidas e o respetivo desgaste, proporcionando um serviço global de maior qualidade.

A área do PPVB deverá, assim, ser servida por uma rede de distribuição de água que acompanha os arruamentos, em articulação com as restantes infraestruturas, ligada à conduta de PEAD que passa na rua Catarina Eufémia, na intersecção com a rua da Escola (*vd. Planta de Infraestruturas*).

A **rede de saneamento** terá por objetivo assegurar, através de um sistema separativo e por gravidade, o correto escoamento dos esgotos domésticos e pluviais resultantes da edificabilidade proposta para o Plano. A referida rede (*vd. Planta de Infraestruturas*) deverá ser enterrada e acompanhar os arruamentos. A **rede de drenagem de águas residuais** será encaminhada pelo caminho existente, a poente do Plano, para o coletor existente na rua de Santo António. Por sua vez, no que concerne à **rede de águas pluviais**, a área norte do Plano será ligada à linha de água existente no setor central do Plano, enquanto o setor sul será também encaminhada pelo caminho existente, a poente, até à rua de Santo António (*vd. Planta de Infraestruturas*).

De salientar que a linha de água temporária existente na área do PPVB será canalizada no setor mais a montante, através de **passagem hidráulica**, numa extensão de aproximadamente 3 metros, por forma a permitir o seu atravessamento pela rede viária e a não conflitar com o lote destinado a comércio e serviços. A dimensão da passagem hidráulica será avaliada em sede de projeto da especialidade.

9.5.3. REDES DE ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES

A área do PPVB será alimentada por uma **rede de baixa tensão**, que sairá do **posto de transformação** mais próximo, na envolvente do Plano ou a construir na área do Plano, a definir em sede de projeto de loteamento. A referida rede, do tipo subterrânea, será desenvolvida, preferencialmente, ao longo dos passeios, utilizando-se caixas de distribuição do tipo “armário de passeio” em *polyester*, donde se farão as derivações dos ramais de alimentação aos futuros utilizadores. Estes ramais, por sua vez, serão rematados em portinholas instaladas nos muros limite da cada propriedade.

A **rede de iluminação pública** terá por objetivo fornecer uma iluminação artificial às vias de circulação viária e espaços de circulação pedonal que servem a área do PPVB. Será composta por uma rede de candeeiros, distribuída unilateralmente, ao longo dos arruamentos, com um espaçamento médio de 30 metros. Os comandos de iluminação serão efetuados por células fotoelétricas ou programadores astronómicos a instalar no posto de transformação. Deverão ser instaladas lâmpadas Leds, de modo a conseguir os níveis de iluminação adequados com baixos consumos energéticos, devendo o modelo dos candeeiros ser o adotado localmente pela CMM.

No que concerne às **infraestruturas de telecomunicações**, a área do PPVB deverá ser dotada de redes de pares de cobre, de cabo coaxial e de fibra ótica, segundo as normas europeias

aplicáveis e permitir a facilidade de acesso aos vários operadores de telecomunicações. A rede de infraestruturas de telecomunicações deverá ser integralmente **subterrânea**, respeitando os afastamentos mínimos em relação a outras infraestruturas que corram paralelamente no subsolo, bem como todas as especificações e normas técnicas aplicáveis.

9.5.4. RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

A envolvente urbana do PPVB encontra-se abrangida por algum tipo infraestrutura de resposta, sendo que os contentores de recolha indiferenciada mais próximos se localizam na rua de Santo António (imediatamente a ponte do PP) e na interseção da rua da Escola com a rua de Catarina Eufémia. As infraestruturas de recolha seletiva encontram-se mais afastadas, estando concentrados na vila de Mora.

Considerando a produção diária de RSU por habitante (10l/hab), o número de habitantes previsto para a área do PPVB (90)¹, e a frequência de recolha diária, verifica-se que deverão ser colocados dois contentores com capacidade de aproximadamente 500 litros, bem como um ecoponto.

9.6. O ZONAMENTO ACÚSTICO

A integração do zonamento acústico no Plano de Pormenor decorre do Regulamento Geral de Ruído² (RGR) e da alínea e) do n.º 4 do artigo 107.º do RJIGT, e visa essencialmente promover a qualidade do ambiente sonoro. Nesta perspetiva o zonamento acústico:

¹ Considerando uma dimensão média da família de três pessoas (valor superior à média do Alentejo Central, em 2011, que era de apenas 2,49), obtém-se para os 30 fogos previstos, um total de 900 l/dia.

² Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, artigo 6.º, na sua redação atual.

1. condiciona o uso permitido na medida em que só se admite a instalação de atividades com determinados limiares de ruído;
2. determina a obrigatoriedade de introdução de medidas de redução do ruído no caso de serem detetadas áreas de conflito.

É nesta perspetiva que o zonamento acústico, apesar de não constituir uma servidão ou restrição de utilidade pública, determina limites à ação (pública e privada), concretamente, à ocupação e transformação do solo.

Em caso de manifesta violação dos valores legais dever ser equacionada a realização prévia do plano de redução de ruído (no caso de tráfego) antes da instalação de novas atividades (residencial, comércio, serviços, outras, *etc.*) na zona onde há violação.

Não obstante as medidas de natureza pública que possam/devam vir a ser promovidas para reduzir os níveis de ruído, o particular deve tomar todas as medidas necessárias para acautelar a qualidade do ambiente acústico e consequentemente da sua saúde. Por esta razão, o processo de licenciamento deverá conter:

- a. a informação técnica relativa ao ruído envolvente, da responsabilidade do promotor;
- b. a referência aos limiares mínimos e máximos, assim como a identificação de possíveis conflitos;
- c. a responsabilidade do promotor de promover medidas específicas de redução do ruído.

Do mesmo modo, os planos territoriais que vierem a ser elaborados deverão proceder à classificação acústica das áreas por si abrangidas (*cf.* n.º 2, art. 6.º do RGR), como é o caso do presente Plano de Pormenor.

Neste sentido, atendendo aos usos admitidos para a área do PPVB (vd. capítulo 9.2.2), **classifica-se toda a área como zona sensível**, não devendo, portanto, ficar exposta a ruído ambiente exterior superior a 55 dB (A), expresso pelo indicador L_{den} e superior a 45 dB (A), expresso pelo indicador L_n , nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º do RGR.

9.7. CONFORMIDADE E COMPATIBILIDADE DA PROPOSTA DE PLANO COM OS IGT EFICAZES

9.7.1. ENQUADRAMENTO

A LBPSOTU define nos artigos 38.º, n.º 2 e 39.º, n.º 3, o dever de **coordenação** entre as diversas **políticas públicas com incidência territorial** e a **política de ordenamento do território e de urbanismo** e no artigo 44.º objetiva a relação entre os programas e os planos territoriais, através dos quais tais políticas são prosseguidas. Nesse sentido, o n.º 3 deste artigo determina, em concreto, que os planos territoriais de âmbito municipal¹ devem “desenvolver e concretizar as orientações definidas nos programas territoriais preexistentes de âmbito nacional ou regional, com os quais se devem compatibilizar”. Além do mais, o RJIGT estabelece também a obrigatoriedade dos programas e planos territoriais indicarem expressamente “as disposições incompatíveis que determinam a sua alteração”, sempre que procedam à alteração de programa ou de plano territorial preexistente ou em preparação (n.º 5 do artigo 28.º e n.º 7 do artigo 44.º da LBPSOTU).

¹ PDM, PU e PP.

É neste quadro legal que o presente capítulo se fundamenta, do qual resultará a elaboração de uma **análise da compatibilidade e conformidade** com os instrumentos de hierarquia superior, já analisados no capítulo 2.2, como sejam, o:

1. Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT)¹;
2. Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA)²;
3. PDM de Mora³.

9.7.2. O PPVB E O PNPOT

O PNPOT estabelece as opções estratégicas com relevância para a organização do território nacional, consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos demais programas e planos territoriais e constitui um instrumento de cooperação com os demais Estados-Membros para a organização do território da União Europeia. A Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, aprovou a primeira revisão deste programa, constituído por um programa de ação para o horizonte 2030, no contexto de uma estratégia de organização e desenvolvimento territorial de mais longo prazo suportada por uma visão para o futuro do país e, também, no estabelecimento de um sistema de operacionalização, monitorização e avaliação capaz de dinamizar a concretização das orientações, diretrizes e medidas de política e de promover o PNPOT como referencial estratégico da territorialização das políticas públicas e da programação de investimentos territoriais financiados por programas nacionais e comunitários.

¹ Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro

² Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, alterada pela Declaração de Rectificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro.

³ Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro, na sua redação atual.

O PNPOT define uma agenda com 10 **compromissos para o território** dos quais se destacam os que apresentam implicações diretas com os IGT, nomeadamente:

1. integrar nos IGT **novas abordagens para a sustentabilidade**;
2. garantir nos IGT a **diminuição da exposição a riscos**;
3. reforçar nos IGT a eficiência territorial pela **concentração da habitação e das atividades**, pela **reabilitação e regeneração urbanas**, pela **mobilidade sustentável**, **economia circular** e de **partilha e consumos de proximidade**.

Estabelece ainda um conjunto de **diretrizes para os IGT**, das quais se salientam as referentes aos **conteúdos** a integrar nos **PU e PP**, nomeadamente a necessidade de:

1. **reforço da dinâmica de elaboração de PU e de PP** e/ou Unidades de Execução, à escala territorial adequada e em função das necessidades e objetivos das intervenções, assegurando a qualidade do desenho urbano e da urbanização, contribuindo para a sustentabilidade e eficiência do uso de recursos, para a atratividade territorial e para qualidade de vida dos habitantes;
2. **encontrar os instrumentos e as escalas mais adequadas** para a definição de soluções de desenho urbano, urbanização e funcionalidade, em função da diversidade das realidades territoriais;
3. **promoção de modelos de proximidade funcional e de mobilidade sustentável e de desincentivo da artificialização do solo**, através da reabilitação e regeneração e da reutilização do construído e da adoção de soluções de base natural e criação de espaços verdes;
4. **considerarem áreas de intervenção que promovam as sinergias entre os espaços urbanos e rurais**, nas suas diversas funções e atividades.

A elaboração do PPVB constitui efetivamente um procedimento que traduz, à escala adequada, uma resposta às necessidades de reforço da oferta habitacional no aglomerado urbano de Mora, permitindo atrair e fixar população jovem na sede de concelho. Simultaneamente, as soluções preconizadas em termos de desenho urbano, urbanização e funcionalidade adequam-se à realidade do território e contribuem para a sustentabilidade e eficiência do uso de recursos, atratividade territorial, qualidade de vida dos habitantes e valorização e promoção do território. Desta forma, considera-se que o PPVB respeita satisfatoriamente as diretrizes do PNPOT para os PU e PP.

9.7.3. O PPVB E O PROTA

Nos termos da alínea a) e b) do n.º 1 do artigo 41.º da LBPSOTU, os programas regionais, de que o PROT Alentejo (PROTA) é exemplo, estabelecem “as opções estratégicas de organização do território regional e o respetivo modelo de estruturação territorial, tendo em conta o sistema urbano, as infraestruturas e os equipamentos de utilização coletiva de interesse regional, bem como as áreas de interesse regional em termos agrícolas, florestais, ambientais, ecológicos e económicos, integrando as redes nacionais de infraestruturas, de mobilidade e de equipamentos de utilização coletiva com expressão regional” e ainda as “grandes opções de investimento público (...)”. Nestes moldes considera a LBPSOTU, no n.º 2 do mesmo artigo, que os programas territoriais “constituem o quadro de referência estratégico para a elaboração dos programas intermunicipais e dos planos territoriais de âmbito intermunicipal e municipal”.

Com este quadro, o PROTA não poderia assim deixar de constituir um importante instrumento orientador-balizador do PPVB, destacando-se, para este exercício de compatibilidade, **cinco aspetos** de maior relevância, sem prejuízo de outros, nomeadamente:

1. as opções estratégicas de base territorial;
2. o modelo e sistemas territoriais;
3. a edificação em solo rural;
4. a edificação turística;
5. a edificação na costa alentejana.

No que concerne às **opções estratégicas de base territorial** do PROTA¹, destaca-se a relativa à **afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural**, materializada, entre outros, no **objetivo estratégico** “Estruturar redes de centros urbanos sub-regionais assentes na concertação intermunicipal de recursos e equipamentos, capazes de sustentar a coesão territorial e de garantir o acesso a serviços coletivos e funções urbanas de gama alargada”. Com efeito, o reforço do carácter policêntrico do sistema urbano regional decorre do fortalecimento estratégico dos sistemas urbanos subregionais, onde se inclui a vila de Mora. O PPVB visa precisamente, através da disponibilização de uma área habitacional, contribuir para o incremento da população da vila e, por esta via, para o aumento da sua massa crítica, o que permite rentabilizar equipamentos e infraestruturas, fortalecendo a coesão social e territorial, alicerçada no dinamismo e sustentabilidade dos centros sub-regionais.

Em linha com a referida opção estratégica de base territorial, o **Modelo Territorial do PROTA** “destaca a **função dos centros urbanos locais – sedes concelhias** – no **suporte da coesão territorial** e na constituição de pólos de desenvolvimento social e de atividades económicas de âmbito local e de **pequenas economias de natureza residencial**”. Com efeito, privilegia, em termos de modelo urbano, a “edificabilidade nos aglomerados urbanos e o desenvolvimento urbano compacto, funcional e economicamente diversificado, que evita expansões urbanas

¹ 1.Integração territorial e abertura ao exterior; 2. conservação e valorização do ambiente e do património natural; 3. diversificação e qualificação da base económica regional; 4.afirmação do policentrismo e do desenvolvimento rural.

indiscriminadas e consumo de solo e de recursos naturais, no sentido da preservação da paisagem urbana do Alentejo”. Desta forma, considera-se que o PPVB atende ao Modelo Territorial do PROTA, sobretudo no respeitante ao sistema urbano, uma vez que promove a compactação e valorização funcional da malha urbana da vila de Mora, valorizando a função residencial e contribuindo para a coesão social e territorial e para a afirmação das relações urbano-rurais em territórios de baixa densidade.

Relativamente à edificação em solo rural, uma vez que o PPVB incide sobre solo urbano, não é relevante a análise das respetivas normas específicas. Não se tratando de um plano que visa a promoção de usos turísticos nem incide sobre a costa alentejana, também estes aspetos não são objeto de apreciação.

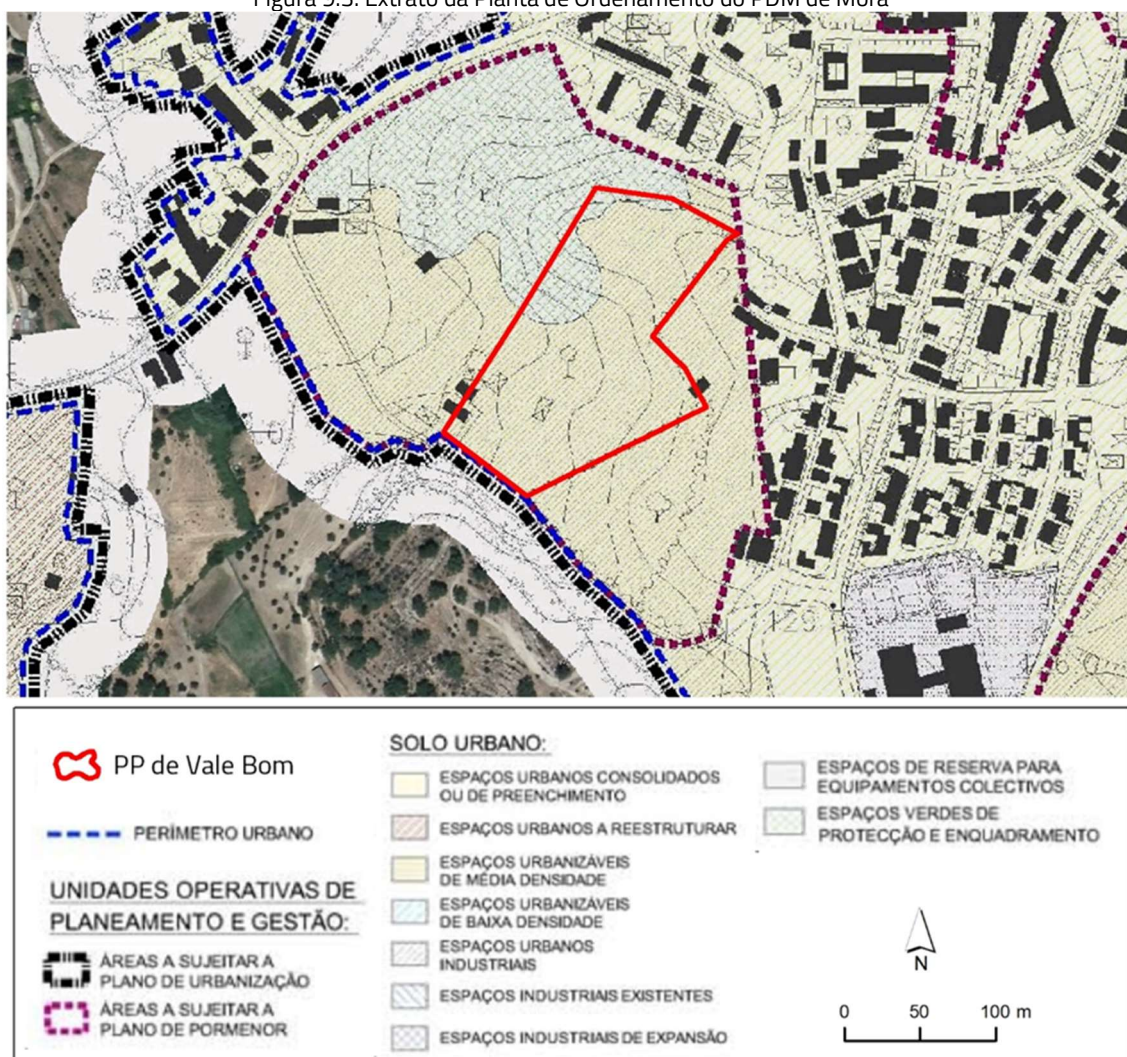
9.7.4. O PPVB E O PDM DE MORA

O PDM de Mora eficaz, publicado pelo Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro¹, constitui o enquadramento legal fundamental para a elaboração do PPVB. Com efeito, toda a área do PP é abrangida pelo perímetro urbano da vila de Mora (*vd.* Figura 9.3.), integrando, por conseguinte, **solo urbano**, nas categorias de “**espaços verdes de proteção e enquadramento**” (junto ao limite norte e noroeste do prédio) e “**espaços urbanizáveis de média densidade**” (a área restante). O local integra-se numa Unidade Operativa de Planeamento e Gestão (UOPG), em concreto, em “áreas a sujeitar a plano de pormenor”, como se pode observar na Figura 9.3.

¹ Objeto de diversos procedimentos de dinâmica: Correção material e retificação: Aviso 6749/2010, de 1 de abril; Retificação: Aviso n.º 786/2010, de 21 de abril; Alteração por adaptação ao PROTA: Aviso n.º 25696-A/2010, de 9 de dezembro; Retificação: Aviso n.º 256/2011, de 1 de fevereiro e Aviso n.º 4879/2012, de 29 de março; Correção material: Aviso n.º 5081/2012, de 3 de abril e determinação de revisão: Edital n.º 213/2018, de 22 de fevereiro.

Os “**espaços verdes de proteção e enquadramento**” são, de acordo com o Regulamento do PDM, secção VIII, artigo 38.º, “constituídos por espaços com valor paisagístico, ambiental ou cultural existentes nos perímetros urbanos ou que servem como faixas de proteção a vias ou zonas industriais” (cf. n.º 1) e “para além da sua função de proteção e enquadramento poderão também ter uma utilização de recreio e lazer desde que compatível com o tipo de solos” (cf. n.º 3).

Figura 9.3. Extrato da Planta de Ordenamento do PDM de Mora



Fonte: Carta de ordenamento (extrato) do PDMM, escala 1:5 000.

Segundo a Secção IV do Regulamento, os “**espaços urbanizáveis de média densidade**”, são “constituídos por espaços contíguos aos espaços urbanos consolidados ou de preenchimento existentes, proporcionando, para além do espaço para a expansão dos aglomerados urbanos, a estruturação do perímetro urbano”. Estes espaços, quando não possuem infraestruturas (como é o caso da área do PPVB), têm possibilidade de fácil ligação e “destinam-se a uma ocupação com fins predominantemente habitacionais, podendo integrar outras funções, como atividades terciárias, comércio, turismo e equipamentos, desde que, pelas suas características, sejam legalmente compatíveis com a função habitacional (cf. artigo 30.º).

Estas áreas estão, conforme o n.º 1 do artigo 31.º (**regime de edificabilidade**), sujeitas à elaboração de Plano de Pormenor ou a operações de loteamento, com os seguintes condicionamentos:

1. índice de ocupação máximo de 0,6 nos lotes para uso habitacional;
2. lote mínimo de 200 m² para uso habitacional;
3. altura máxima das construções de 6,5 m ou 2 pisos, com excepção de instalações técnicas especiais, silos ou depósitos de água;
4. a profundidade máxima das construções para uso habitacional é de 15 m;
5. a frente mínima de lote é de 10 m para uso habitacional.

O n.º 2 do referido artigo interdita a instalação de qualquer tipo de indústria transformadora e de armazéns.

Considerando que a escala do Plano de Pormenor permite acertos e ajustes não contemplados num Plano de menor escala, que abrange a totalidade do território municipal, como é o caso do PDM; a autonomia de planeamento da Câmara Municipal; o princípio de prevalência cronológica uniforme previsto no RJIGT e o facto de se ter constatado na avaliação do PDM em vigor das fragilidades deste instrumento e das necessidades locais, entendeu-se oportuno e pertinente ponderar as orientações do PDMM, amadurecendo-as e alterando-as

em sede de elaboração do PPVB. As referidas alterações respeitam em concreto à majoração do índice de ocupação previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º do PDMM e à possibilidade de se instalarem algumas indústrias (mais “ligeiras”) na área do PPVB. De salientar, contudo, que estas alterações não alteram o espírito e âmbito do PDM e contribuem para a consolidação da estratégia e objetivos de desenvolvimento definidos pelo Município, como adiante se detalha.

Assim, no que respeita ao índice de ocupação, se se considerar apenas a ocupação relativa à edificação principal por lote prevista no PPVB, verifica-se que o IO de 0,6 previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 31.º é cumprido. Porém, o PPVB prevê ainda a possibilidade de ser construído em cada lote um anexo até 60 m², destinado a garagem ou arrumos, bem como a instalação de pérgulas, telheiros, equipamento lúdico ou de lazer associado à edificação principal, terraços e/ou outros espaços cobertos não encerrados, nos lotes habitacionais, o que, a concretizar-se, se traduz num IO acima de 0,6.

Considera-se, no entanto, que a possibilidade de instalação deste tipo de edificações se justifica na área do PPVB pelas seguintes razões:

5. as garagens correspondem a edificações necessárias à melhoria da qualidade de vida dos residentes, por permitirem a salvaguarda dos veículos em condições de segurança e de conforto bioclimático;
6. os telheiros, terraços e pérgulas afiguram-se igualmente importantes para o incremento do conforto bioclimático, particularmente importante em locais onde as condições meteorológicas apresentam grande variabilidade intra e interanual.

Por outro lado, entre a publicação do PDMM, em 2008, e o momento atual, registou-se uma alteração nos conceitos de área de construção e de índice de ocupação¹ que conduz à

¹ *Vd.* Decreto-Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro.

necessidade de haver uma majoração do IO, por forma a comportar a construção das edificações anteriormente referidas. Aliás, o PDMM, em processo avançado de revisão¹, procedeu a essa análise e concluiu que o índice mais adequado para as áreas com estas características seria 0,8 e não 0,6.

No que concerne ao n.º 2 do artigo 31.º, ou seja, à interdição da instalação de qualquer tipo de indústria transformadora e de armazéns, o PPVB assume opção distinta, possibilitando a instalação no único lote destinado a comércio e serviços, dos estabelecimentos industriais a que se referem a Parte 2, A e B, do Anexo I do Sistema de Indústria Responsável², sendo que a mesma está sujeita à prévia demonstração das medidas a adotar que garantam a inexistência de impactos no equilíbrio urbano e ambiental. Esta opção do PPVB justifica-se pelas seguintes razões:

1. à data da publicação do PDMM, a classificação das atividades económicas não era ainda enquadrada pelo Sistema de Indústria Responsável (SIR), e atividades como pastelarias com fabrico próprio ou padarias não eram classificadas como indústrias transformadoras;
2. os estabelecimentos industriais a que se referem a Parte 2, A³ e B⁴, do SIR, configuram situações de indústrias consideradas compatíveis com os usos de comércio e serviços e habitacionais, de acordo com o n.º 3 do artigo 18.º do SIR;
3. a instalação deste tipo de indústrias exige a prévia demonstração da inexistência de impactos no equilíbrio urbano e ambiental, podendo a Câmara Municipal indeferir os

¹ Publicada pelo Edital n.º 213/2018, de 22 de fevereiro, Diário da República, 2.º série, n.º 38 e tendo sido já submetida à primeira reunião da Comissão Consultiva (em 11/02/2020).

² Publicado pelo Decreto-Lei n.º 168/2012, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio.

³ Estabelecimentos industriais com potência elétrica não superior a 41,4 kVA e potência térmica não superior a 4×10^5 kJ/h, onde são exercidas, a título individual ou em microempresa até cinco trabalhadores, as atividades expressamente identificadas no quadro identificado no Anexo I, com indicação da subclasse na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — rev. 3), e com os valores limite anuais de produção estabelecidos no mesmo quadro.

⁴ Estabelecimentos industriais com potência elétrica igual ou inferior a 99 kVA, potência térmica não superior a 4×10^6 kJ/h e número de trabalhadores não superior a 20, onde são exercidas as atividades económicas que seguidamente se identificam, na sua designação coloquial, com indicação da respetiva nomenclatura e subclasse na Classificação Portuguesa das Atividades Económicas (CAE — rev. 3), aprovada pelo Decreto-Lei n.º 381/2007, de 14 de novembro.

pedidos que se afigurem atentatórios do referido equilíbrio urbano e ambiental da área;

4. a instalação de de pequenas unidades industriais contribui para a multifuncionalidade do espaço e para o incremento da segurança do mesmo, na medida em que concorre para a circulação de um maior número de pessoas numa área essencialmente residencial, a qual terá tendência para ter menos pessoas durante o dia.

Desta forma, verifica-se a necessidade do PPVB **alterar os n.ºs 1 e 2 do artigo 31.º do PDMM**, na medida em que não é com este conforme ao nível dos parâmetros urbanísticos e usos admitidos.

No que concerne às **condicionantes a uso do solo**, como se pode verificar na respetiva carta (vd. Figura 9.4), o local aparenta ser atravessado por uma conduta elevatória e existe como referência um corredor para uma conduta prevista (sistema de abastecimento de água)¹.

¹ De anotar que o Município não tem qualquer interesse em instalar no local qualquer conduta elevatória e que no local não ocorrem quaisquer redes. A escala do PDM pode justificar este desfasamento entre a realidade e a situação existente (vd. a propósito o capítulo 5.2).

Figura 9.4. Extrato da Planta de Condicionantes do PDM de Mora



Fonte: Planta de condicionantes (extrato) do PDMM, escala 1:25 000.

Neste âmbito, conclui-se que **não se impõem atualmente servidões administrativas e restrições de utilidade pública que se constituam como “condicionantes” ao regime de uso admitido na área do PP de Vale Bom.**

Desta feita, também ao nível das **condicionantes**, o PPVB é **compatível e conforme com o PDMM.**

10. A EXECUÇÃO E A PROGRAMAÇÃO

A execução dos planos territoriais constitui uma das suas componentes mais significativas, pois o “plano existe essencialmente para ser cumprido, sob pena de se tornar num instrumento morto” (OLIVEIRA, 2012).

De acordo com RJIGT (alínea i) do n.º 1 do artigo 102.º), o plano de pormenor estabelece “a **identificação dos sistemas de execução (...)**, do respetivo **prazo** e da **programação dos investimentos públicos** associados, bem como a sua **articulação com os investimentos privados**”.

No que respeita aos **sistemas de execução** dos planos territoriais, o n.º 1 do artigo 147.º do RJIGT, prevê três formas:

1. iniciativa dos interessados;
2. cooperação;
3. imposição administrativa.

No **sistema de iniciativa dos interessados**, a **execução** dos planos deve ser **promovida pelos proprietários** ou pelos titulares de outros direitos reais relativos a prédios abrangidos no plano, ficando estes obrigados a prestar ao município a compensação devida de acordo com as regras estabelecidas nos planos ou em regulamento municipal (*cf.* artigo 149.º RJIGT). Por sua vez, no **sistema de cooperação**, de acordo com o artigo 150.º do RJIGT, a **iniciativa de execução do plano pertence ao município**, com a **cooperação dos particulares interessados**, atuando coordenadamente, de acordo com a programação estabelecida pela câmara municipal e nos termos do adequado instrumento contratual. Por fim, no **sistema de**

imposição administrativa (artigo 151.º), a **iniciativa de execução do plano pertence ao município**, que atua diretamente ou mediante concessão de urbanização.

Atendendo a que o prédio objeto do PPVB é propriedade da Câmara Municipal de Mora e é esta entidade quem pretende executar o Plano, o sistema de execução do mesmo corresponde ao **sistema de iniciativa dos interessados**.

O Programa de Execução pretende traduzir temporalmente as ações necessárias para a execução do plano. No presente caso, as ações programadas refletem, por um lado, a operação de reparcelamento necessária à execução, com a constituição dos novos lotes e, por outro, a infraestruturação necessária à implementação do plano, tendo como motor o investimento municipal ao nível da infraestruturação geral e da execução dos projetos inerentes à operação de loteamento.

Assim, as ações previstas para a execução do plano são as seguintes:

1. reparcelamento do solo (constituição de lotes);
2. elaboração dos projetos da operação de loteamento;
3. execução das infraestruturas (arruamentos, rede de abastecimento de água, redes de drenagem de águas residuais domésticas e pluviais, rede de gás, rede de telecomunicações, rede elétrica e de iluminação pública, arranjos exteriores) necessárias à edificação;
4. execução dos espaços verdes.

No Quadro 10.1 encontra-se sistematizado o faseamento da execução proposto.

As obras de urbanização e a execução dos espaços verdes, por sua vez, ficarão a cargo da autarquia, enquanto as obras de edificação serão desenvolvidas pelos proprietários dos lotes (privados ou atarquia).

Quadro 10.1. Programa de execução do PPVB

Ação	Meses																
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
Reparcelamento do solo																	
Projetos																	
Infraestruturas																	
Espaços verdes																	

Assim, após implementado o reparcèlement (por iniciativa da Câmara Municipal) com o devido registo dos novos lotes, e uma vez executadas todas ou parcialmente as obras de urbanização, não existe qualquer outra restrição que se aplique ao posterior licenciamento das obras de edificação, podendo as mesmas ocorrer livremente e de acordo com as motivações dos diversos proprietários.

Considerando que as obras de urbanização e a criação dos espaços verdes serão da responsabilidade da autarquia, não se afigura necessidade de perequação direta entre proprietários dos lotes a constituir, nem a necessidade da criação de um fundo de compensação.

11. PLANO DE FINANCIAMENTO E PONDERAÇÃO DA SUA SUSTENTABILIDADE ECONÓMICA-FINANCEIRA

O Plano de Financiamento é constituído pela estimativa de custo das realizações relativas às obras de urbanização (onde se incluem as infraestruturas) e à criação dos espaços verdes, cujo financiamento provém do orçamento municipal (*vd.* Quadro 11.1).

Quadro 11.1. Estimativa dos encargos com a urbanização e criação de espaços verdes

Tipo de custos	Medições	Unid.	Custo unitário	Total (€)
Estaleiro	1,00	uni.	5 000,00 €	5 000,00
Movimentação de terras	13328,00	m³	3,00 €	39 984,00
Rede de abastecimento de água	551,01	ml	45,00 €	24 795,45
Rede de drenagem de águas residuais domésticas	292,75	ml	55,00 €	16 101,25
Rede de drenagem de águas pluviais	288,00	ml	55,00 €	15 840,00
Resíduos sólidos urbanos	2,00	uni.	3 000,00 €	6 000,00
Faixas de rodagem (vias)	2015,84	m²	32,00 €	64 506,88
Estacionamento	782,86	m²	32,00 €	25 051,52
Passeios	1276,73	m²	58,00 €	74 050,34
Rede de distribuição elétrica	551,01	ml	90,00 €	49 590,90
Rede de iluminação pública	731,01	ml	80,00 €	58 480,80
Rede de telecomunicações e CATV	551,01	ml	50,00 €	27 550,50
Rede de gás	551,01	ml	30,00 €	16 530,30
Espaços verdes	6283,73	m²	3,00 €	18 851,19
Elementos arbóreos e arbustivos	0,00	uni.	-	-
Mobiliário urbano	20,00	uni.	1 000,00 €	20 000,00
Trabalhos de passagem e retenção da linha de água	1,00	uni.	3 500,00 €	3 500,00
TOTAL				465 833,13

A demonstração da sustentabilidade económico-financeira do PPVB é apresentada no Quadro 11.2 que, confronta o valor das mais-valias fundiárias geradas pelo Plano e os encargos urbanísticos inerentes à sua execução. Permite concluir que o Plano configura um **investimento para a autarquia no valor de 384 073,13 €**.

Quadro 11.2. Benefícios e encargos para o Município (valores em euros)

Benefícios para o Município	
Valor total dos novos lotes (9088 m²*20€)	181 760,00
TOTAL DE BENEFÍCIOS	181 760,00
Encargos para o Município	
Aquisição de terreno privado	100 000,00
Obras de urbanização e criação de espaços verdes	465 833,13
TOTAL DE ENCARGOS	565 833,13
SALDO	- 384 073,13

O referido encargo, suportado pelo orçamento municipal, constitui um investimento estratégico da autarquia alinhado com o Plano Estratégico de Desenvolvimento do concelho (CMM, 2018), no sentido de atrair e fixar população residente no concelho, na medida em que a perda demográfica do concelho constitui um dos maiores desafios que enfrenta. A fixação de população ativa no concelho contribuirá positivamente para o desenvolvimento económico e social do concelho, promovendo um conjunto de efeitos multiplicadores diretos e indiretos na economia local que, não sendo medidos no quadro anterior, devem, contudo, ser considerados numa lógica de investimento público em territórios de baixa densidade.

12. AVALIAÇÃO DO PLANO

12.1. ENQUADRAMENTO

A **monitorização** da estratégia, objetivos e resultados da execução dos programas e planos territoriais encontra-se prevista na LBPSOTU, artigo 57.º, devendo a mesma consistir na **avaliação** de um conjunto de **parâmetros e indicadores** previamente definidos, a qual deve ser disponibilizada publicamente, através de meios informáticos adequados.

O **RJIGT** estabelece um capítulo próprio dedicado à avaliação de planos e programas territoriais (capítulo VIII), determinando que a concretização da disciplina consagrada nos planos e programas territoriais deve ser **avaliada** de forma permanente, suportada em **indicadores qualitativos e quantitativos** (artigo 187.º, n.º 1).

Por sua vez, o n.º 7 do artigo 107.º do RJIGT, consagra que o “**plano de pormenor** inclui **indicadores qualitativos e quantitativos** que **suportem a avaliação** prevista no capítulo VIII”, isto é, no artigo 187.º.

O n.º 2 do artigo 187.º refere ainda que nos “programas e planos sujeitos a **avaliação ambiental**, deve ser garantida a **avaliação dos efeitos significativos** da sua execução no ambiente, por forma a identificar os efeitos negativos imprevistos e aplicar as necessárias medidas corretivas previstas na declaração ambiental.”

O RJIGT concretiza que a **monitorização e avaliação dos planos municipais**, sustentada em indicadores, deve ser “**consubstanciada nos relatórios de estado do ordenamento do território**” (REOT) (n.º 2 do artigo 93.º), de cujos resultados dependem os processos de alteração e revisão. Os referidos relatórios devem ser revistos no prazo de quatro anos (n.º 1, artigo 202.º).

Neste sentido, a monitorização da operacionalização do PPVB deve corresponder a um processo de acompanhamento regular e sistemático da execução do plano ao longo do tempo, incidindo especialmente sobre a **monitorização da implementação** e dos **respetivos impactes**.

12.2. INDICADORES DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização do PPVB deve, assim, corresponder a:

1. um **processo integrado** que permita identificar, caracterizar e avaliar os benefícios e os efeitos indesejados decorrentes da implementação do Plano;
2. uma **abordagem preventiva** que permita identificar as componentes preventivas e/ou mitigadoras das medidas e ações;

3. uma **abordagem operacional** que permita que as conclusões periódicas do processo de monitorização e avaliação sejam integradas na implementação do Plano;
4. uma **abordagem estratégica**, traduzida no desenvolvimento de orientações que permitam aumentar o conhecimento e reduzir as incertezas.

Para o efeito será suportada em **indicadores de referência** (vd. Quadro 12.1), que permitem o acompanhamento sistemático dos efeitos resultantes da implementação do plano. Estes indicadores foram selecionados a partir dos **objetivos ambientais e de sustentabilidade** definidos para cada **critério** em que se concretizam os **Fatores Críticos para a Decisão** (FCD) estabelecidos em sede de **Avaliação Ambiental Estratégica**, designadamente no Relatório Ambiental.

Quadro 12.1. Indicadores de monitorização do PPVB, por FCD e respetivos critérios e objetivos ambientais e de sustentabilidade

FCD 1. POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÓMICO		
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
<p>A. Fixação de população residente e melhoria da qualidade de vida</p> <p>Avaliação do contributo do PPVB atrair residentes, valorizar o potencial humano, reduzir a pobreza, e para o aumento dos níveis de cobertura e de eficácia dos equipamentos coletivos e serviços com impacto ao nível do incremento da qualidade de vida da população e da saúde humana.</p>	<p>A1. Promover a fixação de população em idade ativa no concelho.</p> <p>A2. Criar espaços verdes e de utilização coletiva.</p> <p>A3. Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos e equipamentos de utilização coletiva.</p> <p>A4. Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído.</p> <p>A5. Promover a acessibilidade para todos.</p>	<p>A1. Taxa de crescimento efetivo da população.</p> <p>A2. Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários.</p> <p>A3. N.º espaços verdes e de utilização coletiva criados.</p> <p>A4. N.º de intervenções nos espaços públicos, equipamentos e infraestruturas locais.</p> <p>A5. N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos.</p> <p>A6. N.º de intervenções e tipologia de ações no âmbito da acessibilidade para todos.</p>
<p>B. Dinâmica económica</p> <p>Avaliação do contributo do PPVB para a introdução de medidas que permitam recuperar, dinamizar e diversificar o tecido económico local, promover a competitividade</p>	<p>B1. Reforçar a base económica local.</p> <p>B2. Fixar empresas ambientalmente sustentáveis.</p> <p>B3. Fixar empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território.</p>	<p>B1. VAB do concelho.</p> <p>B2. N.º empresas criadas por CAE.</p> <p>B3. N.º empresas com certificação ambiental.</p> <p>B4. N.º empresas ligadas ao turismo de natureza.</p>

local e a criação de novas oportunidades de investimento e negócio em atividades apoiadas nas características e especificidades locais, assegurando a compatibilidade dos diversos usos previstos para o território.	B4. Apostar em projetos diferenciadores, inovadores e polarizadores multissetoriais que acrescentem valor ao território e alarguem a base económica local.	B5. N.º de rotas e/ou circuitos pedestres/bicicleta; pontos de observação de aves e locais de mergulho, devidamente identificados, sinalizados e infraestruturados para o efeito. B6. N.º de projetos âncora diferenciadores.
C. Emprego/Qualificação dos recursos humanos e serviços Avaliação do contributo do PPVB para a promoção da criação de emprego e a qualificação escolar e profissional dos recursos humanos e dos serviços.	C1. Promover a criação de emprego qualificado. C2. Certificação de práticas e produtos.	C1. Taxa de crescimento do emprego por setor de atividade. C2. Peso da população empregada por nível de qualificação académica e profissional. C3. N.º de empresas e produtos/serviços certificados.

FCD 2. PROMOÇÃO DO TERRITÓRIO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	OBJETIVOS AMBIENTAIS E DE SUSTENTABILIDADE	INDICADORES
A. Equilíbrio do sistema territorial Avaliação do contributo PPVB na consolidação da rede urbana concelhia, da contenção da edificação dispersa de baixa densidade e da ocupação dos espaços urbanos intersticiais.	A1. Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios. A2. Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer.	A1. Taxa de crescimento da classe "urbano" no uso do solo. A2. Evolução do peso do n.º de alojamentos dentro dos perímetros urbanos vs fora dos perímetros urbanos. A3. N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos.
B. Qualificação do sistema urbano e promoção do território Avaliação do contributo do PPVB na introdução de medidas de reabilitação e reestruturação urbana, da valorização das infraestruturas, equipamentos e espaço público, das condições de mobilidade e acessibilidade para todos.	B1. Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, esgotos, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência. B2. Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes. B3. Promover os modos de mobilidade suave. B4. Promover a acessibilidade para todos, na lógica do <i>design for all</i> , nos espaços públicos e privados B5. Criação/recriação de produtos, incluindo os turísticos.	B1. Taxas de cobertura das infraestruturas básicas. B2. N.º de intervenções realizadas para a eficiência das redes. B3. N.º e tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados. B4. Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva. B5. Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados. B6. N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos. B7. N.º de ações desenvolvidas de <i>marketing</i> territorial.

<p>C. Ruído, riscos naturais, mistos e tecnológicos e alterações climáticas</p> <p>Avaliação do contributo do PPVB na diminuição da exposição da população ao ruído e no aumento da resiliência aos riscos e alterações climáticas.</p>	<p>C1. Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído.</p> <p>C2. Sensibilização para os fenómenos perigosos</p> <p>C3. Sensibilização para as alterações climáticas</p>	<p>C1. N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos.</p> <p>C2. N.º de medidas desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos.</p> <p>C3. N.º de campanhas de sensibilização para as alterações climáticas.</p>
--	---	---

No Quadro 12.2 estabelecem-se os objetivos e metas, unidades de medida, periodicidade e fontes de informação para cada indicador selecionado.

Quadro 12.2. Indicadores de monitorização – objetivos e metas de referência, unidade de medida, periodicidade e fontes de informação

Objetivos e metas de referência	Indicador de Monitorização	Unidade	Periodicidade	Fontes de informação
Critério “Fixação da população residente e melhoria da qualidade de vida”				
Promover a fixação de população ativa no concelho	Taxa de crescimento efetivo da população	%	4 anos	INE
	Taxa de crescimento efetivo da população por grupos etários	%	4 anos	INE
Criar espaços verdes e de utilização coletiva	N.º de espaços verdes e de utilização coletiva criados	N.º	4 anos	Autarquia
Assegurar o estado de conservação dos espaços públicos e de equipamentos de utilização coletiva	N.º de intervenções nos espaços públicos, equipamentos e infraestruturas locais	N.º	4 anos	Autarquia
Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído	N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos	N.º	4 anos	Autarquia
Promover a acessibilidade para todos	N.º de intervenções e tipologia de ações no âmbito da acessibilidade para todos	N.º	4 anos	Autarquia
Critério “Dinâmica económica”				
Reforçar a base económica local	VAB do concelho	€	4 anos	INE
	N.º de empresas criadas por CAE	N.º	4 anos	INE
Fixar empresas ambientalmente sustentáveis	N.º de empresas com certificação ambiental	N.º	4 anos	Isso survey
Fixar empresas ligadas à exploração e promoção dos recursos e valores do território	N.º de empresas ligadas ao turismo de natureza	N.º	4 anos	INE; Turismo de Portugal
	N.º de rotas/circuitos pedestres/bicicleta; pontos de observação ed aves e locais de mergulho, devidamente identificados, sinalizados e infraestruturados para o efeito	N.º/tipo	4 anos	INE; Turismo de Portugal

Apostar em projetos diferenciadores, inovadores e polarizadores multisetoriais que acrescentem valor ao território e alarguem a base económica local	N.º de projetos âncora diferenciadores	N.º	Anual	INE; Turismo de Portugal
Critério “Emprego/Qualificação dos recursos humanos e serviços”				
Promover a criação de emprego qualificado	Taxa de crescimento do emprego por setor de atividade	% por setor	4 anos	INE
	Peso da população empregada por qualificação académica e profissional	%	4 anos	INE
Certificar práticas e produtos	N.º de empresas e produtos/serviços certificados	%	4 anos	INE
Critério “Equilíbrio do sistema territorial”				
Conter os perímetros, colmatando malhas com o preenchimento de interstícios	Taxa de crescimento da classe “urbano” no uso do solo	%	4 anos	Autarquia
	Evolução do peso do n.º de alojamentos fora dos perímetros urbanos vs dentro dos perímetros urbanos	%	4 anos	INE
Criação de novos espaços ligados ao recreio e lazer	N.º de espaços verdes, de recreio e lazer localizados dentro dos perímetros urbanos	N.º	4 anos	Autarquia
Critério “Qualificação do sistema urbano e promoção do território”				
Qualificar as redes de infraestruturas básicas existentes (abastecimento de água, saneamento, pluviais, rede elétrica e cobertura de internet), melhorando a sua eficiência	Taxas de cobertura das infraestruturas básicas	%	4 anos	Autarquia
	N.º de intervenções realizadas para a eficiência das redes	N.º	4 anos	Autarquia
Promover a otimização dos equipamentos coletivos existentes	N.º e tipologia de equipamentos de utilização coletiva construídos e intervencionados	N.º	4 anos	Autarquia
	Taxas de utilização dos equipamentos de utilização coletiva	%	4 anos	Autarquia
Promover os modos de mobilidade suave	Quilómetros de ciclovias e/ou percursos pedonais criados	Km	4 anos	Autarquia
Promover a acessibilidade para todos, na lógica do <i>design for all</i> , nos espaços públicos e privados	N.º de intervenções (por tipologia) no espaço público e privado no âmbito do conceito de acessibilidade para todos	N.º	4 anos	Autarquia
Criar/recriar produtos, incluindo turísticos	N.º de ações desenvolvidas de <i>marketing</i> territorial	N.º	4 anos	Autarquia
Critério “Ruído, riscos naturais, mistos e tecnológicos e alterações climáticas”				
Proteger a população da exposição a níveis elevados de ruído	N.º de habitantes expostos a níveis de ruído acima dos permitidos	N.º	4 anos	Autarquia
Sensibilizar a população para os fenómenos perigosos	N.º de medidas desenvolvidas na prevenção e controlo dos riscos	N.º	4 anos	ANPC; Bombeiros; Autarquia
Sensibilizar a população para as alterações climáticas	Sensibilização para as alterações climáticas	N.º	4 anos	ANPC; Bombeiros; Autarquia

13. BIBLIOGRAFIA

DGOTDU (2011a) – Servidões e restrições de utilidade pública. Coleção Informação 9. Lisboa.

DGOTDU (2011b) – *Norma Técnica sobre o Modelo de Dados para o Plano Diretor Municipal. Norma 01/2011*. Normas e circulares de orientação técnica. Lisboa.

EEA (2016) - *Quiet areas in Europe. The environment unaffected by noise pollution*, Luxembourg, pp. 80.

OLIVEIRA, F. P. (2002) - “Sistemas e instrumentos de execução dos planos”. Cadernos CEDOUA, Coimbra.

OLIVEIRA, F.P. (2011), *A Discricionariedade de Planeamento Urbanístico Municipal na Dogmática Geral da Discricionariedade Administrativa*, Coimbra, Almedina.

OLIVEIRA, F.P. (2012), *Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial. Comentado*, Coimbra, Almedina.

OLIVEIRA, F.P. (2014), “LBPSOTU, Novos Instrumentos/Novos Atores?”, in Ciclo de Conferências sobre a Lei de Bases da Política de Solo, de Ordenamento do Território e de Urbanismo, organizada pelo Instituto Jurídico da FDUC (em colaboração com CCDD-C, Climar, CEDOUA), Coimbra, pp. 31.

OLIVEIRA, F.P. (2015), "As Principais Novidades do RJIGT", *in* Conferência Norte: Território e Desenvolvimento Territorial, dedicada ao tema O Novo Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, CCDR Norte, Porto, pp.23.

OLIVEIRA, F.P. e LOPES, D. (2002), "As Medidas Cautelares dos Planos", *in* Revista do Centro de Estudos do Direito do Ordenamento, do Urbanismo e do Ambiente, n.º 10, Ano V_2.02, p. 45 - 68, Coimbra Editora.

OLIVEIRA, F.P. e LOPES, D. (2013), *Execução Programada de Planos Municipais (As unidades de execução como instrumento de programação urbanística e o parcelamento urbano como figura pluriforme)*, Coimbra, Almedina, pp. 182.

ROSÃO, V., *et. al.* (2016) – *Reflexão sobre a introdução das "Paisagens Sonoras" na Avaliação de Impacte e no Planeamento Urbano*. Évora, CNAI 2016.

SCHIU (2020), *Mapa de Ruído do Plano de Pormenor de Vale Bom – Mora*, Estoi, pp. 32.

SIMÕES, J. E. (2002) - "Critérios de perequação: dificuldades na sua aplicação", Seminário - O sistema de execução de planos e a perequação – comunicações, comentários e conclusões; DGOTDU, Lisboa, pp.135-155.

LEGISLAÇÃO

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação atual conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro – estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE).

Aviso n.º 3125/2008, de 8 de fevereiro - Revisão do Plano Diretor Municipal de Mora

Aviso n.º 6749/2010, de 1 de abril – correção material e retificação da revisão do PDM Mora

Aviso n.º 786/2010, de 21 de abril – Retificação do PDM Mora.

Aviso n.º 25696-A/2010, de 9 de dezembro – Alteração do PDM Mora por adaptação ao PROTA.

Aviso n.º 256/2011, de 1 de fevereiro – Retificação do PDM Mora.

Aviso n.º 4879/2012, de 29 de março – Retificação do PDM Mora.

Aviso n.º 5081/2012, de 3 de abril - Correção material do PDM Mora.

Decreto-Lei n.º 169/2001, de 25 de maio, alterado pelo Decreto-Lei n.º 155/2004, de 30 de junho – estabelece medidas de proteção ao sobreiro e à azinheira.

Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de julho - transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.

Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro, retificado pela Retificação n.º 18/2007, de 14 de março e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 01 de agosto - aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000, de 14 de novembro.

Decreto-Lei n.º 226-A/2007, de 31 de maio – regime jurídico da utilização dos recursos hídricos.

Decreto-Lei n.º 168/2012, de 1 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2015, de 11 de maio – cria o Sistema da Indústria Responsável, que regula o exercício da atividade industrial, a instalação e exploração de zonas empresariais responsáveis, bem como o processo de acreditação de entidades no âmbito deste Sistema.

Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio - estabelece o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial

Decreto-Regulamentar n.º 15/2015, de 19 de agosto – Estabelece os critérios de classificação e reclassificação do solo, bem como os critérios de qualificação e as categorias do solo rústico e do solo urbano em função do uso dominante, aplicáveis a todo o território nacional

Decreto-Regulamentar n.º 5/2019, de 27 de setembro - Procede à fixação dos conceitos técnicos atualizados nos domínios do ordenamento do território e do urbanismo

Edital n.º 213/2018, de 22 de fevereiro - determinação de revisão do PDM Mora.

Lei Constitucional 1/2005, de 12 de agosto

Lei n.º 33/96, de 17 de agosto – estabelece a Lei de Bases da Política Florestal.
Resolução da Assembleia da República n.º 15/2012, de 10 de fevereiro de 2012 – institui o sobreiro como árvore nacional de Portugal.

Lei n.º 58/2005, de 29 de dezembro – aprova a lei da água.



Lei n.º 54/2005, de 15 de novembro, alterada pela Lei 78/2013, de 21 de novembro – estabelece a titularidade dos recursos hídricos.

Lei n.º 31/2014, de 30 de maio - estabelece as bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo.

Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro - primeira revisão do Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território

Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2010, de 2 de agosto, alterada pela Declaração de Rectificação n.º 30-A/2010, de 1 de outubro - aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo